

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

**CURIOSIDADES DE GUIMARÃES. XVIII RUAS. CASAS. MURALHAS. TORRES. OBRAS.  
DÉCIMAS CAMARÁRIAS. DIREITOS PAROQUIAIS.**

BRAGA, Alberto Vieira

Ano: 1959 | Número: 69

---

## Como citar este documento:

BRAGA, Alberto Vieira, Curiosidades de Guimarães. XVIII Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas camarárias. Direitos paroquiais. *Revista de Guimarães*, 69 (1-2) Jan.-Jun. 1959, p. 161-302.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)

URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# Curiosidades de Guimarães

## XVIII

### Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais.

Por ALBERTO VIEIRA BRAGA

---

A topografia histórica e humana das vilas e das cidades, a projecção social, o nível de vida, a crónica do movimento, a categoria do comércio e da pequena indústria, definem-se, em visão de realidade, pelo aspecto interior e exterior dos prédios onde as populações urbanas habitam, pelos estabelecimentos que ocupam, pelo officio ou mercância que desenvolvem e exploram e pelas ruas e ruelas onde se estabeleceram e fixaram.

Os prédios caracterizam as ruas, e as ruas imprimem e dão especial feição aos negócios e aos habitantes.

Este medular realçamento de confrontos e a prospecção impressiva e fisionómica, estão dependentes da constância e dos movimentos, dos benefícios e dos progressos com que as leis, os instintos, os sentimentos, os gostos e as liberdades encaram as linhas, os traços e as comunidades sociais dos próprios meios onde as populações se concentram, aprofundando as raízes da sua estabilidade, em miserias choupanas ou em sedentárias habitações.

Reflectem mesmo, as casas, nas diferenciações do mesclado, na compostura exterior, nos desfrutes higiénicos, os sentimentos naturais, culturais e morais de quem as habita. Estas circunstâncias de relação são tanto mais fáceis de aferir, quanto mais miudeira é a população, que na vida pública, particular e familiar se enlaça e ciranda, em freima, no giro dos costumes, dos hábitos, dos cargos, dos officios e em todos os sentidos

da afectuosidade, da comunicabilidade e das relações administrativas.

A casa exerce a maior influência espiritual no trilhado de todos os rumos profissionais e sociais de cada



*Rua de Santa Maria.*

indivíduo. Quanto melhores, mais proveitosos são os destinos institucionais.

Estes valores presentes e futuros de agasalho residencial, estão sujeitos, por tendências de vária natureza, a alterações, a modificações, a melhorias, e arranjos de migratória feição e elasticidade de estilos.

Tudo isto pode influir, gradativamente, na intimidade do conforto ou desconforto, nos negócios, nos hábitos e nos aspectos morais e educativos dos indivíduos, que se vão abastardando, promiscuando, ou aperfeiçoando e adquirindo definidos tipos de personalidade, consoante os progredimentos das funções que exercem, das relações sociais que adquirem e dos mais desafogados remedeios caseiros, de que partilham as famílias.

As ruas, se não as desmancham vertebralmente, para a formação de expressivos e estruturados largos, rossios e alamedas, como aconteceu com o espraiai do largo da Misericórdia, que fez desaparecer a intermédia Rua das Flores (1), com o largo de Santa Clara, que arrumou com a Rua de Maçoulas, com o Carmo, que fez desaparecer a rua do Poço e a maior parte do cimo da rua de S.ta Maria, (parte a que chamavam rua da Infesta), com a Praça de S. Tiago, com S. Paio, com a urbanização do Castelo, que arrumou totalmente com as ruas de Santa Margarida e Santa Cruz, (com estes arranjos pulverizaram-se centenas de casas andadeiras mas muito pitorescas, e mais de uma dezena de artérias e ruelas) enfim, as velhas ruas, se não as desmancham, solidificam-se, e eternamente servem as populações no giro evocativo da vida em movimento, embora por vezes as renovem e melhorem urbanisticamente, ligando-as a novas veias de tráfego e de serventia vicinal.

Muitas das nossas ruas andaram ligadas à história familiar dos ofícios e do próprio sentimento dos moradores, na forma dos *arruamentos da Idade Média*, sendo de designação secular ou de crisma popular.

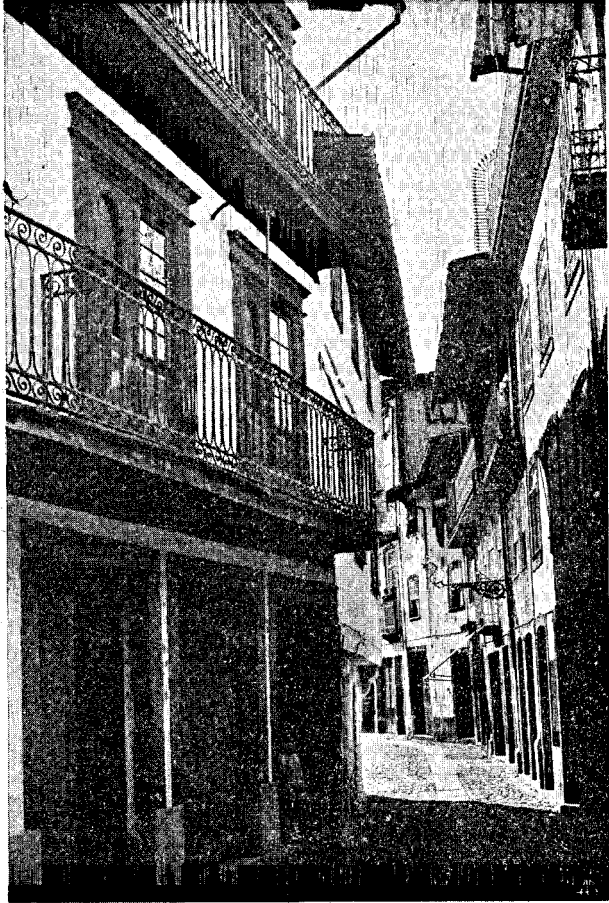
O mesmo não acontece com a zangarilhada do casario, que não queda na sua estilização primitiva, nos limites expostos e intrínsecos, quer seja de pedra ou tabique,

---

(1) Um aviso régio de 30 de Junho de 1653, concede licença ao Provedor e Irmãos da Misericórdia para poderem comprar a Filipe Pereira do Lago, administrador do morgado dos Mirandas, a torre e pardieiros que estavam na rua das Flores, a fim de fazerem o terreiro da Misericórdia, pelo preço de 140.000 réis em que estavam contratados

A casa torre da rua das Flores, que estava desabitada e arruinada há mais de sessenta anos, tinha sido, primitivamente, a cabeça do vínculo do Morgado de S. Miguel, e ficava a poente do actual largo de João Franco, segundo no-lo indica o Abade de Tágilde, no vol. XXIV da «Revista de Guimarães», pág. 164.

porque os tempos de duração brigam com o interior, com a precaridade dos materiais, e ainda porque a insatisfação e as necessidades obrigam a reformas e enxertos,



*Rua de Alcobaça. Do lado esquerdo existe uma casa com o ressalto apoiado num pronunciado cachorro.*

para descondensar os tristes refúgios de utilidade limitada, e levá-los àquela superioridade humana, onde a vida tenha as merecidas comodidades.

Todos os tempos introduziram as suas modificações, porque o evoluir, vai avivando e amadurando as utilizações, as conveniências e as interpretações individuais. Asseia o gosto feio do que é velho, com arrebiques e novidades coloridas, ou vai prantando em cada prédio com um andar desconcertante, com guritas vesgas de águas-furtadas, ou rasga mais janelas num cariz de pouco reboco, ou abre no rés-do-chão a bocarra larga para um celeiro, uma adega, uma tasca ou uma garagem.

Por vezes, e nos tempos da água ao caneco <sup>(1)</sup>, era frequente os incêndios lamberem ruas inteiras.

---

(1) Em 20-7-1835 a Câmara deliberou que para correr qualquer incêndio que pudesse haver nesta vila, todos os vendeiros moradores na mesma vila eram obrigados a ter um caneco sempre cheio de água para acudir instantemente quando fosse preciso.

Em 30 de Agosto de 1846, pelas 11 horas da noite, apegou-se o fogo nas casas em que morava o Gaita, padeiro e estalajadeiro, na rua da Fonte Nova, vulgo de Mata Diabos, a qual ardeu, e mais cinco, para o lado de S. Bento e para o lado do Toural. Só por um milagre não arderam as casas todas até à Boticária da esquina do Toural. Os soldados do batalhão de caçadores 7 prestaram nesta ocasião grandes serviços e evitaram grandes roubos. Alguns soldados músicos trabalharam muito, a ponto de ficarem maltratados. As autoridades e seus empregados não cumpriram o seu dever e principalmente o Administrador do Concelho, que só se apresentou no fim do incêndio. O comandante da bomba (capitão) e a sua gente, também não se comportaram bem. O fogo durou até de manhã, sendo preciso no dia e noite seguintes, andarem os vizinhos a apagar os pontos onde ia revivendo.

No dia 2 de Setembro ainda se trabalhava no rescaldo, sendo preciso o Administrador do Concelho tomar as devidas providências. No dia 5 ainda se conservava o lume em alguns sítios, tendo sido lançada bastante água para não haver perigo de se comunicar às casas vizinhas. (Efeméride de Pereira Lopes).

Em 4 de Junho de 1869, pelas 2 horas da madrugada, um pavoroso incêndio reduziu a cinzas todas as casas do lado norte do Toural, excepto a da esquina poente, por ser de construção moderna, e de pedra. Morreram 4 homens e centenas de pessoas ficaram feridas, por causa duma explosão de pólvora, gaz, etc., do armazém de matérias inflamáveis e refinação de açúcar, pertencente ao negociante João José de Sousa Aguiar, onde pegara o incêndio (Efeméride de J. L. de Faria).

Por motivo deste pavoroso incêndio, e pelo acto de filantropia e caridade praticado a favor dos feridos e das famílias dos que pereceram, foram mandados louvar pelo ministério do reino o conde de Vila Pouca, barão de Pombeiro, Luís Cardoso Martins da Costa, João Vaz Nápoles, Joaquim Inácio de Abreu Vieira e João Pinto de Queirós.

De maneira que no refazimento, sobrepunham-se as deturpações, pelo que é muito raro topar-se com uma linha exacta que nos dê a ressonância do que teria sido a estrutura nascente de todo um conjunto architectónico de casas. Sendo colaças, de seio e de espécie, todas se apresentam diferentes de aspecto e melancolia.

De erros, falsidades, deturpações e enxertos, estão conspurcados muitos elementos architectónicos. Faz pena, sobretudo, que algumas casas fidalgas e alguns velhos prédios, de séculos, estejam com coruchas de novos andares e águas-furtadas.

O contraste das novas casas residências, plantadas como que num afastamento independente, de competição orgulhosa e desvios de atravancamentos vizinhos, é flagrante, se de perto ou de longe as compararmos com a superioridade original daqueles palacetes que têm alguma coisa de cultura clássica e histórica.

Um tipo pelo menos uniforme de casas, de certa distinção expressiva, principiou a notar-se entre nós nos fins do século XVIII, quando verdadeiramente principiaram a associar os elementos funcionais do comércio com a utilidade e comodidade da habitação superior, nos mesmos prédios. Assim, nos sítios mais centrais e desafogados, onde se cortou a sequência das muralhas, em Santo António, mas sobretudo em S. Francisco e Tournal (1), surgiram dois correntes de casas, de diferentes e distintos aspectos, mas de linhas bem classificadas, correctas, de técnica bem concebida, de plenitude clássica, casas bem relacionadas, simétricas, elegantes, de soberania pombalina e sólida construção.

---

(1) Em 1791 a Câmara aforou a parte nascente do Tournal para edificação de prédios. Todo o terreno tinha de comprido pela parte do nascente 72 varas, e de largo, nas testeiras, 6 varas. Confronta do norte com a Porta da Vila, do sul com o Postigo de S. Paio, e de poente com o campo e rossio do Tournal. Valia, para sempre, atendendo ao sítio, 1.200\$000 réis; como este terreno era mais alto que o nível do terreiro 5 ou 6 degraus, se rebaixaria até o último degrau, fazendo uma meia laranja ao sair da Porta da Vila, por causa da expedição da rua, e que as casas seriam feitas pelo risco que se lhes desse de fora, pelo ministro Juiz de Fora, finda a vedoria.

Vedoria dos requerentes: André Coelho Rodrigues, principia a medição da esquina do Postigo de S. Paio: tem de comprido,

O modernismo, as novas exigências do trânsito, a técnica do cimento armado, o viver mais desempedido e especioso das classes enriquecidas, o camartelo municipal, os comboios dos bairros e os arranha-céus, engranzados em série, esguios ciprestes cemiteriais, vão transformando o ambiente e os horizontes citadinos numa disposição de linhas rectas, verticais, lisas, talhadas à faca, com pouca ou nenhuma resistência tradicional.

A pouco e pouco foi desaparecendo aquele urbanismo arqueológico que rodeava e revestia os principais monumentos e as mais típicas zonas de Guimarães.

A mentalidade ancestral e administrativa das vereações alvorecentes, gizando o alfabeto topográfico das localidades, em solo de passadoiros e terrenos socalcados, abria umas ruas que atrofiavam e cilindravam os prédios, outras vezes os prédios davam às ruas uma formação precária, torcicolosa, cubicular, de trânsito dificultoso e arriscado.

---

para o norte, 14 varas, e de largo, do muro para a Praça, 6 varas. Foro — 10.200 rs.

António José de Macedo e Cunha, professo da Ordem de Cristo, morador ao Postigo de S. Paio, desde a casa anterior para o norte, 13 varas e de largo 6 varas. Foro — 9.470 rs.

João Baptista Teixeira, negociante de ferragens na rua da Fonte Nova, desde a casa anterior para o norte, 11 e meia varas, e de largo 6 varas. Foro — 8.380 rs.

Luis José de Sousa, negociante de ourivesaria de ouro, da casa anterior para o norte, 7 varas e 4 palmos, e de largo 6 varas. Foro — 5.830 rs.

João Baptista Gonçalves, negociante com mercearia no Toural, desde a casa anterior para o norte, 9 e meia varas, e de largo 6 varas. Foro — 6.920 rs.

António José de Sousa Guimarães, homem de negócio de ourives de ouro, à Porta da Vila, irmão do supra Luis José de Sousa, da quina da casa anterior até bater na Torre da Senhora da Piedade, 23 e meia varas, e de largo 6 varas, fazendo uma meia laranja para a expedição da rua que vem para esta Praça. Foro — 17.130 rs.

Logo ordenaram, em 19-9-1791 se fizessem os emprazamentos fateusins. Os emprazados fariam as casas que pretendem conforme o risco que se lhes der, assinado pelo Dr. Provedor da Comarca. Não edificando as ditas casas, estes emprazamentos ficariam de nenhum efeito. Em 1795 as casas estavam concluídas.

Por Provisão, de 1-3-1805, foi concedido a Manuel da Costa, edificar na muralha da Rua de Santo António, casas novas, e afor-mosear as que já tinha ali.

De maneira que para resolver o problema de moradia para a gente humilde e o da mobilidade para a distribuição rotineira do trânsito porfioso, em virtude do esgamento das ruas, como se verificava nas localidades de curta esfera habitacional, como Guimarães, rasgavam-se variadíssimas vielas e travessas, de supeta passagem e esvaziamento, que depois eram ocupadas por aquelas correntezas de casebres, a modos de ilhas insalubres, onde a pobreza se acoitava (1). Como exemplo, a travessa dos Bimbais e as duas curiosas vielas que da rua de S. Dâmaso cortavam para o largo de S. Francisco, onde existiam algumas antiquíssimas e típicas construções de casas seiscentistas, em ressalto.

Os elementos de construção, os climas, as impressões e influências geológicas, a doméstica e pessoal servidão das habitações, as virtudes conservadoras e respeitadoras das características medulares, é que dão aquele destaque regional de arquitectura que torna muitas povoações conhecidas.

Nem sempre as construções se harmonizavam com o carácter da região, com os créditos naturais do ambiente, mas nem por isso se poderá objectar que nunca houvesse um estilo sob o ponto de vista habitacional.

Categoria de estilo, conhecido de Norte a Sul, pode dar-se ao primitivo, que distinguia em fisionomia, as casas urbanas em ressalto, com as rótulas, que se foram abastardando, em adaptações mais arejadas, porquanto as ruas estreitas oprimiam e abafavam a luz e o ar, com tantos crivos, tornando as noites mais cerradas e imorredoiras por falta de iluminação pública.

---

(1) Em 9-11-1816, Domingos José Alves de Abreu, negociante, morador na rua de Trás-os-Oleiros, requereu à Câmara: «Que ao lado do poente de uma propriedade de casas que possui na Praça do Toural e sitio das Lajes, existia uma viela estreita e imunda, pela qual, em razão da sua ingremidade e péssimo estado, quase nenhum trânsito tinha, e vindo a mesma a ser nociva ao público, porque dela provinham maus cheiros e porque servia de embuscada a malfeteiros, propunha-se a reedificar a dita sua propriedade, que pretendia aumentar com a viela, para o que já tinha alcançado provisão régia».

A dita viela ou rua estreita, que atravessava das Lajes do Toural para a rua de Trás-os-Oleiros, tinha de comprimento 71 palmos, e de largo, na cabeça do norte, vara e terça, e na cabeça do sul duas e meia varas. Foi-lhe emprazada pelo foro de 800 rs.

Das casas em ressalto, há dois exemplares, com as traves e barrotes carcomidos, completamente à mostra, na esquina da primeira viela de gargalo que vai da Rua Nova para o largo do Ourado. Outras casas com ressaltos



Fig. 1 — *Prédios seiscentistas, com os andares em ressalto, na viela de S. Dâmaso.*

mais ou menos acentuados existem ainda: duas na antiga rua da Cadeia, hoje rua do Dr. António da Mota Prego, outra à entrada da rua de Francisco Agra, duas na rua do Gravador Molarinho, duas na esquina do largo do Ourado, uma na esquina da rua de Alcobaça, duas ou três na Arcela, uma na rua do Dr. Avelino Germano, outra

ao cimo da rua das Trinas, ainda outra, velhinha, a cair, na rua da Caldeiroa, e para cima de meia dúzia, na carreira franciscana, decrépita, arcaica e sugestiva da Praça de S. Tiago.

As mais curiosas e acentuadamente típicas pelo largo ressalto que apresentam, são as três casas que se topam na esquina da primeira viela da rua de S. Dâmaso, que dá para S. Francisco.

A última, sobretudo, é exemplar único e pouco vulgar, puramente seiscentista (Fig. 1). Tem o rés-do-chão de pedra, avultando logo como que uma meia laranja de gomós de pedra, elegante saliência que suporta o primeiro andar, também de pedra, rematando com o enxerto do segundo andar, liso e de tabique.

Outra ainda se pode destacar, na Rua Nova, (hoje rua de Egas Moniz) com os seus dois andares de tabique em ressalto, e apainelados decorativos de gosto individual, varandas de grossos balaústres e quatro bizarras quartelas ou mísulas laterais, duas em cada andar, para suporte de vasos. O segundo andar tem o ressalto mais

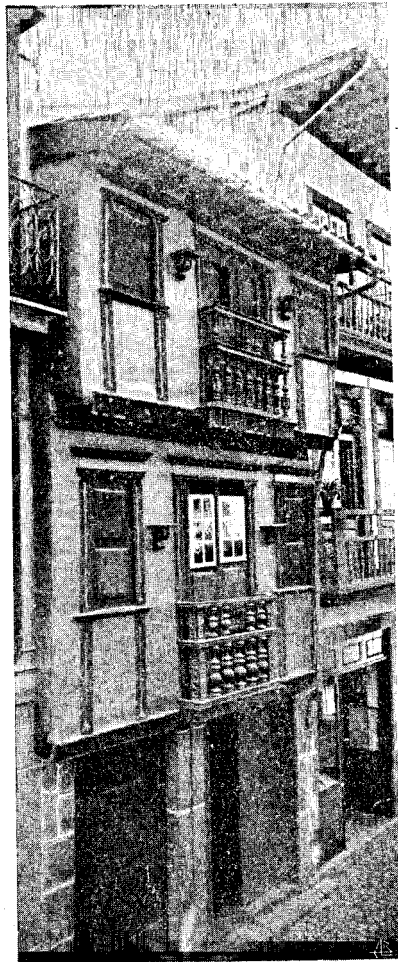


Fig. 2 — Prédio da Rua de Egas Moniz, com os dois andares em ressalto.

pronunciado, o que dá certo relevo ao seu prospecto esguio. (Fig. 2).

Um outro exemplar, de merecido respeito e admiração, em ressalto pronunciado e completamente revestido de rótulas na testada das duas frentes do seu primeiro e único andar que tem, encontra-se no antigo Largo de S. Bento, hoje Largo Dr. João da Mota Prego. (Fig. 3).

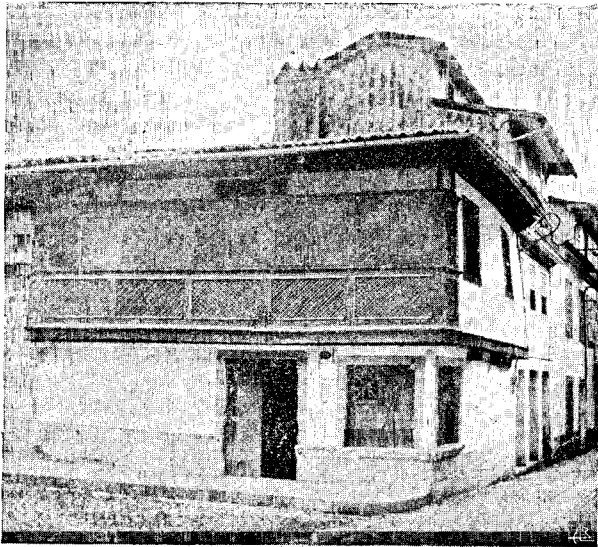


Fig. 3 — *Casa de rótulas, no Largo do Dr. João da Mota Prego.*

As casas de andares em ressalto mais pronunciado, vêem-se, regra geral, nas esquinas das ruas e vielas.

Como estas casas de esquina se desviavam, vulgarmente, dos alinhamentos, quem construía nestes deslados, aproveitava-se do disfarce da curvatura e fazia crescer o ressalto com mais largo rendimento, sustentando-o à vontade e sem estorvos dos outros prédios vizinhos ou propínquos, quer nos próprios caibros do soalho, quer em cachorros, escoras de ferro, (como a primeira casa da rua Gravador Molarinho e a primeira da viela de

S. Dâmaso), ou em socos de pedra (como a segunda casa da viela de S. Dâmaso e uma ao fundo da rua de D. João I).

Os ressaltos mais salientes notam-se nas três casas da viela de S. Dâmaso, nas duas da viela de gargalo do Ourado, nas duas que formam as esquinas do corrente sul da Rua do Gravador Molarinho e na casa das rótulas.

«Em resumo, pode dizer-se que no meado do século xv existiam, na parte de Guimarães compreendida intra-muros, as mesmas ruas que hoje há.

A fisionomia da vila era todavia muito diferente.

As ruas, mais estreitas, tortuosas, sem passeios, que são um luxo moderno.

As casas, na sua maioria, só tinham de pedra os alicerces e o rés-do-chão. Os primeiros andares, em ressalto de alguns palmos, eram construídas de rodízio, isto é de um entrecruzamento de barrotes em que os espaços triangulares restantes se enchiam de tijolo ou simplesmente de palha e barro.

As janelas dos primeiros andares tinham rótulas ou crivos que coavam uma luz ténue e não permitiam devassar os interiores.

As janelas do rés-do-chão apresentavam um peitoril largo, uma espécie de saliência, muito em uso ainda hoje em casas de aldeia, que podia ser de pedra ou de madeira, e a que chamavam tabuleiros.

Porcos e galinhas vagueavam nas ruas, e a falta de esgotos forçava os moradores a lançarem à via pública as águas caseiras. Só em véspera e dia de Corpo de Deus não eram permitidos os despejos, nem os passeios de suínos e galináceos». (1)

Todavia os bois e os burros não podiam atravessar as ruas desapastorados, sob pena de 3.000 réis.

Estas casas adufadas de intra-muros, entaipadas, numa coesão de limitado espaço, com traseiras esqueléticas e latrinárias, de adobos e madeira, ou de cu tapado, respirando pouco ar e pouca luz, premidas e cintadas na barreira das ruas estreitas, não tinham na sua maioria, quintais, hortas, nem sequer um mesquinho logradouro,

---

(1) «Revista de Guimarães», vol. XXXI, pág. 142, Conferência inédita por João de Meira.

para acantoor, uma pia para porcos ou para lavar, ao contrário das de extra-muros, que era raro não terem a sua horta ou jardim, óptimos pomares e água privativa de poços.

Pelas faixas dos altos, no Cano de Baixo e de Cima, na rua da Inveja (ficava junta ao Cano das gafas) e nos fundos mais campeiros, rua do Guardal e rua de Couros, onde havia muitas atafonas e pelames, quase todas as casas tinham à frente a sua latada de barrotes de madeira, que pagavam foro à Câmara.

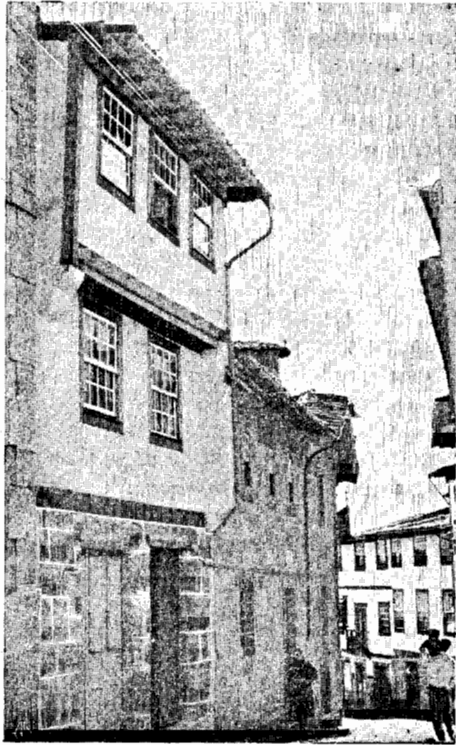
Esse curioso e típico ornamento das gelosias, desapareceu entre nós a partir de 1798, por disposição camarária lançada em 30 de Junho desse ano: «Determinaram eles Senadores, usando da autoridade política que lhes confere a lei do Reino e a Régia Provisão de 25 de Janeiro do ano de 793, que se tirassem todas as rótulas, reluzias e crivos das janelas e sacadas, conservando-se sòmente os peitoris das mesmas sacadas, visto que a sua conservação faz as habitações escuras, impede a livre entrada do ar puro e sòmente serve de grave deturpação ao prospecto público. E isto se executa no prefixo termo de oito dias, sem excepção de pessoa, e que incorrerá na pena de seis mil réis todo o morador que lhe não der cumprimento.

Outrossim determinaram que os donos das casas das ruas principais branqueiem as fronteiras, no mesmo termo de oito dias, e debaixo da mesma pena. E que esta ordem se faça pública por editais e pregão.

Determinaram que também se tirassem de todas as lojas dos vendedores a retalho, as empanadas de madeira, por causarem disformidade ao prospecto público».

Já em 8 de Junho de 1769, tinham sido obrigados os moradores da rua dos Mercadores, (ficava a seguir à rua Sapateira, desde a viela de S. Crispim até o Largo da Oliveira), dentro de um ano, a recolher todas as sacadas das suas casas, de modo que só fiquem fora das paredes um palmo até palmo e meio, tudo em direitura até o telhado, para assim alinhar com a rua Sapateira, por ser a mais pública desta vila. A rua Sapateira era uma parte da rua da Rainha, e ia desde a Porta da Vila até à viela de S. Crispim. Para além chamava-se a rua dos Mercadores e ia até o Largo da Oliveira.

A cor branca era a cor uniforme de todos os prédios.



Casa da rua das Trinas, com o 2.º andar em ressaltado, apoiado numa das extremidades, num cachorro caiado, formado na ponta da trave que vem de dentro, e na outra extremidade no topo da saliência de pedra que sobe do 1.º andar.

O rés-do-chão é de pedra, e os dous andares de tabique.

As janelas são modernas, descaracterizando completamente a sua traça.

De curiosa estrutura, este prédio tem do lado direito, até à altura sómente do 1.º andar, uma divisória saliente, de pedra, que pode, a nosso ver, servir de vedação ou de barreira incomunicável contra a vizinhança.

Há outra casa idêntica, no Largo dos Navarros de Andrade.

Estes avanços, que se prolongam fora das fachadas, representam uma construção original e arcaica, pouco frequente, não se conhecendo bem a sua finalidade. Simples vedação?

As vilas e cidades medievais, pelas características dos seus períodos adolescentes, reduzido âmbito de vida e de actividades, sem recursos e contactos materiais, sociais e profissionais, fechadas em limitados espaços por um amuralhado circuito de defesa, só nos podem mostrar, em documento fundamental e palpável, o método e o aspecto curiosos e comuns de estruturação e construção das velhas casas e das ruas estreitas e irregulares.

Nelas pontificavam, exclusivamente, em grandiosidade, os castelos, em atalaia, e as praças maiores, que por vezes bem pequenas eram, onde se faziam os mercados, à roda dos monumentos mais representativos nelas implantados — os templos, as Sés, os edifícios municipais, ou os pelourinhos e chafarizes.

Guimarães, representada no burgo alto, o mais antigo, com foros afectivos de condado pelo terrunho circundante que volteava o Castelo e a Igreja de Santa Margarida, com jurisdição especial pela importância dos seus vínculos hierárquicos, era o mais mo, lesto, enraizado e com ascendente independência.

Tinha uma representação fisionómica medievalizada, pelos aglomerados habitacionais, que densamente ladeavam um inçadoiro de ruelazinhas socalcadas, lajeadas ou com simples tiras de passeio ao centro dos leitos alombados, declivosos e subidos em costeiras de acesso para os subúrbios populosos do Cano de Cima e Arcela.

Estes pontos cimeiros foram sempre os mais desabrigados de defesa, e de onde imprevisivelmente, e de flanco, os inimigos arremetiam contra as muralhas e o Castelo.

Era na vila superior (o burgo guerreiro) que se organizavam as resistências contra os cercos e os assaltos. Pela sua hegemonia de comunidade, os seus moradores orgulhavam-se da sua nobreza de aventureiros, ousados, assomadiços e intimatoros.

«Os homens de armas e os que viviam da arte da guerra estabeleceram-se em cima. Os clérigos, os fornecedores do convento, os mercadores e os artistas, aglomeraram-se em baixo». (1).

---

(1) *O Concelbo de Guimarães*, por João de Meira, pág. 62.

No correr do século xvii, porém, quando a amálgama de tipos e indivíduos era tão grande em cima como em baixo, fervilhavam em aumento muito progressivo, duas classes hierárquicas que se distinguiam no patriarcal viver da sociedade e no ambiente agremiado do convívio, que de certo modo agrediam aquele mundanismo da classe burguesa trabalhadora e operosa: Eram os fidalgos e os adventícios cónegos da Sé da Oliveira.

«Uns, eram talvez os descendentes da velha burguesia local, afidalgada por D. João I em paga dos serviços prestados na guerra da Independência; outros vinham de fora, por causas várias.» (1)

Lentamente, as circunstâncias de uma cultura dirigida, a concepção sociológica do colectivismo, a subordinação aos conceitos municipalistas, acompanhadas do esforçado predomínio da evolução, pendendo para o desafogo, para um centro político de organização e de observância, para o alindamento, para o panorâmico, para o realçamento construtivo de formas, feitios e aspectos, para as condições do progresso e da civilizada urbanização, de moldes administrativos e judiciais, pulverizaram totalmente aquela zona medievalizada, superior de circunscrição, de continuidade institucional e fundamentalmente histórica, pelo seu poder de resistência aos inúmeros assédios que repeliu.

Lá se foram aqueles direitos especiais de «forum», aqueles aspectos muito próprios de domicílio e de vida maciça, aquela revestidura adusta de muralhas e de cercas frondosas, que contrastavam pelas chapadas de um colorido rústico que alegrava os cimos, e pelo aparelho sombrio e urbano que se unia na cintura das habitações, deixando ficar numa rudeza agreste de isolamento, franças e sombras por todas as bandas, os monumentos mais engrandecidos, mais assistidos e visitados por devotos, guerreiros e fidalgos — a Igreja de Santa Margarida, o Castelo e os Paços dos Duques de Bragança, o primeiro Paço duma fidalguia poderosa de áulicos e donatários, tronco senhorial de largas abastanças territoriais.

---

(1) *O Concelho de Guimarães*, por João de Meira, pág. 75.

Quando o nível económico duma terra é baixo, pela frouxidão do seu tráfego comercial e industrial, e a classe obreira é de minguido rendimento, as casas alinham-se quase iguais, curvadas e assustadas da sua modéstia, no mesmo tipo comum, todas chegadas ao amparo dos encostos, pelas malhas enxadrezadas de ruelas, travessas e vielas, cabrioladas de encontros, desencontros, desvios e saliências, pisos corriqueiros e ingénitos das épocas mais antiquadas de seiscentos e setecentos.

Quando umas casas eram mais altas do que outras, os revestimentos das empenas das mais esguias, por via das humidades, eram feitos de telhas sobrepostas, presas com cabilhas e cal bastante areada, ou de chapas de lousa.

Os interiores destas casas, que permaneciam em brutesco, denunciavam tacanhez de dependências, pela divisão e subdivisão em cubículos escuros, surrões soturnos de porcaria, com escadas assobiadas, sem corrimão, que aparecem quase rentes à porta de ingresso.

Poucas tinham chaminé, escapulindo-se o fumo pelos telhados sem forro, além de que muitas eram colmadas. (1)

Ressaltam, sobretudo, mais frequentemente, numa terra de profissões limitadas, como Guimarães, e no seio do seu intra-muros medieval, que durante séculos viveu no isolamento da sua modesta categoria de vila, alguns núcleos inconfundíveis da velha estrutura setecentista, que onde a onde ainda hoje se notam, naquelas ruas estreitas, que há pouco mais de meio século ficaram sem as suas tradicionais calçadas de lajedo, de cunho muito nobre, pela relação do seu esteiramento, em linha de cobra, desde as portas ogivais da cintura muralhada até à peanha altaneira do Castelo.

Estas casas, que possuíam indelévelmente o seu carácter architectónico português, distinguíam-se pelo beiral saliente, coberto de madeira, com o embarrota-mento recortado.

---

(1) Em 1605 já a Câmara determinava que na vila e arrabaldes as casas colmadas passassem a ser cobertas a telha.

As portas e as janelas das varandas, de duas folhas, têm os caixilhos de vidraça fixos, do lado exterior, fixos ou móveis, consoante, com janela em cima, independente, para abrir por dentro.



Fig. 4—Casas tabicadas, de beirais salientes, barroteados, da rua de Camões, de tipo frequente nos caracteres de construção.

Têm certa unidade formal de fachada, duma imaginária curiosa de guarnições e entablamentos de madeira, revestindo as portas e as janelas.

Dentro da mesma inspiração tradicional e local, este tipo de casas, de transição das velhas casas em ressaltado, encontram-se espalhadas pelas ruas de Guimarães, principalmente nas ruas de Egas Moniz, Santa Maria, Caldeiroa, Val-de-Donas, etc.

Eram baixas e estreitas, tendo sobretudo, o que as distinguia sobremaneira e engalhosamente, como elemento decorativo, umas e outras, os alisares ou molduras de madeira, com entalhamentos goivados à laia dos enfeites populares dos jugos dos bois, e grossos remates de cornijas com filas de cachorrada, sacadas com balaústres de madeira caprichosamente torneados e tectos de massera nas dependências do primeiro andar, e rebicados frisos de saliência. (Fig. 4).

Eram atarracadas, com o rés-do-chão de pedra e um ou dois andares de tabique, formados com o vulgar enxadrezamento de barrotes, cheios de tijolos, barro e cal.

Tinham por vezes os andares em ressalto, mas na maioria eram de fachada lisa. (Fig. 5)

As ruas de Val-de-Donas, a antiga Tulha, a do Gravador Molarinho, a de Egas Moniz e Santa Maria, apresentam uma variedade promíscua de habitações.



Fig. 5—*Conjunto principal da Praça de S. Tiago*

Casas de tabique, de fachada lisa, na sua maioria, tendo algumas os andares em ressalto pouco saliente.

É um tipo arquitectónico comum, pelo revestido estilo das janelas, dos balaústres e dos beirais, embora sem a riqueza dos entablamentos ornamentados das casas da rua de Camões. Os andares assentam num rés-do chão de pedra.

É claro que as alterações, as transformações, as adaptações, e sobretudo as demolições, que entre nós foram grandes e sempre surgem com o evolucionar dos tempos e o dimensionar das superfícies, derrubando casebres para erguer palacetes, fizeram desaparecer aquelas veneráveis construções acentuadamente seiscentistas, deixando em algumas mais posteriores, que ainda restam, alguns vestígios dignos de toda a admiração, respeito e conservação.

O mal era deixar-se construir, primitivamente, sem se fazerem vistorias nem cordeamentos (alinhamentos), para melhor prospecto, direitura e regulamento dos edificios e das ruas; quando umas e outras tinham de se refazer, havia a necessidade de corrigir grandes disformidades para que ficassem as servidões livres e desembaraçadas e os prédios descobertos e alinhados, numa aceitação harmónica e aporositada.

Convém, já agora, e para honra da verdade, abrir-se um parêntesis e dizer-se o seguinte, em louvor justiciero: Vem de muito longe o reconhecimento das vereações pela premente necessidade de se cuidar a sério da hygiene e de favoráveis franquias e comodidades públicas, que dessem aos moradores da vila condições melhores de vida, merecedoras e recomendáveis.

Muitas vereações se esforçaram neste sentido, e algumas alguma coisa fizeram, numa desenvolvida acção pelo embelezamento, pelo desafogo e pelas articulações mais saudavelmente desenvolvidas no âmbito de ruas mais largas, de terreiros mais espaçosos e de habitações mais espalhadas, para fora das portas e dos torreões.

A vereação de 1791, e as que lhe seguiram na estrada dos anos e dos tempos, foram as que mais trabalharam neste ponto de convergência salutar e de progredimento sensível e airoso, conseguindo a Provisão régia de 25 de Janeiro de 1793, que cometeu às Câmaras de Guimarães o cargo de velar pelo prospecto da vila, obstando à irregularidade das edificações.

Não havia, porém, por esta altura, um elaborado plano geral de iniciativas camarárias. «Deve-se esta providência à vereação de 1893, que em virtude da resolução tomada em sessão de 26 de Abril, celebrou em 12 de Outubro uma escritura de contrato com o engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro, o qual organizou esse plano geral, que as vereações, até 1910, procuraram pouco e pouco realizar, conforme iam permitindo as condições financeiras do município, fazendo-se-lhe todavia as alterações que o desenvolvimento da população e de novas vias de comunicação iam aconselhando.

Nenhuma das vereações que se tem sucedido a esta época, deixou de concorrer, mais ou menos, para a execução deste plano, que nas suas linhas gerais ainda actualmente satisfaz às exigências de Guimarães».

Nessa sessão de 26 de Abril de 1893 o vereador José Miguel da Costa Guimarães, apresentou a seguinte proposta, que foi unânimemente aprovada.:

Existe uma planta da cidade incompleta; não existe, porém, uma planta das povoações mais importantes do concelho, como são Visela e Taipas, nem de lugares que por suas condições especiais prometem converterem-se num futuro mais ou menos próximo, em povoações igualmente importantes, tais são S. Torcato e Campelos, e dessas povoações e lugares, bem como da cidade, não existe plano algum de melhoramentos.

Parece-me supérfluo encarecer as vantagens das plantas e planos de melhoramento, tanto da cidade como das referidas povoações e lugares.

Proponho por isso que a Comissão Municipal proceda à conclusão da planta da cidade, incluindo na já existente as alterações supervenientes e se levantem as plantas restantes, a fim de se dar início aos trabalhos tendentes aos aludidos planos de melhoramentos. (1)

A planta a que se refere o autor desta proposta, foi levantada a teodolito e pantómetro por aquele mesmo engenheiro, autor do plano geral, Manuel de Almeida Ribeiro, em 1863, segundo se vê pelo contrato notarial:

«Em 2-10-1863, a Câmara Municipal, em sessão presidida pelo Dr. António Alves Carneiro, resolveu: desejando fazer levantar a planta desta cidade, e achando-se para ela já votada a respectiva verba, depois de previamente haver sido obtida a necessária autorização do Ex.<sup>mo</sup> Conselho do Distrito, contratou e ajustou com o engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro, professor de arquitectura civil e naval na Academia portuense de Belas-Artes: 1.<sup>o</sup> — Que a planta topográfica será feita à escala de 1-500, e terá por limites obrigados, os lugares em que se acham as casas das barreiras. 2.<sup>o</sup> o trabalho será feito em diferentes folhas, e a cada uma será junta uma tabela do nivelamento correspondente à mesma, contendo as cotas do nivelamento dos principais pontos das ruas. 3.<sup>o</sup> fará também a triangulação da cidade como é indispensável para a execução dos trabalhos da planta. 4.<sup>o</sup> a planta será entregue no mais breve prazo possível, e logo os membros da Câmara mandarão proceder à sua verificação. 5.<sup>o</sup> que o preço da planta será da quantia de 600.000 réis em metal ouro ou prata e paga no

(1) Livro das actas da Comissão Municipal de 1890 a 1893, a folha 148 — Arquivo Municipal de Guimarães.

preciso prazo de 30 dias, contados do dia da entrega. 6.º que a propriedade da planta ficará pertencendo a ele engenheiro para o efeito de só ele a poder mandar imprimir, gravar ou litografar, seja na mesma escala de 1 por 500, seja em outra maior ou menor, e depois tirar os exemplares que quiser e deles dispor como propriedade sua, devendo porém dar 6 exemplares a esta Il.<sup>ma</sup> Câmara. 7.º os membros da Câmara, ou os que lhes sucederem, poderão reunir a propriedade que cede pela condição precedente, pagando-lhe a quantia de 600.000 réis, além do preço da dita planta. Pelo preço da planta obriga-se a estudar e projectar o encanamento das águas para esta cidade». (1)

Em 23 de Outubro de 1792, foi aprovado pela nobreza e povo um requerimento que a Câmara dirigiu a Sua Magestade, pedindo que ela fosse autorizada a dar o plano e risco de todos os edifícios que na vila se construíssem, como se fazia no Porto, para que assim a vila se aformoseasse e regularizasse.

Em virtude desta aclarada exposição, de meritório apreço para um destino melhor orientado e governado de progresso, mais porfiado e prevenido contra as inferioridades e opressivos aleijões, em 25 de Janeiro de 1793 baixou uma Provisão, ordenando que o Juiz de Fora se encarregasse de inspeccionar as obras que se houvessem de construir, para não continuarem na mesma desordem, multiplicando-se as casas e as ruas cheias de encontros cotovelos e vingos defeitos, advertindo-lhe porém, que não se metesse em grandes projectos, e que só se lembrasse que numa vila, ainda que tão notável como a de Guimarães, se devia primeiro que tudo, olhar para a decência e comodidade dos habitantes, dispensando-lhes facilmente certas formalidades que têm lugar nas grandes cidades.

Logo a seguir, a Câmara, em 29 de Outubro do mesmo ano de 1793 respondeu aos officios do Provedor, sobre a demolição da Torre da Senhora da Piedade e sobre o alinhamento que devia ter o edificio desde aí até o Postigo de S. Paio, retirado o muro.

(1) Nota do tabelião José Joaquim de Oliveira. livro 14.º folhas 1. — Arquivo M. de Guimarães.

Com a demolição concordou, mas sobre o alinhamento proposto pelo Provedor arbitrou que não diminuísse tanto o Campo do Tournal.

«No que respeita à demolição da Torre da Sr.<sup>a</sup> da Piedade convém este Senado com a acertada deliberação de V. Senhoria, depois de ver que ela se encontra em princípios de ruína e que dá actualmente à vila uma disforme entrada e perigosa, não só para os carros e carruagens, mas ainda à continua servidão dos habitantes, principalmente de noite, por ser um cómodo sítio para roubos, assassinos e devassidões. Finalmente, depois de se evitarem os referidos danos, pode conseguir-se o adiantamento das obras públicas: reparo das calçadas, refazimento dos canos da água, e outras.

Pelo que respeita a alterar a forma dos edificios desde a Torre da Sr.<sup>a</sup> da Piedade até ao Postigo de S. Paio, deixando de se edificarem em linha curva, virá a ser elegantíssima, formando-se em linha recta, segundo o prospecto já aprovado.

Não se deve perder de vista o interesse que ao público resulta de não se encurtar nem diminuir a extensão do campo do Tournal, toda necessária para a sua beleza, recreio dos habitantes e comodidade pública da feira que ali se faz todas as semanas.

Atendendo a que o muro tem de latitude na sua base mais de catorze palmos, do que na continuação do seu maior cotovelo, se pode reduzir o campo sem prejuizo dos edificantes, havendo atenção ao foro; por isso fazendo-se a edificação pela direcção de outra recta paralela para o muro ou parte oriental, vem a eliminar-se ao campo na parte da Torre da Piedade, que já se acha occupada com um Passo, somente quinze palmos, e na parte oposta somente oito, diminuição que além de não ser atendível, fica compensada pelo outro espaço de catorze palmos da base do muro, que no seu maior cotovelo e no mesmo plano se faz campo. É nesta consideração que o Senado convém e que debaixo da mesma humildade se rogue à nossa clementíssima Soberana».

Em 20 de Março de 1794 foi a Câmara em vistoria à rua do Gado, para alinhamento das casas que reedificava a *fundamentis* João Machado de Melo Pinheiro, em que deixava um pedaço de terreno para o público, recebendo outro em troca, na viela.

Na vereação de 26 do mesmo mês e ano, a nobreza e o povo foram de opinião que devia continuar a feira do pão na Praça da Oliveira, porque da mudança se vê que o Tournal ficou encurtado com os edificios novos.

Em 23 de Junho de 1795, António Alves Ribeiro Guimarães, apresentou o risco da alpendrada das padeiras, a fazer no Pelourinho.

As Câmaras deixavam os particulares levantar moradas de casas sobre todas as alpendradas que se espalhavam, por certa conveniência de utilidade pública, pelos largos e terreiros principais da vila, mediante requerimento dos interessados e de um estipulado aforamento:

Em 7 de Janeiro de 1805, Manuel do Vale de Carvalho, sirguciro, e sua mulher Gertrudes Maria de Jesus, das lajes do Toural, fazem o seguinte termo: «Que na forma do requerimento que tinham feito ao Senado da Câmara, a fim de poderem levantar uma morada de casas sobre a alpendrada e loja que já possuíam no sítio da Alfândega desta vila, se lhes concedeu licença para eles suplicantes poderem levantar a dita casa sobre os alicerces da mesma loja, trazendo fora o sobrado sobre os pilares da mesma alpendrada, de sorte que não impedisse a passagem do público por baixo, com a condição mais de não exceder a dita casa, nunca em tempo algum, a altura das casas de seu vizinho José Alvares Guimarães». Por eles suplicantes foi dito que se obrigavam a fazer a obra debaixo das ditas condições e alturas e mais circunstâncias e a pagarem o foro que já se tinha arbitrado.

Nos séculos XVIII e XIX, foram deferidos muitos requerimentos para se taparem os alpendres das casas.

Para os taparem ou demolirem, tinham os seus donos de obter Provisão régia. Por vezes bastavam as licenças da Câmara ou dos Provedores:

Em 29 de Julho de 1744, a Câmara autorizou Josefa Teresa Clara da Silva e Azevedo, viúva de Jerónimo Vaz Vieira, por ter alcançado Provisão régia, a tapar um alpendre que havia numas casas que comprou no Toural, para juntar às que já tinha, e onde havia uns penedos e era lugar escuro, e assim se afor-moseava o sítio e era cómodo para a sua família.

Em 2 de Abril de 1749, na nota de Cristóvão Alves de Melo, disseram António Dinis e Sousa, Francisco da Silva Freitas e Azeredo José de Sousa de Mesquita e João Vieira, que pretendiam tapar o alpendre das casas em que cada um deles vive, assim e da maneira que o tinham feito alguns moradores do Toural que ficam da outra parte, por terem, para esse efeito, alcançado Provisão de Sua Majestade.

As casas de alpendrada, de acentuada construção no século XVII, que guarneciam largos e terreiros, tiveram

em Guimarães um utilíssimo e geométrico guarnecimento de expansão.

Contornaram toda a Praça Maior ou largo de Nossa Senhora da Oliveira, (conhecida por Praça alpendrada) que era lajeada, e bonita ficaria se assim a mantivessem ou pusessem, onde se vêem ainda dois curiosos panos de alpendrada. (Fig. 6). A alpendrada deste largo,



Fig. 6 Casas de alpendrada. Sec. XVII

Esta alpendrada do lado sul de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, contornava até à Sr.<sup>a</sup> da Guia, tendo sido esse troço de continuação demolido em 1900.

seguia, do lado sul, até à Sr.<sup>a</sup> da Guia, tendo sido este troço de continuação demolido em 1900. Estas alpendradas corriam também desde a Torre da Alfândega (1) até ao largo do Pelourinho, e algumas existiram no antigo largo de S. Sebastião.

(1) Em 24 de Novembro de 1627 resolveu a Câmara fazer uns alpendres ao longo da Torre que está junta à Alfândega (a que chamavam a Torre da Alfândega ou das Biscaias), e se arrendassem para os bens do Concelho.

O Tournal era igualmente guarnecido destas casas alpendradas pelos lados de oeste e do sul, deixando inteiramente livre a muralha da vila, que limitava o campo pela parte de leste, entrando um pouco pela do norte.

«Assim se conservou até ao primeiro quartel do século XVIII; porém, nesse espaço de tempo, que não foi menos de dois séculos, fizeram-se consideráveis melhoramentos na dita praça, tais como um formoso chafariz, fabricado em 1588, um esbelto cruzeiro erigido em 1650 e assentos de pedra junto da muralha, em todo o comprimento.

Até ao período do século XVIII, as casas desta praça eram quase todas de alpendrada sobre colunas de pedra, ao uso antigo.»<sup>(1)</sup>

Primitivamente, as alpendradas eram um mercado abrigado para os dias de chuva, onde em cima de tabuleiros feiravam as hortaliças, fruteiras, padeiras e doceiras, e onde os ferradores e sangradores de bestas assentavam o cepo do seu officio.<sup>(2)</sup> Estas casas abriam-se no rés-do-chão, naqueles espaços livres de passeio e de serventia pública, formando também as alpendradas um recanto discreto dos moradores.

O P.<sup>e</sup> Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, assim nos fala das alpendradas: «Eram encostadas ao muro da porta da torre velha, as casas da rua, que chamavam de Trás da Alfândega, todas de alpendrada sobre colunas de pedra.

A Praça do Tournal é cercada de casas de alpendrada sobre colunas de pedra, excepto as do vendaval (lado sul), e da parte de entre Norte e Nascente é cercada de muralhas: os assentos e escadas do pé da muralha se ocupam de tanta

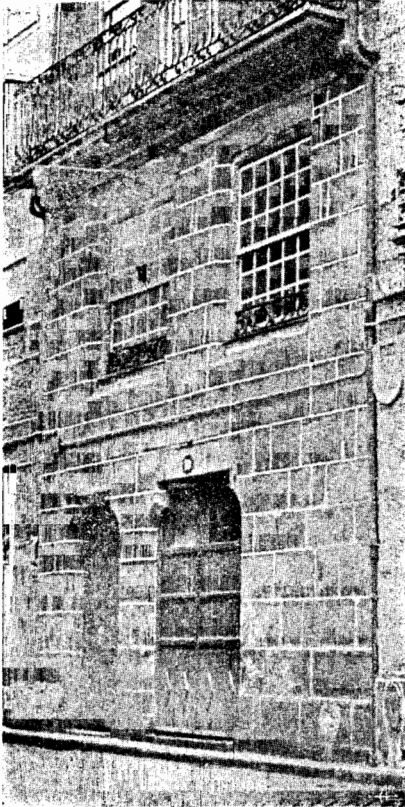
(1) Vilhena Barbosa — artigo publicado no vol. 7.º do *Archivo Pittoresco* (1864) a págs. 117 e 118.

(2) Do *Tombo da Câmara de 1612*: «Havia um cuberto na torre da porta da villa do Campo da Feira, para a banda do sul, posto em pillares, vão por baixo e em cima tem sobrado e no meio deste um altar com a Imagem de Nossa Senhora, em que se diz missa.»

«Casas com alpendrada no Tournal, que pagavam foro.»

«Pelas sacadas das casas do Tournal se pagava foro. Por latadas em frente às casas se pagava foro.»

«Havia alpendradas em S. Sebastião e S. Francisco.»



*Prédio quincentista da rua de Santa Maria*

Destoam as janelas de guilhotina, o afilamento da pedraria e o horrível enxerto do segundo andar.

vila, tinha sido em 1585 enriquecido com um formoso chafariz de três taças, o qual foi demolido a 3 de Junho de 1873.

Defronte, levantava-se majestoso, como obra de arte, igualmente digno de atenção, o cruzeiro da irmandade do Rosário, também pouco tempo depois demolido e inutilizado.

gente na ocasião de festas, que a variedade das galas faz com que a vista fique sem resolução para a escolha das cores.»

Realmente, ao cimo das muralhas do Toural, os habitantes da rua da Arrochela, que ficavam entaipados por detrás da mesma, estabeleciam os seus balcões e mirantes, logradouros desempoeirados, para desfrutarem o panorama buliçoso das festas e das feiras.

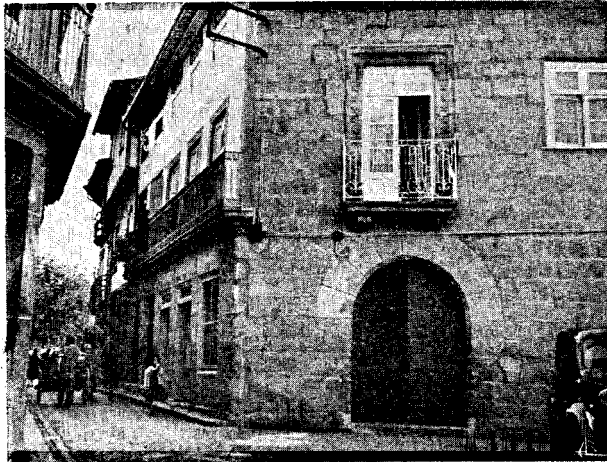
Todo o correr do muro, os assentos e as escadas, eram um logradouro público.

O P.<sup>e</sup> António Ferreira Caldas, mais desenvolvidamente nos descreve:

«O campo do Toural, que em 1681 era considerado o melhor rossio da

A fachada oriental deste campo, com o aspecto dum só edificio regular e simétrico, de quarenta e quatro portas e cento e vinte e cinco janelas, foi levantada por iniciativa particular.

No centro desta fachada, alçava-se um majestoso frontão, pousando-lhe no vértice a estátua colossal da Fama, empunhando um clarim de metal. Tanto esta como o frontão foram posteriormente abatidos, porque o seu peso considerável ia fazendo afastar as paredes da linha de prumo.

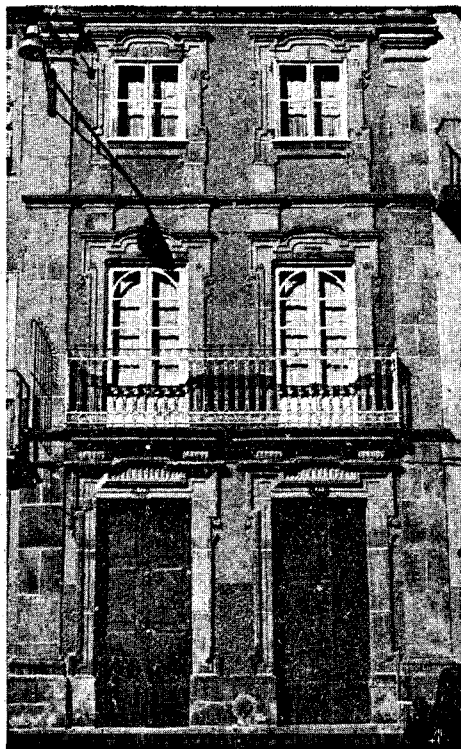


Século XVI. Casa do antigo Largo da Tulha, do morgado e valoroso cavaleiro Pedro Alvarez de Almada, natural de Guimarães

Depois do pavoroso incêndio que na noite de 4 de Junho de 1869 reduzira a cinzas quase todas as casas do lado norte, ocasionando a morte a quatro pessoas, foi ainda este campo aformoseado com a edificação de novos prédios, que se levantaram donairosos das cinzas dos antigos.»

Por entre esta disformidade e constraste de formas e feitios, levantaram-se nos séculos XVIII e XIX, casas de boa cantaria, amplas, de sólida construção, com dependências interiores desafogadas, rasgado pé direito e elegantes decorações exteriores, na harmonia das padieiras

horizontais ou arqueadas, de um alindamento airoso e regional. Algumas com tímpanos ou molduras alombarcadas encimavam portas e janelas, com cachorros largos ou curtos, de ornato em espiral, por debaixo de



Casa burguesa da rua de S.<sup>o</sup> António, de pedraria escodada, com harmoniosos e perluxosos elementos decorativos.

Padieiras de largos colarinhos, com bordadura em filetes, descendo as ombreiras no estilo ornamental de caneluras.

magníficas e espaçosas varandas de pedraria fina, outras com varandins áticos de balaustradas, ao cimo dos telhados, típicos frades à entrada das soleiras e clarabóias de rebicados gomos.

Estas casas ornamentadas, de tipo burguês, contrastavam com aquelas variedades de feítios híbridos, duma

vulgaridade de formas e linhas, entre o baixo e o esguio, com muitas janelas de guilhotina, que viviam achegadas umas às outras, sem vergonha das dessemelhanças do luxo, da elegância e das alturas, por essas características correntezas urbanas das ruas novas e velhas de Guimarães.

De onde a onde surgem os palacetes sóbrios, do século XVIII, de recepção e aposentadoria fidalga, armoriados, de um só piso acima do rés-do-chão, corridos de sacadas, com grades de ferro bem torneadas e elegantes na doçura do amanho forjado, palacetes de lançamento espaçoso, átrios de desafogo solarengo, para os desfiles e manifestações de aparato festivo.

Muitos destes palacetes são de impecável pedraria escodada, de cunhais apilarados e simalhas por cima das janelas, algumas com capiteis e cornijas talão, vazadas.

O século XVIII, foi o de mais intensa actividade arquitectural, quer em edificações burguesas, nobres e fidalgas, quer em conclusões e enxertias de estabelecimentos conventuais.

De carácter civil, sobretudo, esse século XVIII, deixou entre nós algumas boas e enriquecidas construções, apalçadas e armoriadas, duma architectura de sóbrio gosto clássico, como era corrente na época.

Estadeiam-se por todas as ruas, em pedra trabalhada, nas janelas, nas portas, nos cachorros, nos portais e na elegância dos átrios.

Estes edificios, de tranquila imobilidade, prolongam-se intactos, quando é certo que outros edificios mais modestos, em cada século que passava, acumulavam construções sobre alicerces de outras construções.

De maneira que, se compararmos a forma, o estilo, o aticismo, as ornamentações, de quase todos os edificios nobres do século XVIII, somos levados a crer que a architectura obedecia à mesma escola de architectos e discípulos, que entre nós e nos subúrbios desenvolveram larga projecção de actividade construtiva.

Assim, a riqueza do inventário, entre as casas mais flamejantes de frontaria, ou mais modestas e corridas, é relativamente grande: O soberbo Palácio de Vila-Flor, dos Arrochelas, com uma fachada de categoria aristocrática, um dos mais curiosos e originaes, a par da traça primitiva dos seus formosos jardins; (Est. VII-1) o Palacete

das Hortas, da família do Procurador Geral da Coroa, João Baptista Felgueiras (1), de perfeita, bellissima e sólida construção; (Esr. IV-1) o famoso Palacete barroco dos Lobos Machados, na rua da Rainha; (Esr. VIII-1) o Prédio n.º 65 (armoriado) da rua Dr. Avelino Germano, (Tulha); as Casas construídas pelo Arcebispo D. José de Bragança, de grande categoria de linhas, a nascente do Largo de João Franco, conhecidas pelas casas dos Coutos; (Esr. VI-2) a Casa ameada do Mota Prego, (meados do século XVII) de revestida combinação, formando um conjunto exterior notável, no mesmo Largo; (Esr. V-2) a Casa do Tribunal, da família dos Navarros de Andrade, uma das melhores reliquias heráldicas, estilo clássico puro, tímpanos triangulares e cachorros elegantes; (Esr. VI-1) o Edifício dos Correios, da família Minotes, de linhas severas muito nobres e harmoniosas; o Prédio n.º 28, à esquina do Priorado, uma soberba reliquia de cantaria flamejante na riqueza dos frontões, tímpanos e cachorros; (Esr. II) mais a cima, o Palacete dos Condes de Azenha, de categoria original, mais conhecido pela Casa do Arco, pois é precisamente este arco sobre a rua de Santa Maria, que lhe dá o nome; (Esr. VII-2) ainda mais ao cimo desta rua, o Prédio n.º 65, (armoriado), dos Rolas Pereiras, de sobriedade estrutural, (Esr. IX) e outro n.º 86, (armoriado) que tem o valor de uma mansão urbana, tipo nortenho; Prédio (armoriado) n.º 13 da rua de Val-de-Donas, da família dos Araújo Abreus; (Esr. X) Prédio n.º 65 (armoriado), do Largo Dr. João da Mota Prego, dos Portugais, ambos de linhas mestras, clássicas, e perfeição arquitectural; a Casa n.º 43 (armoriada), da rua do Gravador Molarinho, dos fidalgos Valadares; Casa n.º 78, da rua de Egas Moniz, curiosa pelo seu recorte de fachada e beirais; o Palacete do Fidalgo do Toural, de nobre e sóbria arquitectura clássica; o Prédio da família Guardal, dos Amarais, de frontaria

---

(1) «O honrado João Baptista Felgueiras, a cujo alto espirito de justiça os afrontados recorrem no extremo que lhes é criado, prestes a homiziar-se, consegue fazer-se ainda assim respeitar, imprimindo às devassas que por esse tempo se iniciam (1828) um alto carácter de honestidade. Os exaltados odeiam-no; e como não podem medir-se com ele, vingam-se em Guimarães, lançando fogo ao seu palácio das Hortas, nas vertentes do monte da Costa.» (*História de um Fogo Morto* por José Caldas).

belíssima e estrutura ática e correcta, do Largo de 28 de Maio; (Esr. V-1) a Casa do Conselheiro Lobato, na Caldeiroa; (Esr. III) a Casa de Caneiros, de Domingos de Passos de Prohem (oriundo da Galiza); a Habitação apalaçada dos Condes de Vila-Pouca, grande fábrica e abundância demasiada de caixilharia e de óculos, de correspondência e articulação habitacional, com rasgado átrio, escadarias de pedra e espaçosas salas de recepção; a Casa Moura Machado, nos Laranjais, (meados do séc. XVII), um misto muito elegante e harmónico de palacete e casa burguesa, com um corpo acastelado, de dois andares, e outro corrido, tipo comum de fachada; (Esr. VIII-2) e os dois palacetes muito curiosos, e dispare, que se prantam em linha seguida ao começo da rua de D. João I. (Esr. I). Palacetes desta feição, tipicamente nortenha, cortam com exuberância as encostas da Ribeira Lima.

Quando os solares e as casas fidalgas se levantavam pelos subúrbios, fora dos alinhamentos dos prédios urbanos, a sua arquitectura abria-se mais airosamente, em terrenos planos, amplos e desafogados, sendo servidos por elegantes escadarias de pedra.

À frente deles, os espaçosos terreiros, com bancos de pedra ou ajardinados canteiros guarnecidos de buxos e murta, davam certa majestade aos solares. Em alguns, as capelas privativas formavam ao lado.

Com estes elegantes escadórios, temos os solares dos Pombais, (Esr. IV-2) do Proposto, de Laços, etc.

Os palacetes senhoriais, de enriquecida heráldica, e as casinhas de velha idade, são os padrões locais, com tradição histórica, que toda a gente gosta de ver.

O núcleo humano das habitações é nas terras irmãs e características da Galiza, mais acentuadamente primitivo, porque tem sido respeitada a sua traça. Cada casa impõe-se pelo seu estilo, pelos seus vínculos, sem deturpações, sem enxertos, firmando-se na velhice, sempre acautelada e amparada.

Em Santiago de Compostela, sobretudo, nessa cidade considerada, intra-muros, Monumento Nacional, o aspecto medieval mantém-se, inconfundível, no arcaico enxadrezamento das ruas e ruelas, na maioria arribadas de arcarias de estrutura um tanto pesada, lajedos em todos os pisos plainos e nos largos mais destacados, onde sobres-

saiem as fachadas monumentais de edifícios de acentuado cunho tradicional, uns, e outros de um manuelino e barroco de sabor galego.

Percorrendo a velha cidade, e a eito, cada casa é um monumento arqueológico, onde se pode admirar, em pormenor ou em conjunto, o típico arranjo arquitectónico de quinhentos ou de seiscentos.

Extra e intra-muros, pelas ruas mais antigas do nosso velho burgo, onde a influência oitocentista deixou marcados sintomas arquitecturais, as casas sofreram, no geral, aquela mestiçagem cromática de altos e baixos, tomando o ar improvisado e andadeiro de habitações sobrepujadas e seródias. São, no aspecto, na medida e na ordem do plantio, o comum e normal de toda a parte, e constituem um tipo híbrido, *aquele tipo vulgar e conhecido em todo o país, (especialmente no norte) e do mesmo modo em muitos países europeus, correspondendo ao extracto popular e burguês da população, dos artífices e comerciantes,* (1) onde se acomodavam os tanoeiros, fiteiros, albardeiros, ferradores, correiros, sombreireiros, torneiros, violeiros, ferreiros, etc. «Estas casas de tabique são de dois tipos fundamentais: casas com andares em ressalto, e casas de fachadas lisas; numas e noutras, as molduras das janelas e portadas, as divisórias dos andares, os entablamentos das varandas e beirais, são de madeira. Na técnica do tabique dos casos que nos parecem mais antigos, não se usa o fasquio: o sistema de construção aproxima-se talvez do Fachwerk dos países germânicos, Inglaterra e França, em que o tabique é feito por sectores compreendidos num esqueleto de madeira, com barrotes horizontais e a prumo, cortados por diagonais, e com os vãos cheios com cacos e tijolos metidos na argamassa.

Nos casos mais modernos, casas ou acrescentos feitos pelo mesmo processo, usa-se o fasquio.

A casa de tabique, com os andares em ressalto, é um estilo comum na Europa medieval, quinhentista e seiscentista, a que os franceses dão o nome de «encorbellement». Entre nós, ele aparece também antes do século XVII. A casa de tabique de fachada lisa, com varandas e balaús-

(1) «Douro Litoral» fasc. VII-VIII-1958, artigo *Casas do Porto*, por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, pág. 640.

tres de pau, parece ser um tipo igualmente pré-seiscentista, ou talvez proto-seiscentista. Ela encontra-se em termos perfeitamente semelhantes em certas ruas mestrais ou mercadoras de Guimarães, atestando assim uma continuidade cultural que nos parece decisiva para o caso do Porto, e tanto mais importante que, morfológicamente, esta casa, fazendo a transição entre as casas de ressalto e as casas de pedra, parece sem dúvida ser a que está mais directamente na origem e ponto de partida da casa moderna portuense posterior ao século xvii.

O tabique, entre nós representa portanto um tipo de construção anterior ao século xvii, com raízes ou manifestações provinciais, mas que, certamente por constituir um processo barato e fácil, continuou a utilizar-se, revestido de telhas, lousa ou chapa, para acréscimos, trapeiras e outras formas de andares suplementares, e que é ainda hoje corrente no Douro, Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho.» <sup>(1)</sup>

Nesta amálgama e salsada de casas e casinholas, iguais e semelhantes em todas as províncias do Norte de Portugal, que prosperaram anacrónicamente, sem representação nem condições de planos nem de sentimentos domésticos, o que só pode articular-se por uma questão geral de domínio arbitrário, alastramento crónico do programatismo dessimétrico e sujeição de obliquidade, nesta variação mascarada de fisionomias exteriores e de intimo lusco-fusco de conforto e de higiene, habitavam os que viviam para o ensino, para a arte, ou simplesmente da arte profissional dos seus mesteres ou de empresas mercantis.

E procuravam, consoante as necessidades, a sua posição e o seu modo de vida, as casas mais modestas e de renda acessível, e naquelas ruas mais afastadas, por onde se espalhavam também as classes diferenciadas de sentimentos de educação e de técnica obreira, que se uniam com todo o ritual e simbolismo, sob a bandeira dos seus ofícios, dos seus estatutos e dos seus santos.

Com estes atributos de associação, radiou uma ordem social mais representativa, para a obtenção de todos os

---

(1) «Douro Litoral», fasc. VII-VIII-1958, artigo *Casas do Porto*, por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, pág. 648.

benefícios e para defesa de todos os interesses. Os plebeus e os burgueses quase que delimitavam o âmbito geométrico das suas habitações.

O comércio mesteiral, que vendia de mistura toda a bodega de vinhos e azeites, de bacalhau e velas de cebo, as pequenas indústrias, as vendas, as boticas, os barbeiros, etc., espalhavam-se por todas as ruas, para mais facilidade de conquistarem a freguesia e de obterem proveitos para a sua actividade profissional.

Os mestres dos ofícios mais rendosos e os patrões do comércio mais afamado, ourives, mercadores, oleiros, penteiros, etc., tiveram sempre a tendência de se concentrarem nas ruas principais, em geométrica linha de exposição, que os caracterizava pela situação, pela condição comum do negócio ou ofício, pelos factores de unidade profissional e pelo aspecto das habitações, que eram vulgarmente as melhores, mais regulares, desenxovalhadas e desafogadas, quer nos andares superiores quer nos fundos, onde montavam os armazéns e as lojas.

Não havia anúncios, nem propaganda, e muitas vezes nem tabuletas. Havia as ruas, que indicavam pelo seu chamadoiro, a qualidade do comércio ou do ofício. Ruas que eram sujas, mal cheirosas e logradouros de porcos e galinhas, de cães vândios, de ociosos e vagabundos.

Havia também um tipo de prédios de fachada lisa, construídos de perpianho de baixo a cima, em fiadas de esquadria, tipo sóbrio, independente, de um, dois ou três andares, sem o mínimo destaque de ornamentos salientes de padieiras e ombreiras laterais, e sem rebocos, tendo somente as fiadas de pedra levemente afitadas.

Estas casas, que se armam de certa resistência contra os incêndios e as derrocadas exteriores, assemelham-se, porque são da mesma época, àquela cultura construtiva de tradição burguesa, quedando, todavia, economicamente, no desnudo das cantarias, sem os aplainados brunidos das portas e janelas e sem o bom conspecto das cornijas com largas cartelas.

Encontram-se, entanto, com particularidade individual, severas de aspecto, destacadas das colunas do casario de conjunto vulgar, que se arma em tabicagens exteriores, de variadas formas e feitios de fachada, ou numa mestiçagem de cantarias rebocadas, encontram-se, singularmente apontadas, não a oito, mas espalhadas por

todas as velhas ruas de Guimarães — Alcobaça, Arrochela, Tulha, Santa Maria, Praça de S. Tiago, Santa Luzia, Largo da Misericórdia, Trás-os-Oleiros, D. João I.º, etc.

Na rua da Caldeiroa, as pedras de sacada, de beíçudo rebordo, de dois destes prédios, que são juntos, têm como suporte, pequenos cachorros, de cunha. Igualmente na rua de Camões.

Outro tipo generalizado existia, de casas plebeias, térreas, de pedra, de grossos tranqueiros, ocupando só o rés-do-chão, de uma porta e uma janela larga, com peitoril saliente, chamado de tabuleiro, (1) de pedra ou de madeira, que eram frequentes e ainda hoje se vêem, em Santa Luzia, Cano de cima, Madroa, Arcela, Santa Cruz, etc., onde se instalavam as vendedeiras de hortaliças, de frutas, de lenhas e de carvão.

A algumas foi posteriormente levantado um andar de tábique. Na rua dos Palheiros, (2) que ficava logo a seguir à rua de Santo António, onde havia uma certa promiscuidade de casas gaiolas, existiam alguns exemplares daquele tipo de porta e janela.

Os Palheiros eram uma artéria muito típica, pelo aspecto de chinezice das habitações e dos próprios hábitos de quem por ali vivia, desde o lumiar, onde vinham acender os fogareiros, até ao encosto do muro que ficava em frente, e subia todo embarrigado na extensão da rua, lado esquerdo.

Por este muro, arreguilado de parietárias, escorria o sol e a sombra, e estendiam-se ao penduro as roupas. Na valeta punham-se os filhos em berços, caixotes e carrinhos, enquanto as mulheres cosicavam as roupas, despiolhavam a canalha traquina e lendeosa e taramelavam, ao abrigo das uveiras, dos castanheiros e leirões, que marginavam o campo sobranceiro.

---

(1) Em 30 de Agosto de 1769, mandou a Câmara que todas as pessoas que tivessem nas suas casas tabuleiros de pedra os cortassem e picassem de modo que fiquem a facear com as casas, e se fossem de madeira os retirassem em termo de quinze dias, sob pena de 6.000 réis.

(2) Como ao cimo da rua da Fonte Nova, depois rua de Santo António, existiam os palheiros ou armazéns da palha lançada pelas freguesias para a cavalaria de Sua Majestade, daí o principiar a chamar-se aquele troço de rua, a rua dos Palheiros.

Essa canhestra e desmazelada rua transformou-se, em poucos anos, naquela elegante avenida residencial de Duarte Pacheco.

### **Palheiros, rua dos passarinheiros, e em especial, dos pintassilgueiros.**

Os Palheiros eram, de facto, uma artéria encardida, marroquina, de piso macadamizado, com prédios de cotio, remendosos, esfriampados, de uma banda só, lado direito de quem subia, e onde habitavam espingardeiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, trolhas e aquela súcia madraça dos passarinheiros, que se estendiam também, em fervilheira, pelo bairro suburbano e pitoresco de Nossa Senhora da Conceição.

Mas nos Palheiros é que eles tinham o seu acoito favorito.

Pelas varandas, ao correr dos tabiques fasquiados das casas e do muro fronteiro, as gaiolas de várias formas e feitios, de arame, de guiços e de canas, exibiam, para o negócio, uma diversidade de aves da região e transmigradas. Algumas assustadiças, tartamudas, esgrouviadas, muito torcidinhas e penosas, por haverem perdido a liberdade. Todas elas não mais abririam as asitas ténues no desferir ligeiro, todo recortado de elegância, levando arriba, para o pendor das árvores mais ramalheiras, no meneio das cabecitas, no girar inteligente e desconfiado dos olhos, aquela afinação de gala, em cantos e contra cantos de perguntas e respostas.

Viam-se as aves e devassava-se a pobreza dessas casas. A gente passava resvés dos encardidos pardieiros, e toda a rua se apertava num carreiro de cascata. Tudo pequenino, tudo junto, tudo ali em dependências de nada. Beirais à mão e portas de metro, com postigo e janelas de mansarda rústica.

Lá estavam, na correnteza das gaiolas, todos os coloridos espelhentos, graciosos e variados da paisagem bucólica e romântica. E conhecia-se nas enternecidas rolas, novelos macios de branco e tostado veludo das suas penas, nos melros, duma negrura fria, embora tonos do emborrachamento a que os sujeitavam os passarinheiros, para todo o esquecimento da angústia tormen-



ANTIGAMENTE: *Rua dos Palheiros.*



ACTUALMENTE: *Avenida Duarte Pacheco.*

Um exemplo flagrante de como os novos arranjos da urbanização  
citadina, modificam por completo interessantes aspectos das velhas  
ruas da cidade.

tosa do que perderam em espaço ilimitado até às alturas do céu caricioso, nas pegas, pernaltas e desajeitadas, sempre de batina eriçada, taramelosas e ríspidas, em todas estas aves, que são sensíveis e timoratas, se conhecia o olhar quebrado, piedoso e infinitamente perdido. Algumas deixavam-se morrer, numa agonia lenta de fastio e de dor.

As outras, aves meãozinhas, já passadas pelo coito de uma mestiçagem obrigatória e forçada, apresentavam-se mais ervilheiras, mais hilariantes, mais prestes no realçar do bico trinador. Era um regalo ver saltarilhar, *tique que tique*, pelos tentos do gaiolame abaulado, os pintassilgos entoucados, vivaços, pintalgadinhos de penas lustrosas de raça canária, os pintarroxos, duma serenidade engalhosada, de penugem rebrilhante, as calhandras, de voo rasteiro, muito grillhentas e pouco maviosas, os piscos-chilreiros, ou donfafes, e as cotovias, muito distintas de porte, e sabedoras de todos os ritmos compassados, quando estão de maré para o folguedo do seu arengar cantarolado.

Diziam eles, os caçadores furtivos, que a arte passarinhoira, porque é uma arte, tem o seu encanto e o seu segredo.

Primeiro: Saber caçar as aves com o alçapão, (gaiola quadrada) dispondo convenientemente, em gaiola à parte, o respectivo chama, zevieiro e de cantar presumido e folgazão, procurando os sítios, as horas, a orientação dos voos, a posição dos ninhos ou dos escondidos retirados por onde se acolhem, e sobretudo os lugares predilectos e preferidos dos seus recitais.

O Setembro e Outubro são os melhores meses para a caça do pintassilgo. É nesta altura que se desenvolve a maior faina dos pintassilgueiros <sup>(1)</sup>, que deambulam e estacam pelas cristas mais fagueiras e ondeadas de pintassilgos e *chibeus* <sup>(2)</sup>, desde as 6 horas da manhã até às duas da tarde. Sendo estas as melhores horas, não quer dizer que outra qualquer hora não seja pro-

(1) Assim se apelidam eles, os caçadores de pintassilgos.

(2) Chamam assim ao pintassilgo novo. Cândido de Figueiredo, na 4.ª edição do seu Dicionário, regista o termo chibeu como provincialismo minhoto, mas somente com a significação de chibarro — pequeno bode castrado.

pícia. Muitas vezes, passam-se dias e dias sem um consolo de aprisionamento.

Certas marés armam dois ou mais alçapões, distantes uns dos outros, em cerco cerrado.

No alçapão, para a caça do pintassilgo e outros pas-sarecos, põem a comidinha de que eles são gulosos, que pode ser variada: espigas de painço, de milho alvo, urtigas, leitugas, alface ou a milhã.

Também lhes armam uns ramalhinhos baixos, besuntados com visco.

Entre nós, as cristas mais fagueiras para a caça dos pintassilgos, são aquelas que estabelecem a corda do seu giro de transfugas veraneantes, quando chegam afoitos com a nova criação, a que chamam *chibeus*, e assim, ao descerem as curvas das grandes serras, são esperados para os lados de S. Pedro de Azurém, alto da Atouguia, Urgeses, etc.

Mais tarde, fazem-lhe o cerco pelos baixos, pelos lameiros, quando procuram as urtigas e a milhã.

O rouxinol é caçado com grilos ou baratas. Não é difícil de caçar, mas é custoso de tratar.

Muito sentido, quando preso, custa a desamuar e a vingar.

Segundo: O mais importante é fazer os cruzamentos; saber emborrachar os melros, para os fazer esquecer a liberdade e para que não morram de tristeza como acontece aos rouxinóis, que é preciso deitar-lhes um pano preto sobre as gaiolas, durante bastante tempo; saber cortar a trave às pegas, para que elas cantem como papagaios; saber educar a passarada ao canto e despertar-lhes a vontade, com especializados e civilizados cantores com larga experiência de gaiola; distinguir o pintassilgo macho da fêmea. Esta tem a cabeça mais pequena e não é tão revestida de penas amarelas. Não interessam muito aos passarinheiros, as fêmeas. Os machos, sim, para os juntar às canárias e fazerem a criação dos mestiços e o apuro dos bons cantadores. Conhecer, porém os rouxinóis machos ou fêmeas é que não é fácil. Só o canto os distingue, depois de desamuados.

Rouxinóis e melros, requerem grande cuidado no tempo da muda, e bom tratamento: fígado de boi, gemas de ovos, caldo verde, etc.

Os pintassilgos mestiços, são de apurado instinto, e apanham bem e com facilidade as cantigas do rouxinol e do pintarroxo.

Trazem um sortido de cores belíssimas, como as moças em arraial domingueiro.

O pintarroxo, de cantiga doce e civilizada, de papo e cabeça vermelhos oiro, como um cardeal fardado de grande gala, depois de preso e na muda, passa por uma transformação mágica, que o derreia de tristeza; perde a roupagem garrida e fica numa igualdade de roupeta menos afidalgada.

Este pássaro e o melro, criam por cá, numa abundância de filharada, e são bons de cair nos alçapões.

Os verdelhões, pardais duma frescura verde de renovo campesino, elegantes, embora de pouca cantiga e cerimónia, pois unicamente sabem saudar a vida e as searas, dão todavia excelente mestiçagem acasalados com as canárias.

De resto, há um vadio, um galfarro, ardiloso, brigão, gransento e ladrão como um rato, tal e qual a pega e o corvo, é o senhor gaio, destruidor da pardalada pequeneira, a quem se atira como S. Tiago aos mouros, com a mesma fúria como se atira aos frutos de polpa tenra e às espigas leitosas dos cereais.

O alçapão é a ratoeira mais certa para as aves de pequeno volume, mas para as rolas, as pegas, cucos, etc., o canistrel é o preferido. <sup>(1)</sup>

O canitrel é uma tosca pirâmide feita de vergas, levantada de um lado com um tento de madeira, a que é amarrada uma linha que vai ter ao esconderijo onde se

---

(1) Usam também os caniços ou as nassas, que são armadilhas semelhantes, feitas de vime ou varas de choupo, de formato redondo, levantadas por um tento, deitando-se à volta deste mesmo tento, a isca, greiros de qualquer cereal, migalhas de pão, etc., para que os pássaros, vindo comê-las, bulam na vara do tento e façam cair a nassa ou caniço.

Leite de Vasconcelos, nas *Tradições populares de Portugal*, a pág. 102, fala-nos numa armadilha usada em Guimarães com o nome de *castelão* — é um arco cujas duas extremidades estão tensas por uma corda. Na curva do arco prende-se uma rede cónica. É destinado a caçar sombrias; o chamariz é um grilo ou mosca grande.

Os rapazes usam muito das palheiras ou linhas com visco, para apanhar as levandiscas e os pássaros bravos.

acocarinha o passarinho, que a puxa logo que veja entrar a presa.

O alçapão é disparado pela própria ave, dando por isso mais descanso ao caçador, que se pode deitar de bandulho para o ar.

O canistrel é disparado pelo caçador, que tem de estar vigilante e de respiração suspensa, ali, acaçapado, sem tugar nem mugir.

Podia a barriga dos passarinhos estar a dar horas, tesa como uma linha, mas abandonar o pouso, a espreita, a vigia dos olhos e dos ouvidos, isso sim.

Às vezes, por vício, por negócio, ou para o aproveitamento favorável da criação, muitos passarinhos de pintassilgos e rouxinóis, abalavam para longe, para fora da terra, farejantes como os caçadores de matilha, ouvido atento e muito apurado para o surpreender dos gorjeios e destaque das melodias, levando na calcorreada paciência dos ermitões, os trochos, as troixas, os farneis e os *chamas* mais ariscos e cantaroleiros.

Os melhores pintassilgos são da Gandarela e do Gerez. Em cada terra, o pintassilgo tem estilo diferente de cantiga.

Pois era esta a arte, a arte mas da mandria, levada dias inteiros pelas sombras e pelas frescas, à espera de ver cair as aves indefesas nas esparrelas traiçoeiras, e sujeitá-las depois a todas as domesticações passarinheiras.

Que sensação, ao cair da portinhola prisioneira!

Mas o que é certo, e nisto reside o maior segredo, que ainda os passarinhos não conseguiram descobrir, embora se afinquem em apuros de cruzamentos, é que a música da passarada transmigradora, é diferente, trautada ao ar livre, ou solfejada em lentidão e a espaços, de dentro de uma gaiola, por mais que os desafios cantarolados as provoquem e incitem.

A dos canários, sim, é sempre igual e a mesma, com tendências até a um requinte mais estreme e afinado, porque é uma ave de temperamento dócil e orgulhosa da sua fidelidade doméstica e da sua fidalguia caseira.

Mesmo a onomatopaica cadência dos trilos, das neumas e monodias, das aves mais propensas para os reptos amorosos, e distinguidas de predicados gorjeantes, não é sempre igual.

Difere consoante as fases devaneantes de carícia, de afilhamento e de requesto, e consoante as horas do dia e as tristezas ou alegrias do cariz dos tempos.

É reparar que no tempo dos ninhos, ainda muito cedo, as aves cantam o despertar, tão levemente como a voluptuosa aragem das primeiras horas que descerram os dias. E o canto vai-se repetindo em lentidão, como um espreguiçamento de reza, e sem aquele calor sonoro com que dão as boas vindas ao sol, quando lhes aquece as asas.

Depois, sol a pino, o canto amortece de sede, e o abrigo chama a pardalada a um descanso atento e prudente.

Quando o sol declina, e o incêndio do firmamento, muito rubro, desce de escantilhão para os deslados das serranias, que parecem confundir-se com as lonjuras do oceano, e a mornidão da sombra anda no mar das ramarias e das searas, é a hora da grande orquestração lírica e do capricho dos desafios velozes, dando cada um dos cabriolantes do espaço livre o melhor que tem do seu peito canoro. Espalham a sua alegria e ventura alada, em louvor da natureza e dos campos, que lhes dá o sustento e o abrigo, e cantam também de amor e nostalgia e para consolo e regalo dos homens, os seus maiores e mais cruéis e cobardes inimigos.

*O rouxinol é o poeta dulcíssimo das noites de verão.* Mestre dos mestres, ninguém o excede na elegância civilizada da sua harmonia.

Canta de dia e de noite. E para cima da meia noite até de manhã, se algum assobiador inteligente o desafia, o seu cantar nunca esmorece, e vai como que numa tentação de loucura e de amor, cantando e recantando, até cair de fadiga.

Os pintassilgos, são umas aves maneirinhas e sentimentais, duma esperteza realçada e atenta a todos os sonidos líricos da natureza, não perdendo, todavia, por amor ao berço, os variados estilos de cantiga de que cada grupo é portador, segundo o ponto de imigração. Quer dizer, a melodia é a mesma, os trinados é que diferem.

Não têm voo directo, rasgado; voam aos lanços, e consoante o tempo de caminhada vão sempre aos *tremelinares* de cantiga, em *levadas de guincho*, quer dizer, vão cantando em trinados crescentes, consoante

vão desferindo e voando. O pintassilgo e o pintarroxo são os pássaros de mais suave e cariciosa cantiga; são duas aves que se batem ao desafio com denodo e galhardia. Passam entre nós o Outono e o Inverno; na Primavera e no Verão emigram para as criações e vão para terras de Bouro, Gerez, Vidago, Senhora do Porto, Gandarela, etc.

O chincharrabelho, preto e branco como o hábito franciscano, é um fala barato que tem cantiga variada para todas as estações do ano.

O melro é o cantor das noites estreladas: Manhoso e desconfiado, é um defensor prudente do seu ninho e dos seus filhos, desviando os voos e os cantos para sítios em que possa iludir a sanha dos caçadores e destruidores da sua paz de arraial festivo.

Quando o ouvem na altivez da sua volata terna e lírica, julgam que ele dirá em instinto de gosto:

*Teodoro, Teodoro,  
A água é boa...  
Mas o vinho,  
Escorropicha-o...*

Os tordos, quando chegam, vêm para a pontaria dos caçadores, para a matança carniceira e cruenta dos escopeteiros de tiro seguro.

Na despedida, agoniada e triste, tornam-lhes as andorinhas do Senhor, apiedadas:

*Tordos loucos, tordos loucos!  
Viestes tantos e ides tão poucos!*

Ao que eles remoqueijam num enviezamento de azedume, em seta venenosa:

*E vós, andorinhas curtas!  
viestes poucas e ides muitas.*

E lá se vão os pardais que por graça de Deus não foram fisgados, nem caçados, nem mortos. Todo este brunido e oirado firmamento de passada gaiteira e grulhenta, rarefaz-se, deserta, emigra, alaparda-se, com o recolher dos últimos bagos das colheitas, e só volta

na Primavera, com a luz da claridade mais doce, mais temperada, mais criadora.

Os rouxinóis lá se vão, de viola no sacco, até o Algarve e Marrocos, levando todo o concerto das suas sinfonias.

As rolas, os tordos, os cucos, as andorinhas, mais sensíveis ao frio e mais tristemente saudosas, são as primeiras aves que se reúnem em bandadas disciplinadamente orientadoras e desferem, em voo alto, fugindo à nossa vista e ao céu da nossa terra.

Levam os filhos e deixam as raízes e as linhas sábias da arquitectura idílica dos seus ninhos à enorme sabedoria dos homens, que tanto lhes custa a caber na imensidade do mundo...

## PALACETES DE GUIMARÃES

Est. I



Dous curiosos palacetes do séc. XVIII, que ficam no começo da R. de D. João I. São armoriados e enriquecidos com a ornamentação de tímpanos e por um barroquismo tradicional. No primeiro, cada grupo de duas varandas do primeiro andar, com tímpanos recurvos e padiciras grossas, e boleadas, é ligado pelas faixas dos alizares às duas janelas do rés-do-chão, formando um conjunto arquitectónico original e pouco vulgar.

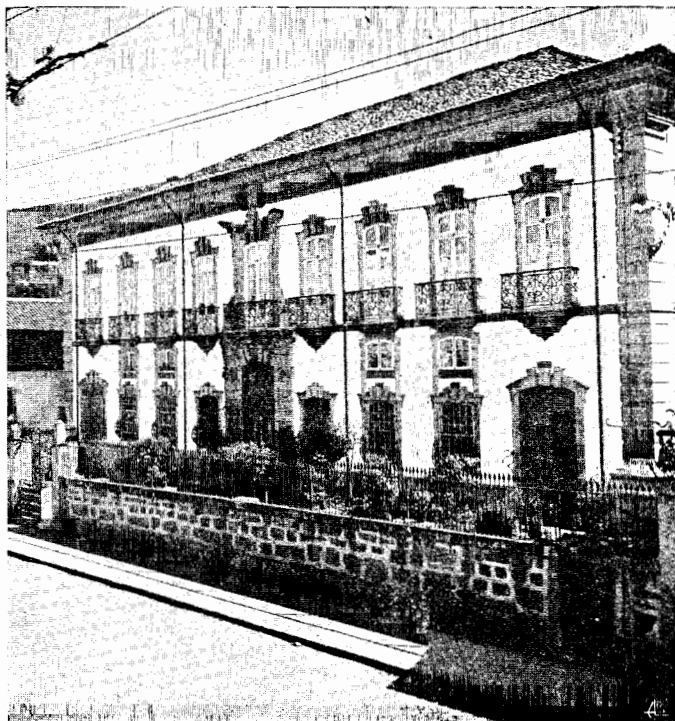


Prédio n.º 28, à esquina do Priorado. — R. de Santa Maria.  
Soberba relíquia de cantaria flamejante.



Casa do Conselheiro Lobato, na Rua da Caldeiroa. Fachada clássica, muito nobre e elegante.

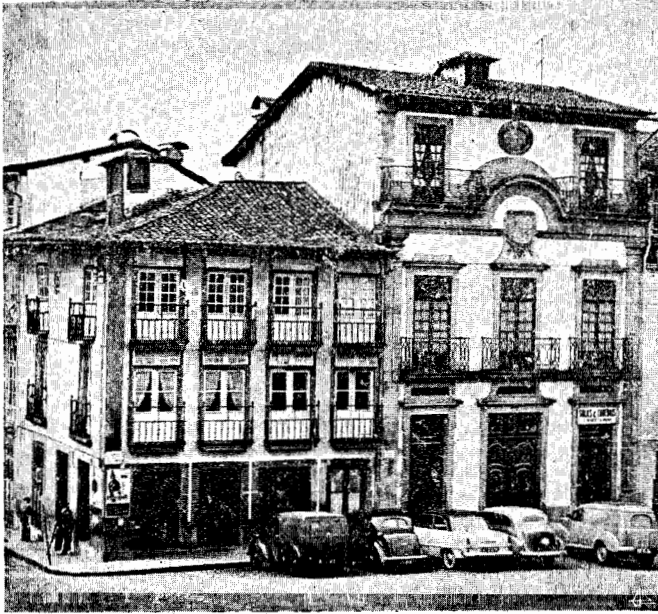
Est. IV



1 — *Palacete das Hortas, da família do Procurador Geral da Coroa João Baptista Felgueiras.*

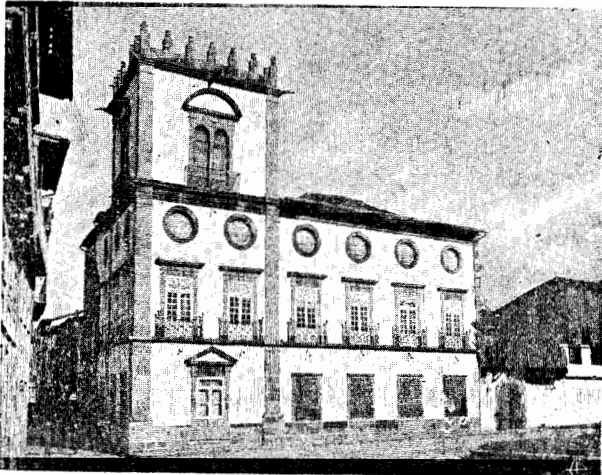


2 — *Palacete do Visconde dos Pombais.*



1 — *Casa dos Amarais, de frontaria bellissima e estrutura ática e correcta, no Largo 28 de Maio.*

O primeiro prédio, setecentista, é o único exemplar dos muitos que guarneciam o antigo Largo de S. Sebastião.



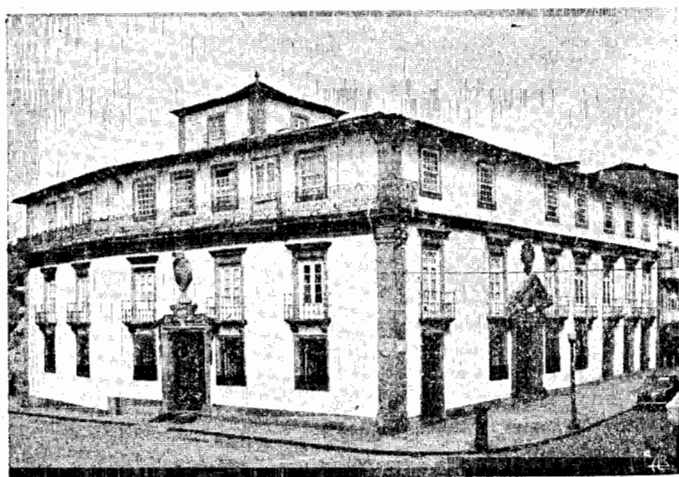
2 — *Casa ameada do Largo de João Franco. Meados do séc. XVII.*  
O seu conjunto exterior é notável de combinação.

Esr. VI



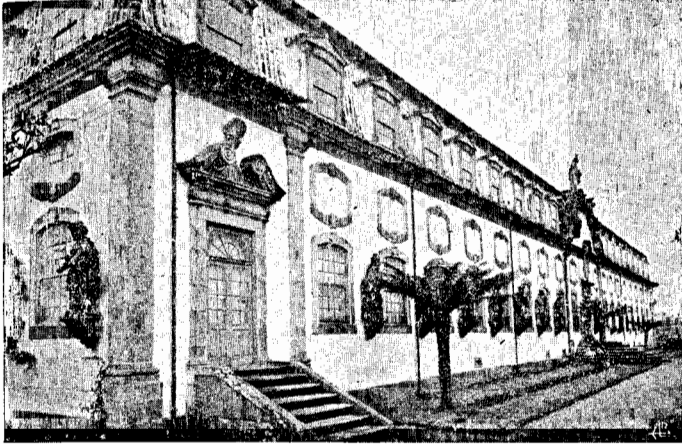
1 — *Palacete dos Navarros de Andrade.*

Uma das melhores relíquias heráldicas. Estilo clássico puro. Meados do séc. XVII

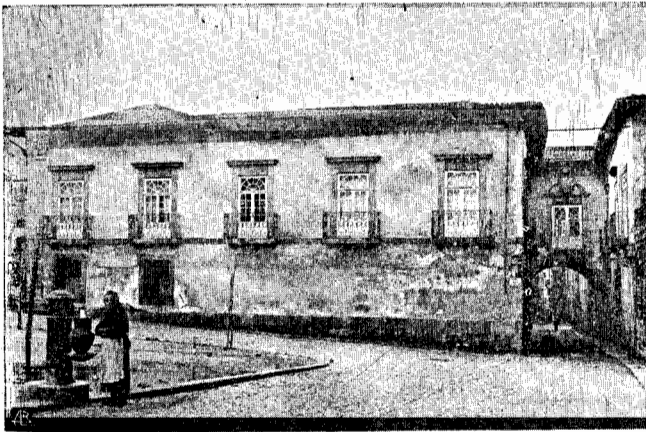


2 — *Palacete do Arcebispo D. José de Bragança, conhecido pela Casa dos Coutos.*

Sobre as cornijas assenta a enxertia de um andar pouco agradável.

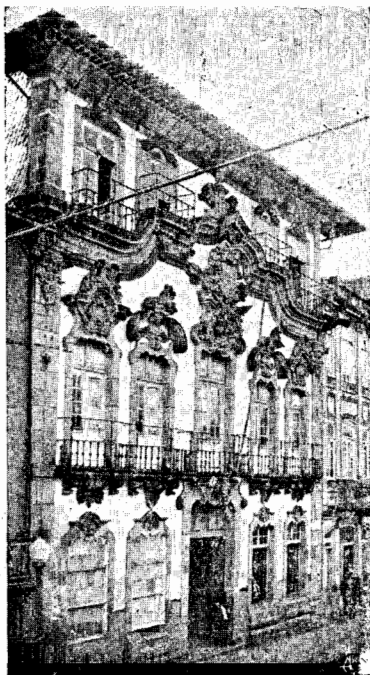


1 — *Palacete de Vila-Flor, dos Condes de Arrochela.*



2 — *Palacete dos Condes de Azenha, mais conhecido pela Casa do Arco.*

Est. VIII



1 — *Palacete barroco dos Lobos Machados.*



2 — *Casa dos Laranjais. Meados do séc. XVII.*

É um misto muito elegante e harmónico de palacete e mansão burguesa.



Prédio n.º 65, dos Rolas Perciras, na Rua de S.<sup>ta</sup> Maria.

Este prédio armoriado, é duma estrutura clássica, correcta e original, assemelhando-se ao palacete da Est. I. (1)

(1) Neste prédio nasceu o nosso conterrâneo Mário Cardozo

Est. X



Prédio n.º 13, armoriado, na Rua de Val-de-Donas, da família dos Araújo Abreus.

**Muralhas e torres.****Contratos, aforamentos, vendas e concessões.**

Vejamos então, avivando os factos conhecidos, num rápido esboço, pela série de apontamentos curiosos e de realidade elucidativa que colhemos num dos livros manuscritos de João Lopes de Faria, o paradeiro e as bolandas de muitas pedras das muralhas, e a acção movimentada e orientadora dos Municípios vimaranenses, quanto aos progressos e directrizes estéticas e fisionómicas de Guimarães, que se levantaram e desenvolveram por um sem número de mandados, de autorias, de pareceres, de imaginosas fantasias e fascinações de extremos e tolerâncias, e em largos planos de elaboração, profundos e renovadores.

Surgiram e resolveram-se muitas discórdias e problemas capitais de função administrativa e orgânica, no pleito mundano e dimensional dos lugares e dos espaços, das licenças, dos alvarás e das utilidades, problemas de uma anuviada passividade, outros de grande batalha interesseira e ambiciosa, que no choco dos anos e dos séculos andaram à volta das demolições das muralhas da vila, dos aforamentos de terreno para construções, da abertura de novas ruas e do alargamento e refazimento de ruas e terreiros.

Havia ainda a vencer ou a coadunar, nestes problemas de progresso e orientação municipal, a divergência de pareceres que a cada passo surgiam, entre as autoridades da escala administrativa, que nem sempre se entendiam, precisamente pela sua hierarquia totalitária de poderes adentro das funções camarárias.

Em muitos casos era difícil ajustar as medidas de um bom entendimento, nem que fossem em proveito do bem comum ou do ritmo progressivo e público, porque cada autoridade impunha a sua política pessoal, e teimosamente ou caprichosamente, desviava-se do direito, da razão, dos cotejos esclarecedores da sensibilidade colectiva, das resoluções dos vereadores e seus mesteres da Mesa, ou da própria opinião geral do Senado consultivo da Nobreza e Povo, muitas vezes reunido para decisões capitais de interesse absoluto.

Sendo a Nobreza e o Povo uma autoridade culminante, representava a vontade do Concelho, e era formada por os homens bons, assim como os vereadores e os dois mesteres da governança, mas acima deste conjunto de autarquia local e administrativa, estavam os que vinham de fora.

Estranhos ao amor que se sente por uma terra, e que vem sòmente ao coração pelo berço e pela veia de nascença, ditavam friamente as suas leis, impunham os seus pareceres, postergavam os bons princípios de utilidade pública ou protelavam a vontade municipal, queixando-se directamente, em largas exposições, a Suas Majestades.

De maneira que todo o Concelho, tinha de girar, com muito jeitinho e muita assistência de pitaças e boas aposentadorias, à volta das autoridades superiores dos Juizes de Fora, Provedores e Corregedores das Comarcas, homens licenciados, da confiança régia e da sua nomeação, que em tudo bedelhavam e metiam o nariz.

Os tempos demudaram, decorridos séculos, e sem que os homens se pudessem revirar de dentro para fora, apurando de perfeição e de independência, vieram as centralizações, o comando superiormente dirigido, e os Municípios ficaram manietados e em contínuo jejum de penitência, sem alento e moidinhos de sangrias, com jurisdições limitadas de mando e de acção.

Reatando, diremos que as bases primordiais da evolução progressiva do meio vimaranesse, os módulos do recomeço duma construtura civil, adaptada ao ambiente e à feição do tempo, andam à volta das diversas fases da derruba de torres e muralhas.

Os Municípios confrangiam-se com o descancelo de muros e aduelas, porque Guimarães gozava dos respetos de uma lealdade a todas as tradições históricas, por isso que era concessonária de grandes privilégios hierárquicos, títulos possessórios e consuetudinários, e era senhora de muitos bens, muitos foros, muitas mercês e com forais de elevadas prerrogativas e liberdades de munificência régia.

Principalmente, o bordado afagoso dos seus progressos de aformoseamento e de alargamento de ruas e praças, fez-se nos planos rústicos, livres da estreiteza prisional da sua vetustez de portas e muros.

Os primeiros vislumbres duma preocupação urbanística, começaram quando as vilas e as cidades entraram a ocupar os amplos espaços suburbanos, fugindo da espiritualidade e da figuração dos aros amuralhados, conjuntos sem desfrutes nem horizontes, que estiveram sempre sujeitos às leis políticas e de adua dos Alcaides-mores.

A partir do século XVIII, entre nós, as medidas de reviravolta reformativa foram de certo arrojo.

Assustaram a dignidade dos menos esforçados de originalidade, mas mais garantidos de importância individual e de personalidade inconforme e exigente. Foram, todavia, umas medidas de penosa tristeza, confrangedoras, pelo que roubaram a uma vila hierática no esfrangalhar das mais características e altivas roupagens do seu medievalismo hereditário.

O sacrifício, a bem das qualidades do proveito e da compensação construtiva, obrigou Guimarães a aliviar-se da agonia atrofiante dos membros torcidos e deformantes, abrindo sulcos fundeiros para erguer altitudes rompantes de expansão libertadora, aplainando uma vida mais porfiada e disciplinada aos preceitos civilizados, frutificantes e humanos.

Simultaneamente, duradoiramente, o que de novo ia rompendo e surgindo, assentou os firmes alicerces na demolição das suas torres acasteladas e das suas muralhas, na venda de toda a pedraria da velha concórdia defensiva, e no aforamento de todas as terras e espaços adjacentes.

Foi uma medida de sanha destruidora, que fez rebri-lhar dos escombros um alto domínio de existência utilitária, sepultando muita avareza e vaidade de proprietários estéreis. Fugindo da lei conservadora, com envergadura singular, muitos Municípios deceparam para deixar construir, para mais distante, as virtudes domésticas e comerciais de casas amplas, arejadas e alinhadas, permitindo que novas ruas levassem a sua airoxia cerimoniosa de mocidade e compostura, ao concêntrico maneirinho das antigas homenagens históricas, já passadas aos livros dos feitos guerreiros e fidalgos.

No decorrer do século XVII, diga-se com orgulho e louvor para as gentes da governança, as muralhas, as barbacãs e as suas escadas, sobretudo as do Tournal, as que ficavam junto ao arco de Santo António e à Torre

de S. Domingos, as mais assediadas pelos interesseiros do negócio comercial, eram verdadeiramente respeitadas pelas vereações, que por vezes obrigavam a limpar das tapagens aqueles que abusivamente as faziam, por serem em prejuizo do povo.

Queriam sempre as muralhas destapadas, abertas, livres e limpas. (1) Os tempos, porém, foram andando e vê-se então o que iremos relatar.

Sob o ponto de vista político e social do bem comum, e do rodopiar progressivo, descongestionando o que manietava empreendimentos e novas directrizes de evolução, o lento descalabro e desmantelamento de torres e muralhas, pode ter uma caprichosa corrente de defensores.

Em face, porém, dos sagrados princípios de amor pátrio, é inegável que tudo quanto se fez e desleixadamente se despresou e deixou derruir, foi um crime desrespeitoso e monstruoso à monumentalidade histórica e artística.

Pobres pedras!

Os boleús e os reboções que levaram, chegariam para achachapar Guimarães num montão de ruínas!

Até faz tristeza!

Nas Cortes de 1653, pediam os procuradores de Guimarães para que se valesse ao Castelo da vila, o mais sumptuoso do reino, que estava a arruinar-se, e se lhe não acudissem se arruinaria de todo, e que o seu concerto fosse à custa das rendas que o Alcaide-mor tinha nesta vila.

E que os muros, também os melhores do reino, se não se alimpassem cairiam arruinados, acudindo-se igualmente às torres deles com um pouco de reparação.

Em 1793 foi reconhecida a inutilidade dos muros que circundavam a vila, pelo seu estado de ruína e em virtude dos desleixos de nunca cuidarem deles com aquela seriedade histórica que se impunha, curando sòmente os homens da governança, em reparar as deficiências admi-

---

(1) Em 17 de Junho de 1628, mandou a vereação, dentro de quinze dias, que todas as pessoas moradoras ao longo dos muros da vila os limpassem, assim como as torres e as muralhas, das heras e das ervas, e quem os tivesse tapados os ponham livres, como dantes eram. Em 1667 procede contra os que roubavam as pedras dos muros.

nistrativas e aumentar a esfera das pavimentações com o produto material da pedraria das torres e das muralhas, suprindo os desequilíbrios orçamentais com os aforamentos que faziam e com os lucros leiloeiros de milhentos carros dessa velha pedra multissecular. (1)

E assim se observa, como já dissemos, que o progredimento de Guimarães, em casas, solares burgueses e fidalgos, albergues, recolhimentos e certos monumentos igrejários e conventuais, foi alicerçado pelo sacrifício do que aos poucos iam demolindo da sua fachada maciça e primitiva. (2)

---

(1) Não bastava o vandalismo por que passaram as muralhas e as torres de Guimarães, para haver ainda a coragem de certos sacripantas que se arrogaram a pedir a razoiira total do Castelo, engrandecida fortaleza medieval e herança eterna da Condessa Mumadona, que mandou levantar as primeiras pedras altaneiras dum defesa civil e cristã, pelo amor da terra, do seu convento e da sua viuvez.

Em 1829, Custódio José de Sampaio Guimarães, apresentou a El-rei um requerimento, pedindo a pedra da Torre que se achava colocada no meio do Castelo da Vila de Guimarães.

Em 31 de Janeiro de 1836, um dos membros da Sociedade Patriótica Vimaranesense, voltou à carga, e propôs a demolição deste notável monumento, para com a sua pedra se ladrilharem as ruas e calçadas de Guimarães.

Invariável e calmamente, Suas Majestades e Augustos Senhores, respondiam e ordenavam aos Juizes de Fora:

«Não somente este Venerando monumento mas tudo de que se compõe o mesmo castelo seja intactamente conservado, por ser o palácio em que nasceu o primeiro rei destes reinos e sempre glorioso e invicto Senhor Dom Afonso Henriques, merecendo em todos os séculos passados a devida consideração aos senhores reis destes reinos, assim como actualmente merece a El-rei Nosso Senhor que ordena se conserve este Castelo no mesmo estado em que se acha, sem a mais mínima alteração nas suas obras interiores e exteriores, o que já em geral está ordenado pelo Sr. Rei D. João V no alvará de 20 de Agosto de 1721 e pelo Sr. Rei D. João VI, no alvará de 4 de Fevereiro de 1802.»

(2) Em 11 de Abril de 1800, o Juiz de Fora Manuel Maria Falcão de Castro, propunha a S. Magestade que do produto da pedra dos muros da vila, que S. A. concedera para o reforçamento das calçadas, se poderia aplicar alguma parte para as obras necessárias de madeiramentos e telhados do Paço dos Duques de Bragança. Três quartas partes deste Palácio, dizia o Juiz de Fora, só têm paredes, ainda bem fortes e seguras, porque os religiosos de Santo António, em outro tempo, e com licença régia, se aproveitaram dos outros materiais e ainda de alguma pedra.

Encontram-se, no derruir de muito pardieiro, nas paredes interiores de muitas habitações e conventos e nos muros de vedação de quintalejos particulares, aquelas pedras sigladas, que marcaram a sua firme posição de utilidade e de formalidade jurisdicional e defensiva.

«Senhores do Ilustre Senado nesta Insigne Vila:

Tendo-me S. Majestade ordenado por sua real resolução de 4 de Junho deste ano que eu fizesse demolir aquella parte do muro que está entre a Torre da Sr.<sup>a</sup> da Piedade e o Postigo de S. Paio, para poderem os moradores que tem casas do ocidental da rua da Arrochela puxarem até à frente do mesmo muro debaixo das condições declaradas, principiei a dar execução, repartindo em particulares aforamentos aos moradores, toda a extensão da base que ocupa o mesmo muro, donde se tem já desmontado algumas pedras, cujo produto vai servindo para as calçadas da vila, que também já estão principiadas; porém não pode o dito muro acabar de se demolir sem o iminente risco de se arruinar inteiramente a mencionada torre, porque além de estar já fendida numa das suas esquinas, cuja lesão lhe aconteceu, segundo me informaram, por causa do terramoto de cinquenta e quatro (sic.) acha-se enlaçada com o dito muro que lhe está servindo de apoio por aquele mesmo lado, por onde está mostrando o princípio da sua ruína; e porque Sua Majestade sendo informado da inutilidade dos muros que circundam toda a vila, já danificados em muitas partes e do grande estorvo que estão fazendo ao aumento da povoação, houve por bem mandá-los demolir na parte confrontante com o Campo do Toural; parecia-me que em consequência dos mesmos princípios e para melhor facilitar a execução do mesmo diploma régio, se deveria humildemente rogar à mesma Senhora, para que também se dignasse mandar demolir a dita torre, com aplicação da sua pedra ou do produto dela para as obras públicas do concelho, e desta forma também ficaria tendo a vila uma servidão mais ampla e menos perigosa do que actualmente está sendo a sua entrada pela dita torre que forma de noite um sítio arriscado e apto para roubos e assassinos e os novos edificantes conseguiriam toda a comodidade para formarem as suas casas em linha recta, alargando dos dois lados do Postigo e Torre o pouco que é preciso para vencer o cotovelo que o muro forma no seu centro, pois que de outro modo não podem as ditas casas, apesar da beleza da sua planta deixar de apresentar com a tortura da sua construção, uma vista desagradável e nada conforme as instruções de S. Majestade, bem explicadas na Provisão de 25 de Janeiro deste ano.

Vossas Senhorias, tomando na sua prudente e sábia consideração esta matéria, se dignarão insinuar-me oficialmente quais são os seus sentimentos e parecer acerca dela, na certeza de que a sua resposta que sumamente devo respeitar, me há-de servir de governo, ou para me encarregar de pedir a S. M. uma declaração resolutiva sobre o mencionado assunto, ou para me esquecer de dar por mim mesmo os passos que deixo apontados e que a mesma fantasia me representava serem interessantes ao bem público. Deus guarde V. Senhoria, Guimarães, 22 de Outubro de 1793. O Provedor da comarca, José Manuel de Sousa Cardoso Pissarro.» (1)

Poucos dias depois, em 6 de Novembro de 1793, convocados por pregão a Nobreza e o Povo, para se pronunciarem se seria ou não conveniente ao bem público e particular a demolição da Torre da Sr.<sup>a</sup> da Piedade, applicando-se o produto da sua pedra para o refazimento das obras públicas e também para as águas e seus aqueductos e para uma bomba para evitar os incêndios, todos convieram no dito alagamento.

Quanto mais lemos e investigamos, mais arrepiaados nos sentimos, ao verificarmos as hesitações nos rumos de um plano que vinha numa lebre de corrida dos desmantelos passados.

Pelo decorrer do século XIX, as vereações, assaltadas de dúvidas e de desconcertante danação, observando a esbarrocada e barbaresca acção destruidora das governanças já desconjuntadas, desfalecidas e mortas, ficavam perplexas. Derrubaram, abrindo fendas extensas nas muralhas, como trincheiras de guerra, esses caracteres significativos duma respeitabilidade de divisória foraleira, perdurável a todos os fluxos e refluxos dos tempos, e o que observavam era desanimador para a elegância das perspectivas:

Muitas irregularidades de encostos; muitos desvios de ruellas e linhas tortas de casario; muitas e muitas casas encostadas abusivamente às muralhas das ruas de S. Dâmaso, Nova do Comércio, Palheiros e Santa Cruz; muitos pátios de favor, rasgados e cercados em terrenos do Concelho; edificações alcandoradas no cimo das torres

---

(1) Pela cópia de João L. de Faria.

desfeitas; ameias mutiladas para melhor desafogo dos miradoiros de cercas e quintalórios particulares, e uma desaforada ambição das vizinhanças, no adquirir furtivo e desonesto das pedras decaídas e abandonadas.

E frequentemente perguntavam à Rainha, naquela doce candura dos que reluzem pela timidez e pela humildade, se os muros da vila que restavam deviam ser perpetuamente conservados, ou se podiam deles dispôr em beneficio público.

Sempre capciosos, desvirtuavam e disfarçavam os intuitos e as tendências, e tanto os passados como os presentes, serviam os monumentos e os conventos para se servirem a si próprios.

Pedra e terrenos, torres e almuinhas, combros e vielas escusas, desandaram para o aforamento e para a almoeda.

Os benefícios públicos, quanto ao aproveitamento das pedras das muralhas, quase se traduziam no calçamento das ruas, nos aquedutos das águas, no empedramento dos poços que abasteciam a população e no fazimento de fontes pitorescas, como a da Barrela, dos Passarinhos, das Ameias, do Abade, das Oliveiras, etc., etc., e no erguer dos oratórios, onde os santos mais querendeiros e milagrosos, protegiam os moradores das ruas mais típicas da velha Guimarães, como o oratório do Sr. da Agonia, na Travessa do Picoto, do Sr. da Boa Esperança, em Relho, do Sr. Bom Jesus, na Caldeiroa, do Sr. dos Desamparados, na rua Nova, do Sr. dos Aflitos, na rua de Gatos (D. João I), etc.

Quando desmantelaram as portas, os postigos e as torres da vila, abriram umas ruelas engasgadas e de tropeço, para aproveitarem e cederem todos os nicos e nesgas de terra que deram aquelas edificações de esquina que se veem, esguias e entaipadas, ou consentiram que no morro das torres lhes prantassem em cima, casas e terraços, como se observa na esquina da rua de Santo António (lado da torre de S. Bento), na Porta da Vila, na subida de S. Paio (lado do postigo), na Senhora da Guia (lado da torre dos Cães), etc.

Mário Cardozo, num curioso artigo «A propósito das antigas muralhas de Guimarães», publicado na *Rev. de Guimarães*, fazendo uma minuciosa descrição de dois valiosos e documentados desenhos do século XIX, que

voltamos novamente a reproduzir e a intercalar nas páginas deste modesto estudo, observa e comenta:

«Nos dois desenhos se vê um pequeno tanque, que na legenda é indicado com o nome de Fonte da Barrela, actualmente desaparecida, e que, pela designação, seria por certo um lavadouro público. Outra indicação curiosa dos desenhos é a da existência nessa época, de um pequeno olival, no terreno encostado à muralha, junto à Torre dos Cães. Os lugares que a legenda menciona, da Pupa e das Hortas, ficavam a nascente da rua, que hoje se chama de Alberto Sampaio. (Figs. 1 e 2) O nome da actual rua do Dr. José Sampaio, substituiu o antigo nome de rua das Hortas. Para terminarmos esta breve nota que os curiosos desenhos do Sr. António Vaz Vieira nos sugeriu, nada mais oportuno do que insistir no que em 1922 escreviamos... Guimarães linda, de outro tempo, de um tempo que eu não vivi mas que idealizo e recomponho carinhosamente no meu espírito; Guimarães ingénua, com teus muros e torres e conventos, com tuas janelas de crivo, com tuas capelas, oratórios e cruzeiros...

É certo que o aspecto geral das cidades não pode quedar-se eternamente o mesmo, para satisfação de simples atitudes contemplativas: tem necessariamente de acompanhar a evolução dos tempos, as modificações que o progresso exige, as realizações da técnica moderna, os cuidados da higiene, os conceitos artísticos, o conforto doméstico, etc.

Mas, no dobar dos séculos, e dentro de quaisquer orientações modernas, deve estar sempre presente no nosso espírito o respeito por tudo quanto nos fale de um passado histórico, com individualidade própria, e que o camartelo demolidor deverá poupar.» (1)

*Em 22 de Janeiro de 1787, o Cabido de Nossa Senhora da Oliveira, em sessão plenária, delibera demolir a torre da Sr.<sup>a</sup> da Guia (a que chamavam Torre dos Cães), que estava a alagar-se, para o que desde 18 de Fevereiro de 1778 tinha Provisão Régia, que lhe concedia a pedra*

---

(1) *Revista de Guimarães*, vol. LXVII, pág. 207.

da dita torre, para a construção da sua nova casa capitular, e que, pela demora havida em a demolir, a Câmara pedira a Sua Majestade lha concedesse para as ruas da vila.

*Em 31 de Outubro de 1789*, foi cedida à Irmandade da Sr.<sup>a</sup> da Consolação e Santos Passos, a pedra do muro caído no sítio dos Palheiros, e a torrinha da porta da Frieira, que se achava arruinada, para a sua obra da capela-mor.

*Em 16 de Outubro de 1795*, um Aviso régio, passado em Queluz, concedeu ao D. Prior a pedra das torres da Porta da Vila e de S. Bento, para a reedificação da Colegiada igreja, conforme já havia sido dada ao Cabido a torre de Nossa Senhora da Guia, para a construção da casa capitular.

A torre da Porta da Vila alagou-se primeiro que a de S. Bento, a que também chamavam torre da Senhora da Graça. (Fig. 3).

Como as demolições destas torres, por quaisquer circunstâncias, não se efectuaram de seguida, a longa demora fez esquecer ou adormecer aquele Aviso régio, e entretanto a Câmara obtinha, em 6 de Dezembro de 1800, outro Aviso régio, concedendo-lhe, sem especificar, a pedra dos muros e das torres, para o conserto das estradas, ruas e aquedutos da vila.

Quando em Março de 1845 a Câmara resolveu demolir a torre de S. Bento, por se achar construída e colocada de forma que impedia o trânsito público, dando às ruas de S.ta Luzia e Fonte Nova uma passagem tortuosa e escura para a rua de S. Bento, caiu Tróia.

Demais, justificava a Câmara que o lugar onde permanecia a torre, só servia para ocasionar roubos, espancamentos, ou torpezas contra a moral pública, de que tinha repetidas queixas, e que havia urgente necessidade de pedra para as calçadas e mais obras do Concelho, e achando-se autorizada às demolições das torres da Vila em benefício das suas obras, e em cumprimento das ordens superiores, ordenava se precedesse imediatamente à demolição da sobredita torre.

Alto lá! mais devagarinho!

*A casa do cambado é nossa*, diziam os Senhores sinecuristas da Colegiada, recolhedores de fartas buletas

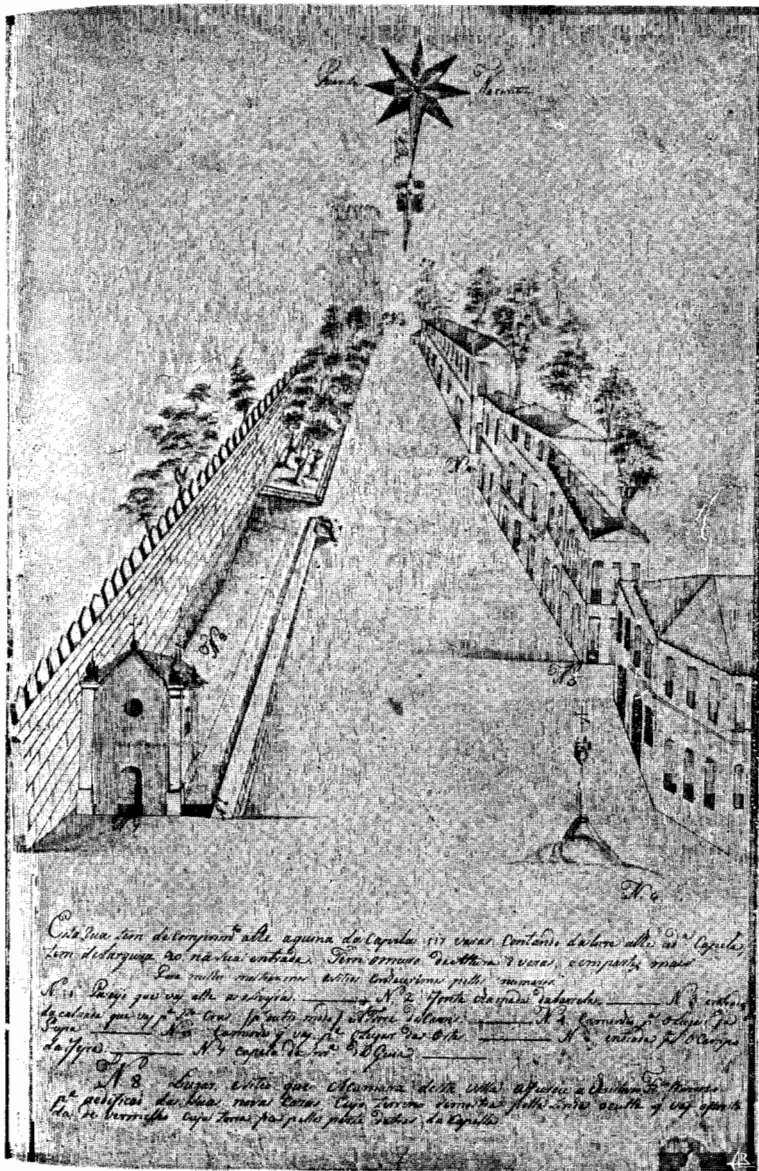


Fig. 1 — Desenho de começos do séc. XIX, mostrando o antigo aspecto da actual rua do Dr. Alberto Sampaio.

Legenda:

Esta rua tem de comprim.to athe aquina da Capela 117 varas contando da torre athe a dita capela, tem de largura 20, na sua entrada. Tem o muro de altura 8 varas, e em partes mais. — N. 1 Passagio q. vai athe as oliveiras. — N. 2 Fonte chamada da barreira. — N. 3 Entrada da calçada que vai p.ª S.ta Cruz, p.r outro modo A torre dos Caens. — N. 4 Caminho p.ª o lugar da Pupa. — N. 5 Caminho que vai para o lugar das Ortas. — N. 6 Entrada para o Campo da Feira.

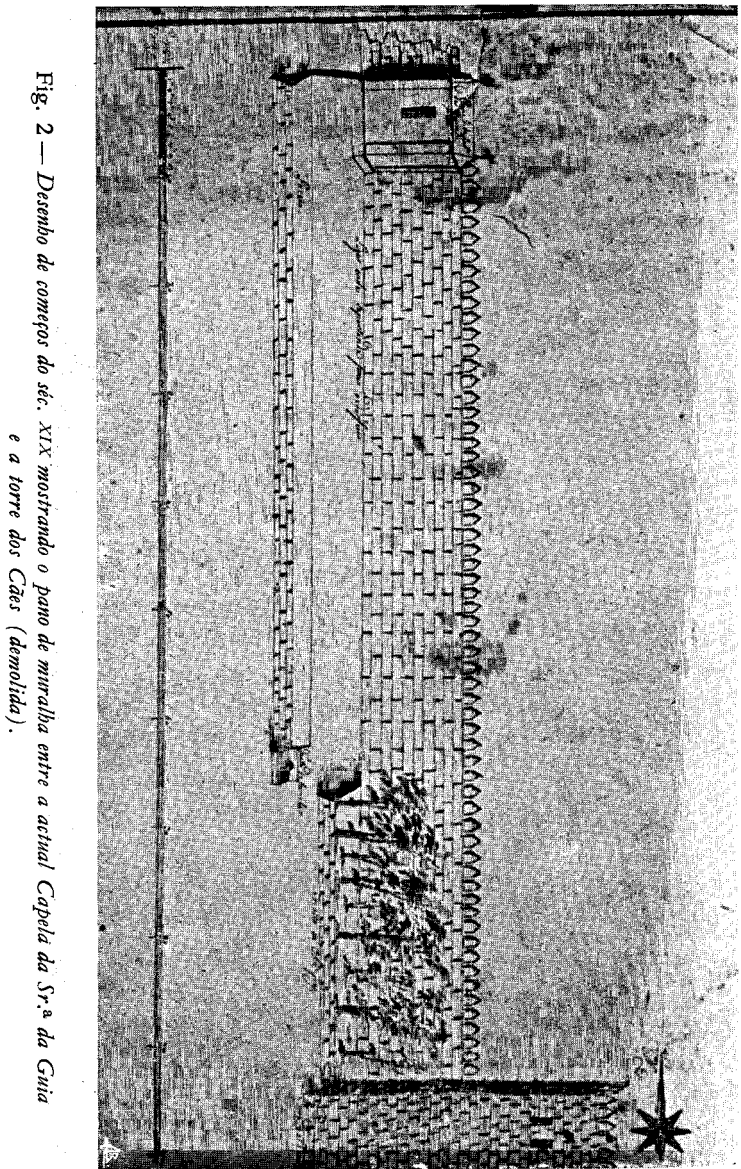


Fig. 2 — Desenho de começos do séc. XIX mostrando o pano de miradilla entre a actual Capela da Sr.ª da Guia e a torre dos Cães (demolida).

agrárias, em cereais. Despertaram todos os Avisos e Alvarás que dormiam o sono do esquecimento e do abandono.

Surgiram conflitos, questões, embargos, o diabo por uma linha.

E o que é certo é que as contendas judiciais, só terminaram por uma transacção amigável entre a Câmara e o Cabido, lançada em regras notariais.

«Em 5 de Novembro de 1845, disse a Câmara que principiara a demolir a Torre de S. Bento para se utilizar da sua pedra, como entendeu ser-lhe permitido em virtude de Aviso régio de 6 de Dezembro de 1800, que mandára que com a pedra dos muros e torres desta vila, se concertassem as estradas, ruas e aquedutos; que o reverendíssimo Cabido da Insigne Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, se opusera à mesma demolição, requerendo embargo judicial, deduzindo artigos nunciativos e de manutenção com fundamento noutro aviso régio de 16 de Outubro do ano de 1795 em que se lhe concede a pedra de que carecesse para as obras da sua Igreja e oficinas respectivas, tirada das Torres da Porta da Vila e de S. Bento, ou de quaisquer outras, achando-se pendente esta questão no Juízo de Direito deste Julgado e cartório do escrivão Bento José Ferreira Porto.

Transigem, porém, na forma seguinte: Que toda a pedra da Torre de S. Bento fica *in solidum* pertencendo à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal e a possa utilizar para aquilo que bem lhe parecer. Que a Câmara dará, neste acto, ao Rev.<sup>mo</sup> Cabido a quantia de 540.000 réis metal em contemplação de todo e qualquer direito que tenha ou pudesse ter a toda ou a parte da pedra da mencionada Torre.

Que existindo, como existe, há muitos anos, dentro da referida Torre, a capela denominada de S. Bento, que é própria do Rev. Cabido, e sendo indispensável ser demolida para se demolir a Torre, será a demolição desta capela feita à custa do Cabido e da Câmara, metade por cada um, ficando contudo pertencendo ao Rev. Cabido a pedra, telha e todos os mais materiais da capela. Que depois será de novo erguida a predita capela, ou na grossura da Torre a que hoje está encostada, ou virada para o largo de S. Bento, como se achar mais conveniente por ambas as partes contratantes, de comum acordo. A erecção da capela será feita à custa do Cabido e da Câmara, utilizando-se na reforma os materiais que se poderem empregar na sua construção. Que as custas do processo serão pagas a meias.

E desta forma fica terminada a questão pendente, para nunca mais poder ser instaurada nem reviver sobre qualquer pretexto. Logo a Câmara deu os 540 000 réis.

ao cônego procurador do Cabido, António Dias Pinheiro. Testemunhas: João Francisco de Sousa e Freitas, «o Joia», da rua do Poço e Henrique José da Silva Guimarães, da rua de Trás-o-Muro, escriturários da Câmara » (1)

*Em 5 de Janeiro de 1805*, a Câmara vendeu ao cônego João da Costa Carvalho Borges, toda a pedra do muro que tapava o quintal das casas que possui na rua do Gado, e o restante da pedra do muro que se demoliu na rua de Santo António ou Palheiros, que confronta com as casas, por 110.000 rs.

Ao P.<sup>e</sup> Francisco Joaquim Ribeiro Guimarães, morador no Campo da Feira, vendeu a pedra que se achava no fundo da torre que se demoliu no sítio de Santa Cruz, e a do resto do muro que finda no quintal de D. Brígida, mística a medição que tem comprado o cônego Magistral Manuel de Gusmão de altura de 10 palmos, e outro pedaço de muro no sítio dos Palheiros, e que compreende de comprido 5 ameias, tudo por 24.720 rs.

*Em 11 de Maio de 1805*, a Câmara vendeu a João de Sousa Aguiar, do terreiro da Misericórdia, toda a pedra do muro que tapava o rossio da sua casa, que faz fronteira para a rua da Fonte Nova. Tinha de altura, de quina a quina, 16 braças ou 224 carros, a 240 rs. — 53.760 rs.

*Em 27 de Julho de 1805*: Vendeu ao P.<sup>e</sup> Francisco Joaquim Ribeiro de Guimarães, um pedaço de terreno baldio, sítio à porta de Santa Cruz, que ficou da demolição da muralha. Tem de nascente a poente 9 varas e voltando do norte 20 e meia varas, e de aí, voltando ao sul, fazendo alguma volta pela cabeça do nascente, 23 varas. Dentro desta medição existiam três oliveiras. Foro. 40 rs.

*Em 3 de Agosto de 1805*: Vendeu a Câmara, a D. Brígida Maria de Barbosa e Lima, viúva, moradora na rua de S.<sup>ua</sup> Maria, o restante da pedra do muro que se demoliu e alagou no seu quintal do Castelo. Tinha 9 palmos de altura e deu 215 carros, a 240 rs. — 51.600 rs.

---

(1) Nota do tabelião Francisco José da Silva Basto — Arquivo Municipal de Guimarães.

A João Machado de Melo, da rua do Gado, o restante da pedra que tapa o quintal da sua casa, e que por ter muitos penedos, o dito muro foi avaliado em 250 carros.

*Em 22 de Fevereiro de 1806:* Vendeu a José Borges Pacheco Pereira Vieira da Maia Pimentel, da cidade de Braga, um pedaço de terreno, sito para a parte da rua Nova de Santo António e confronta com o seu quintal e casas. Foro, 500 rs.

*Em 10 de Maio de 1806:* Vendeu a João de Sousa Aguiar, da Misericórdia, um pedaço de terreno do muro sito nas traseiras das casas em que vive, que faz fronteira para a rua da Fonte Nova. Foro. 55 rs.

*Em 14 de Julho de 1806:* A António José Cardoso, um pedaço de terreno nas traseiras de duas casas da rua de Val-de-Donas. Foro, 110 rs.

*Em 4 de Junho de 1808:* A João de Sousa Aguiar, parte do terreno da fronteira das suas casas e uma viela nas costas das casas, um acréscimo na terra do concelho e de uso público na rua da Fonte Nova indo para S. Bento à parte direita. Sendo medidos, de sul para norte da rua e poente, tem de comprido 4 varas e uma terça e palmo, e de largo, de nascente a poente, 9 palmos, e nas traseiras das ditas casas, uma viela que é do Concelho e pertence às casas, que é entre as mesmas e o muro da vila, a qual encostada ao muro tem 4 varas e uma terça, e de largo 6 palmos, Foro, 70 rs.

*Em 12 de Novembro de 1808:* A Rodrigo José de Sousa Lobo, um bocado de terreno que faz fronteira para a rua Nova de Santo António, e fica no fim do quintal das suas casas, sitas na rua do Gado, que tem de norte a sul 4 e meia varas e de comprido 4 varas. Foro, 20 rs.

*Em 22 de Agosto de 1812:* A Ana Joaquina, solteira, da rua de Santa Cruz, um terreno na sua casa, que abrange o muro na parte do quintal entre as Torres e os Paços, que tem de nascente 38 varas e 4 palmos, o mesmo pelo poente, pelas duas cabeceiras norte e sul, 3 varas. Foro, 40 rs.



Fig. 3.— *Torre de S. Bento, também conhecida por Torre da Senhora da Graça.*

(Desenho de um album de viagens de Carlos Van Zeller 1835).

— A João do Couto Ribeiro, coronel de milícias reformado, para endireitar em linha recta o muro do quintal da sua casa nobre da Misericórdia, 22 varas de comprido. Foro, 60 rs.

*Em 23 de Dezembro de 1812:* Francisco José Ribeiro, morador no terreiro de S. Francisco, próximo e immediato à casa da Alfândega requereu à Câmara: «Que sendo possuidor de uma morada de casas no mesmo sítio, foram incendiadas pelo inimigo, não existindo delas senão o chão; pretende edificá-las de novo, porém, como do lado do norte fazem um ângulo, que não só faz defeito ao edificio mas também ao prospecto público, cujo efeito se pode evitar, uma vez que V. Ex.<sup>as</sup> aprovelem e permitam a execução da planta, que o supplicante se obriga a cumprir à sua custa, sem que o Senado concorra com despesa alguma.»

A Câmara despachou: Obrigando-se o supplicante por escritura pública, à mudança da porta da Alfândega, na forma do plano que apresentou, e debaixo das vistas do procurador da Câmara, concedem a licença pedida.

*Em 4 de Dezembro de 1813:* A João de Sousa Aguiar, do terreiro da Misericórdia, um pedaço de muro nas traseiras duma casa pegada à sua habitação. Tinha de norte a sul 3 varas e de nascente a poente 2 e meia varas. Foro, 20 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup> (quarentena).

*Em 7 de Maio de 1814,* foi apresentado à vereação um officio do Dr. Provedor da Comarca, rogando à Câmara que de harmonia com a ordem que tinha recebido de S. A. R., da pedra da Torre Velha que se estava a demolir, mandassem separar 250 a 300 carros da de melhor qualidade para ser conduzida para as Caldas de Vizela e aí empregada em obras de beneficio da saúde pública.

*Em 24 de Setembro de 1814:* A José Leite Duarte, tabelião do judicial e notas, proprietário duma casa na rua de S. Dâmaso, a muralha e nave da Torre Velha. Tem em confrontação com a rua de S. Dâmaso 16 palmos, do sul ao norte com o terreno medido a João de Lemos, incluindo o terreno que ocupa o muro, tem 60 palmos, do poente, com os rössios das casas da rua Nova,

tem 51 palmos, de nascente a poente tem 35 palmos, e de norte a sul, pelo nascente, até o princípio da medição tem 48 palmos. Foro, 300 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup> (quarentena).

— Ao P.<sup>e</sup> Manuel Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu, com boa propriedade de casas, que de nascente encostam à torre, e do norte à muralha, confrontando com a rua de S. Dâmaso, idêntica medição de terreno feita a José Leite Duarte. Foro e terça real, 300 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 7 de Janeiro de 1815:* A João de Lemos, proprietário duma casa na rua Nova, parte do terreno que ocupava a torre e a muralha. O terreno da muralha, do vão da nave e torre, tem de nascente a poente, 27 palmos, pelo nascente a poente 27 palmos, pelo poente 58 palmos. Foro e terça real, 360 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 28 de Junho de 1815:* A José de Oliveira e Silva, proprietário duma morada de casas na rua Nova do Muro, no fundo da qual existe um terreno ocupado pela muralha que vai demolir-se. O terreno, por cima da muralha tem de largo 14 palmos, e de comprido 36 palmos. Foro e terça real, 100 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 16 de Setembro de 1815:* A Rodrigo José de Sousa Lobo de Meneses, o terreno convertido e medido da frente das casas do suplicante, correndo no alinhamento da rua, a medição em que vai compreendido o sítio do travesso, por cima do qual fica uma casa do mesmo suplicante, assim como o terreno onde se achava a muralha, tem de comprido 28 varas, e de nascente a poente pelo norte, confrontando com o terreno e caminho público que faz frente à cerca dos religiosos Capuchos, tem outras 28 varas de comprido, e de norte a sul pelo poente, confrontando com o cemitério do Hospital, tem também 28 varas e a mesma medição tem do poente; nesta medição se inclui uma boa parte do terreno da devesa. Foro, 400 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 14 de Outubro de 1815,* acordaram que por haver grande necessidade de se consertarem as calçadas públicas desta vila, e se não poder fazer o conserto com a pedra das muralhas e torre domolidas, se fizesse com pedra dura e nova e que o produto das pedras da mesma muralha fosse aplicada nesses consertos.

*Em 16 de Novembro de 1815:* A António Joaquim de Aguiar, da rua de S. Dâmaso, o terreno de um rossio ou viela que antigamente existia nas traseiras das suas casas e de outras que lhe ficavam próximas, assim como o encosto do muro com o qual partia o mesmo terreno, tinha de sul a norte 12 varas, de nascente a poente 12 e meio palmos, e do poente a nascente, pelo sul, 14 e meio palmos. Foro, 60 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 29 de Janeiro de 1816,* o tesoureiro da Câmara e depositário do produto da pedra arrematada e aplicada para o conserto das calçadas, apresentou as contas da receita e despesa:

Recebeu da pedra arrematada por Manuel Joaquim Ribeiro Gomes, da Torre Velha demolida . . . . .	391.560	rs.
Do mesmo, e da mesma torre . . . . .	171.600	»
De Maria Luísa, da Torre da Alfândega . . . . .	58.240	»
De João Lemos, da mesma torre . . . . .	55.120	»
	<hr/>	
	676.520	»

Despesas por ordem do Senado:

Consertos nas ruas de S. Domingos, Trás dos Oleiros e parte da rua de Couros . . . . .	300.595	rs.
Conserto da rua da Cadeia . . . . .	24.000	»
Conserto da ponte e calçada do Campo da Feira . . . . .	250.200	»
Conserto da rua Nova das Oliveiras . . . . .	100.000	»
	<hr/>	
	674.795	»

*Em 6 de Abril de 1816:* A João de Sousa Aguiar, senhor de duas moradas de casas na rua da Fonte Nova, um pequeno rossio que existe nas traseiras delas. O rossio e âmbito do muro, de nascente a poente tem 20 palmos, de norte a sul 12 e meia varas. Foro, 120 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 29 de Maio de 1816*, foram postos a lanços, 77 carros de pedra da muralha, da rua Nova do Muro, por 1.220 rs. cada carro — 93.940 rs.

*Em 13 de Julho de 1816*, foram postos a lanços, 247 carros de pedra dos muros da vila, nas traseiras das casas do bacharel António Joaquim da Cunha, no Terreiro da Misericórdia. O dito bacharel arrematou essa pedra por 126.175 rs.

*Em 9 de Novembro de 1816*, idem, 160 carros de pedra que ficam nas traseiras das casas de Joana Luísa de S. José, no Terreiro da Misericórdia, por 83.640 rs.

*Em 8 de Março de 1817*, idem, 800 carros de pedra, que ficam nas traseiras das casas de José Borges Pacheco, na rua do Gado, por 510 rs. cada carro.

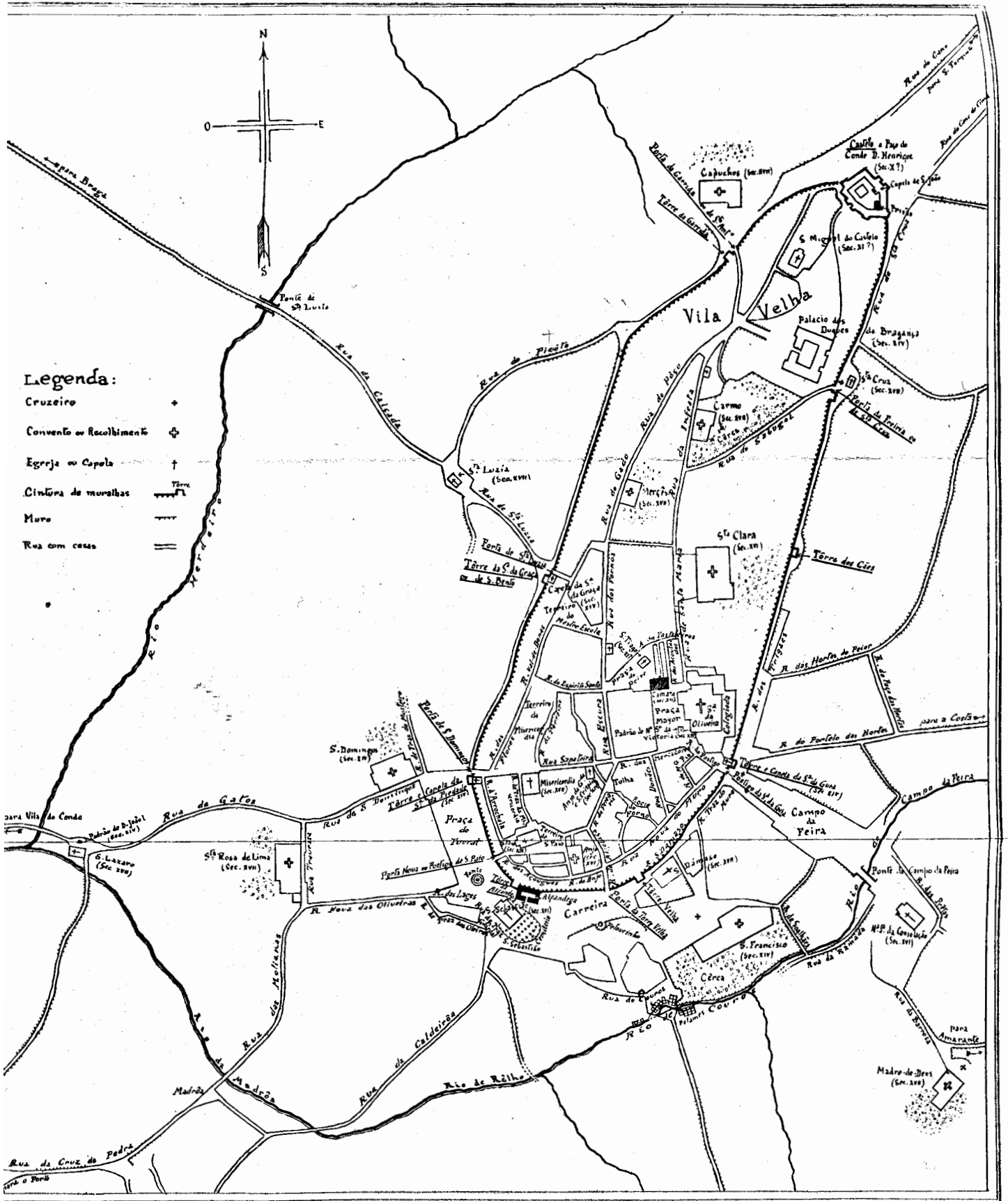
*Em 27 de Setembro de 1817*: A Ana Joaquina, solteira, da rua de Santa Cruz, possuidora de uma morada de casas na rua de Val-de-Donas. Andava a demolir-se o muro da rua de Fonte Nova, em frente às suas casas. Tem o terreno de norte a sul, de comprido, 7 varas, de largo, 4 varas. Foro, 40 rs. Luctuosa, 40 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

*Em 28 de Janeiro de 1818*, foram postos em pregão 206 carros de pedra da muralha, nas traseiras das casas do Rev. João Baptista Gonçalves Sampaio, no Terreiro da Misericórdia, por 104.030 rs.

*Em 23 de Junho de 1818*, foi entregue ao P.<sup>e</sup> Manuel Joaquim Ribeiro Gomes, por ser quem mais lanço deu (24.000 rs.) 120 carros de pedra do muro em que encostavam as suas casas na Torre Velha.

*Em 25 de Novembro de 1819*, foram postos em pregão 201 carros de pedra da muralha da vila, em que encostavam todas as moradas de casas do marchante Bernardo de Sousa, na rua dos Açougues, que compreendia toda a grossura da muralha desde o nível do terreiro das lojas. Foi entregue ao dito Bernardo por 60.300 réis, metal.

Idem, 140 carros de toda a grossura das casas do marchante Manuel Peixoto, da dita rua. Foi entregue ao dito Manuel Peixoto, a 300 rs. o carro.



**Legenda:**

- Cruzeiro +
- Convento ou recolhimento ☩
- Egreja ou Capela †
- Cintura de muralhas Torre
- Muro
- Rua com casas

Mário Cardozo desenhado . 1922 .



PLANTA DE GUIMARÃES EM MEADOS DO SÉCULO XVII

Idem, 70 carros, nas traseiras das casas de Francisca Peixota, da dita rua, ao mesmo preço, 21.000 rs.

Idem, 65 carros, nas traseiras de António Lopes, da mesma rua, por 19.500 rs.

Idem, 60 carros, nas traseiras das casas da viúva de José Lourenço Penedo, da cidade de Lisboa, ao Postigo da Torre Velha, por 18.000 rs.

*Em 4 de Dezembro de 1819*, foi posta em pregão a pedra da torre da Alfândega, em que estão as casas de Jacinto Gomes de Oliveira, chamadas das Biscaias, desta vila. Foi entregue a José Luís Lopes, da freguesia de S. Vicente de Passos, por 80.000 rs. Foi só demolida Torre, continuando o resto do edifício.

*Em 17 de Março de 1821*: A Jacinto Gomes de Oliveira Guimarães, negociante no largo de S. Sebastião, o resto da antiga face da torre da Alfândega, tinha 36 palmos de comprido e 11 de largo, confrontando pelo nascente com a outra face da antiga torre, já aforada a Maria Luísa, pelo sul, com o lado da mesma muralha, onde encosta a Casa da Alfândega. Foro, 50 rs. Laudémio, a 40.<sup>a</sup>

### Obras e melhoramentos. Alargamento, abertura e nomes de ruas e terreiros. (1)

*Em 14 de Abril de 1652*, Pero Lopes, morador no Guardal de trás de S. Sebastião, e António de Castro, morador no lugar do Assento, freguesia de S. Martinho de Sande, pedreiros, dão fiança ao Provedor da Comarca,

(1) Num caderno da finta a repartir pelos moradores da vila, para os enfeitados, são mencionadas as seguintes ruas: *Freguesia da Oliveira* — Terreiro das Freiras e as ruas da Infesta, dos Fornos, do Mestre Escola, de S. Tiago, do Gado, de Val-de-Donas, Escura, do Postigo, Nova do Muro, Eirado do Forno, da Tulha, das Flores, do Espírito Santo, dos Mercadores, do Cano, de Fato, das Hortas do Prior, dos Trigais, de Trás o Muro, Campo da Feira, Terreiro da Cadeia e Praças Grande e do Peixe.

*Freguesia de S. Sebastião* — Toural, (uma parte) Alfândega, e as ruas de S. Dâmaso, das Pretas, da Ramada, de Vila Verde, de

o primeiro, obrigando-se a fazer a Ponte do Campo da Feira, por 570.000 réis, e o segundo a Ponte de Santa Luzia, por 3.000 cruzados.

O Alvará régio manda ao Dr. Provedor haja por arrematadas as ditas pontes, pelos preços referidos, das «quais quantias fareis repartição pelas Comarcas das cidades de Braga, Porto, Lamego, Viseu, Miranda, Guarda, Torre de Moncorvo, Leiria, Vilas de Esgueira, Castelo Branco, Viana e Foz do Lima, passando precatórios aos Provedores das ditas cidades e vilas, em que irá incorporado este Alvará, com a quantia declarada que couber a cada uma das ditas Comarcas.» (Nota do tabelião Domingos da Cunha).

*Em 1665 e 1666*, foram as ruas da vila, na sua maior parte, mandadas calçar, umas, a pedra de alvenaria grossa, e outras a pedra de esquadria. Só a partir de 1905 muitas ruas de Guimarães principiaram a ter passeios de cantaria.

*Em 2 de Dezembro de 1797*, condenaram D. Francisco Peixoto, por ter cortado pedras do muro da vila e alargado o bueiro que dá expedição às águas dos enxurros.

Condenaram José Francisco, fabricante de fitas, em seis mil réis, por haver feito obras nas casas do Guardal, sem licença do Senado, e por ter embaraçado parte da rua e a ter estreitado, em prejuízo público, determinando-lhe que restitua a rua à sua antiga largura, pena de que não o fazendo em três dias, será demolida a casa e pagará da cadeia igual condenação.

*Em 31 de Janeiro de 1807*, principiou a adaptar-se o sistema de numerar as casas e indicar nas esquinas o nome das ruas, para facilitar o lançamento da décima e outras averiguações necessárias.

---

S. Francisco, do Guardal, da Caldeira, Nova das Oliveiras, das Molianas e Travessa.

*Freguesia de S. Paio* — Ruas de S. Paio, da Rochela, da Tulha, de Alcobaça, do Anjo, dos Açougues, de S. Domingos, da Fonte Nova, de Santa Luzia, Calçada de Cima e Toural (uma parte).

Documentos tridentistas e quatrocentistas já nos falam das ruas da Enfesta, dos Fornos, de Alcobaça, Val de Donas, Escura, do Gado, do Postigo, Nova do Muro, Mercadores, Cano, Hortas do Prior, dos Trigais, S. Paio, Arrochela, Caldeira, Sabugal, Santa Maria, Zapateira (Sapateira) Dona Nais (Donais), Molianas, Santa Luzia, Torre Velha e S. Tiago.

*Em 1844*, principiou na vila a iluminação a óleo de purgueira, com 30 candeeiros, que ardião até à meia-noite. No ano seguinte passou para 50. *Em 1864*, foi inaugurada a iluminação a petróleo em algumas ruas. Ardia só até à uma hora da madrugada. *Em 1879* é que começou a arder toda a noite.

*Em 9 de Abril de 1862*, foram arrematadas pela Câmara as seguintes obras:

Desaterro, rebaixo e nivelamento do Terreiro da Misericórdia; desaterro no Terreiro de Santa Clara, à beira da casa do Conde de Azenha, no comprimento de 36 metros e na largura de 7,80 centímetros; demolição da casa do Barão de Pombeiro, na rua de Santa Maria, com frente para Santa Clara, e de novo fazer as suas paredes, muro e frentes, e das casas imediatas, até ao número 26.

*Em 14 de Janeiro de 1865*, a Câmara faz contrato com o Conde de Arrochela e Manuel de Magalhães de Araújo Pimentel, que se obrigaram a construir por 2.386\$670 réis, as ruas da Madroa, Molianas e Nova das Oliveiras (hoje rua de Camões) até à esquina do Toural.

*Em 1868*, o presidente da Câmara, recebeu dos moradores da rua de Santa Luzia, a quantia de 295.800 réis, proveniente de donativos voluntários, para a obra de reconstrução da mesma rua.

*Em 1869*, a Câmara aprovou os donativos para a reconstrução da rua da Fonte Nova.

*Em 4 de Dezembro de 1872*, para alargamento do Terreiro do Carmo, a Câmara expropria, por utilidade pública, diversos prédios da rua da Infesta, de Manuel Alves da Silva Pinto, por 550.000 réis, e em 1873, mais três moradas da mesma rua, pertencentes a Joaquim Ribeiro da Costa Abreu, da Costa, e algumas da rua do Gado.

*Em 4 de Agosto de 1873*, o Administrador do Concelho, ordena que as três ruas da Fonte Nova (antiga Mata Diabos) dos Palheiros e do Campo Santo, passem a denominar-se rua de Santo António, desde o Campo do Toural até à rua do Conde D. Henrique.

*Em 10 de Dezembro de 1873*, principia a Câmara com a expropriação de terrenos para abrir uma nova rua entre a Cruz da Pedra, Trás-Gaia e D. João I. Às freiras de Santa Rosa, (Dominicas) expropria-lhes 448 metros de terreno lavradio do campo do Lameiro, anexo à cerca do convento, por 134.400 réis.

*Em 1874*, taparam-se os alpendres das casas do lado poente da Praça Maior ou de Nossa Senhora da Oliveira. Expropriação e demolição da alpendrada da Alfândega do peixe e dos prédios necessários para o alinhamento das casas do lado sul do mesmo campo com a fachada do lado nascente do terreiro de S. Francisco.

Neste mesmo ano fez-se a relação dos subsídios dos moradores da rua Nova do Comércio, para a sua reconstrução.

*Em 27 de Outubro de 1887*, a Câmara resolve que o terreiro de S. Francisco se denomine Praça de D. Afonso Henriques.

*Em 17 de Setembro de 1890*, foi arrematada por 530.000 réis a obra da colocação do chafariz do Toural no largo do Carmo.

*Em 27 de Novembro de 1890*, resolveu a Câmara proceder ao alargamento da rua que liga o largo do Carmo com a estrada de Fafe, rua a que tinham dado o nome de Serpa Pinto.

*Em 1891*, construção do matadouro, compra de terrenos e acessórios 7.500\$00 rs. Foi colocado no Carmo um chafariz que em 1874 fora apeado do Toural.

*Em 29 de Setembro de 1892*, a Comissão Municipal delibera que a rua de Santa Rosa de Lima, que dantes se chamava travessa das Oliveiras, passe a denominar-se rua de S. Sebastião; a de S. Sebastião, que se chamava Trás-os-Oleiros, seja denominada Travessa de Camões, e o Largo de S. Sebastião, junto à Praça de D. Afonso Henriques, fique com o nome de D. Afonso Henriques.

Durante o correr dos anos de 1891 e 1892, a Comissão Municipal realizou as obras seguintes: Reconstrução das ruas da Arcela e Caldeiroa; alargamento do cemitério e conclusão da respectiva capela; vedação da praça do mercado; construção dos lavadouros públicos no Campo

da Feira; abertura da rua de Serpa Pinto; acrescentamento do Largo do Carmo; demolição da torre e parte da igreja de S. Sebastião e vários consertos de caminhos e pontões.

*Em 29 de Julho de 1896*, foi arrematada por 3.950\$000 réis a obra da construção do matadouro público. Só em 1898 principiou a funcionar.

*Em 18 de Setembro de 1896*, a Câmara propôs se desse ao Largo de Santa Clara, a denominação de Largo do Seminário Liceu.

*Em 10 de Agosto de 1899*, deliberaram que ao Largo do Carmo se desse o nome de Largo do Dr. Martins Sarmiento.

*Em 14 de Fevereiro de 1900*, a Câmara deliberou submeter à aprovação superior, os projectos e orçamentos para as obras e melhoramentos seguintes: Canalização e abastecimento das águas à cidade, 35.000\$000 rs. corte e alinhamento da rua da Rainha, 6.000\$000 rs.; corte da alpendrada do Largo da Sr.<sup>a</sup> da Oliveira à Sr.<sup>a</sup> da Guia, 2.600\$000 rs.; reconstrução do Largo de S. Francisco, 2.300\$000 rs.

*Em 9 de Janeiro de 1901*, foi deliberado que a avenida que sai do Campo da Feira para a estação do caminho de ferro, se chame da Indústria, e a que sai do Toural, do Comércio.

*Em 8 de Janeiro de 1902*, foi dado à rua de Santa Luzia o nome de rua Francisco Agra, e em 29 do mesmo mês a rua das Hortas passou a ser rua do Dr. José Sampaio.

*Em 15 de Outubro de 1902*, foi aprovado o projecto e orçamento duma rua entre Vargas e a Feijoeira, por 1.800\$000 réis;

Idem, uma rua entre a Ponte de Santa Luzia e a Conceição, por 16.300\$000;

Idem, prolongamento da rua de Paio Galvão (hoje chamada rua Dr. Alfredo Pimenta), por 9.900\$000 rs.

*Em 6 de Setembro de 1905*, foram aprovados os projectos e orçamentos do alargamento da Praça de S. Tiago, por 1.600\$000 rs.; (1)

Idem, alargamento da rua das Lamelas, por 5.470\$000 rs.;

Idem, alargamento do Campo da Feira, por 5.058\$000 rs.; (2)

Idem, alargamento da rua do Espírito Santo, por 3.310\$000 rs.;

Construção da cadeia, por 12.000\$000 rs.;

Reparação, melhoramentos e aformoseamento do Largo de D. Afonso Henriques, por 2.300\$000 rs.

Mais tarde:

Construção duma rua entre o Campo de S. Francisco e o Campo da Feira. Construção duma rua de ligação da Avenida do Comércio com a da Indústria. (Nunca se chegou a construir).

Prolongamento da rua de Paio Galvão, por 9.192.000, rs.

*Em 2 de Novembro de 1910*, a Comissão Municipal deliberou se passassem a denominar: o Largo de Franco Castelo Branco, em Largo da Misericórdia; a rua de D. Luís 1.º, em rua de 5 de Outubro; a avenida do Comércio, em Avenida Cândido dos Reis; a Avenida da Indústria, em Avenida Miguel Bombarda; a rua da Caldeiroa, em rua de Trindade Coelho; a rua da Alegria, em rua da Liberdade; a rua de Santa Maria, em rua Elias Garcia, e a rua de Santo António, em rua 31 de Janeiro.

---

(1) A Praça de S. Tiago teve o primeiro arranjo de alargamento em 23 de Agosto de 1606, para que ficasse boa e larga para se vender o peixe e fazerem-se as boticas para as pescadeiras, o que era muito importante e necessário para o bem da vila, votando a vereação, para a dita obra, cem cruzados.

Em 25 de Junho de 1608, estava concluída a Praça nova, a que chamavam a Alfândega, passando para lá a venda do peixe e da sardinha. Na Praça de S. Tiago debaixo da casa das Audiências, ficou a vender-se o pão, a fruta, hortaliças, etc.

Em 1612, em virtude de crescerem à Alfândega a Casa do Recolhimento, foram chamadas à Câmara as pessoas da governança, para tratarem se seria bom tapar-se o muro e as ameias com os telhados. Acordaram que se tapassem.

(2) O primeiro alargamento do Campo da Feira foi arrematado por 780\$000 mil réis, em 10 de Setembro de 1890.

*Em 11 do mesmo mês e ano:* Que o Campo da Feira passasse a denominar-se Campo da República do Brasil, e o Largo do Seminário-Liceu em Largo de Francisco Ferrer.

*Em 16,* a mesma Comissão Municipal deliberou que a rua de Santa Cruz se denominasse rua do Padre António Caldas.

*Em 23,* deliberaram que o Largo dos Trigais se denominasse Largo do Dr. Alberto Sampaio, e a rua de S. Paio rua do Dr. Avelino Germano.

*Em 11 de Janeiro de 1924,* foi deliberado que o Terreiro de Santa Clara se denominasse de Largo do Cónego José Maria Gomes.

### **A nova cidade cimeira que desperta.**

Desperta, e daqui a trinta anos, cortando a festo, terá as suas artérias espalhadas pelos campeiros, populosos e pitorescos bairros da Cruz da Argola e de Belos-Ares.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal, da presidência do Dr. Mariano da Rocha Felgueiras, na gerência de 1923 a 1925, estabeleceu um novo plano de alargamento da cidade, entregando o estudo deste grandioso e inspirado empreendimento de técnica progressiva, ao artista vimaranense capitão Luís de Pina, que explanou o seu projecto com decidido alcance de vistas e um punhado de elucidativas plantas de melhoramentos, na *Memória descritiva*, publicada e distribuída em 1925.

«A cota média da cidade, de 200<sup>m</sup>, vinda da rua dos Castanheiros, passa a meio da rua da República, (hoje rua da Rainha), S. Paio e Oliveira, seguindo depois, fora da muralha da estrada de Fafe, para leste, na direcção da Fraga, Pupa e quinta do Rio, quase em linha recta e sobranceira à rua do Dr. José Sampaio, sensivelmente acompanhada das cotas superiores ao longo da Seara, Bringel, quintal de Cá, Sardoal e Canto de Baixo, formando assim, em conjunto, uma longa superfície levemente inclinada para sul, e propícia a arruamentos

simètricamente regulares, tendo como parte decorativa, o bairro do Castelo, ao norte, a Costa, a leste, e a Penha, ao sul.»

Aproveitadas e acrescidas as linhas rectas deste constitutivo plano, de vidente penetração às realidades futuras e humanas, que foram sofrendo desvios e alterações, consoante o gizamento das obras que se iam projectando e erguendo, nasceu finalmente, batida de sol, uma verdadeira cidade de verão, num planalto de manchas verdes e azulinhas. Adentro de um rasgado crescente de evolução exuberante e dum acalcanhar frenético de terras, entre o que poderemos chamar de expressividade orgânica, em sacrifício do rural ao benefício urbano, e de interesse social, em proveito do colectivo, surgiu a esperança para uma maior e melhor expansibilidade de vida.

Nos grandes centros, porém, nem sempre este agudo e flagelante sacrifício dos campos produtivos, que faz desaparecer enormes bens de consumo e extenua os abastecimentos, corresponde ao desanuviamento do problema social do trabalho e das habitações, e a uma eficiência económica de riqueza pública.

Aumentam as metrópoles à custa dos recursos fecundos da rusticidade amealhante, que enriquece os celeiros e sustenta as populações, mas aparecem inevitavelmente o borbulhar dos êxodos dos campos para as cidades, as zonas superpovoadas, o mar alto do superproletariado, dos desempregados e dos mal acomodados, que constantemente passam a vida a pedir empregos, numa situação desorientada, ao fazerem gastos para o que não têm vintém, ou adquirindo vícios e mândrias à custa do que esmolam, do que traficam, ou do que roubam.

Nem tudo é riqueza, é miséria também.

Todos os progressos, todas as civilizações, passam magoadamente como que por um largo sedeiro de depuração, e do que apura, mais se perde do que fica transformado, apagado e esquecido...

Como as cidades vão alterando e alargando as dimensões e mudando os rumos na direcção do crescimento, todo o desenvolvimento tem de ser, embora acelerado, reflectido.

Segundo o espírito utilitário e material das populações, um dos principais factores de influência progressiva

das vilas e cidades, traduz-se numa superioridade de espaços, para além de ruas largas e compridas. A moderna urbanização, tomando em conta as expressões representativas do descongestionamento dos centros urbanos, vai espalhando várias zonas suburbanas, onde a vida se torne mais dilatada, arejada e livre.

As ampliações e alterações mais prelevantes e convergentes a valorizar actividades futuras, de classe, de técnica, de ligação organizada, e de necessidades elementares de domicílio, foram desanuviadamente esquadrinhadas, mercê das circunstâncias actuais e duma planificação interpretativa, de ordem geral aos princípios afectivos de independência e de dignidade social, pela vereação presidida pelo Dr. José Maria de Castro Ferreira, que vai de 1955 até os nossos dias, tendo para ali implantado, como asseguuração de frequência e movimento, os Palácios da Justiça e do Liceu.

A mais, espalhou-se por todo o vasto plano de linhas rectas, um xadrês topográfico e toponímico de ruas que embandeiraram uns nomes de certa monta e respeitabilidade:

Quem seguir a Rua de Serpa Pinto ou a Rua de Nuno Álvares, e ainda quem subir a Rua do Dr. Alberto Sampaio ou a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, vai ter à Praça de Mumadona.

Desta praça, rossio ornamental da nova cidade, podemos palmilhar, cortando em várias direcções, as fitas reais duma nomenclatura expressiva: Rua do Dr. João de Meira, Rua do Dr. Roberto de Carvalho, Rua do Padre Torcato de Azevedo, Rua do Abade de Tâgilde, Avenida do Cónego Gaspar Estaço, Rua do Conde de Arnoso, Praceta Guilherme de Faria e Rua do Dr. João Antunes Guimarães.

Prenuncia a gradação espalmada e precursora do moderno traçado altaneiro, desafrontado daqueles conjuntos do velho burgo, neutros e sincrónicos de fachadas e beirais renitentes e chuvedifos, de frontalidade triste e materializada, sem radiações nem sol, de contactos porta com porta e varanda com janela, prenuncia, a gradação progressiva e caminheira do traçado da moderna cidade que desponta, uma vida mais saudável e de sociabilidade familiar, embora as canseiras domésticas sejam actualmente mais duras e pesadas.

As populações dos novos e risonhos aglomerados urbanos, que recrescem em latitudes mais afastadas dos bulícios centrais e concorridos, tomam um contacto social mais íntimo, mais amigo e prestadio. Despreendem-se, pelos desafogos de uma liberdade mais respirada, de certos hábitos de cerimónia, de preciosismos e preconceitos, que os grandes centros estimulam, por vaidade, por capricho e por serem vergonha certas facilidades de trajar, de comunicar, de receber e de vizinhar.

Estão, porém, mais afastadas do perigo e dos vícios, e as crianças mais naturalmente defendidas.

A tradição, as considerações individuais, o caciquismo absorvente, de acorados favoritismos, o enroupado conservantismo das idades, das ideias e dos interesses próprios e especias, foram deixando lugar, por uma compreensão da natureza, que se abre, desenliçada de peias, a todos os benefícios e amplitudes geográficas, foram deixando lugar, a um sentimento de caridade pelo abrigo do próximo e a uma doutrina política de renovação urbanística, prática, de unidade harmónica e de alcance libertado e higiénico.

Uma vez totalmente postergados os atavismos, superaram a vantagem dos alargamentos industriais e dos plainos arruados, fazendo despertar, em realismo disciplinado e rítmico, os núcleos centrais de casas de uma cultura nova, embora caótica de formas. Pesa sobre estas novas casas, um mau gosto de arquitectura abastardada, embora rebrilhem pelo embrincado dos jardins, dos terraços, pelo viço primaveril das cores e pelo ar fresco que as bafeja, limpa e desinfecta.

Tudo o que se desatranquilha, alarga e desempoeira, sem ofensas de maior às raízes do velho tronco, constitui a projecção de um bem calculado e organizado destino de vida, de direcção relacionada no espaço e no tempo.

Para não se confundirem estes entenderes, melhor diremos:

Pode afoitamente desprezar-se o que é velho, mas deve conservar-se religiosamente o que é antigo.

Por vezes, desta confusão, aparece um mascaramento de fachadas renovadas ao antigo, que melhor seria apeá-las pelos alicerces, levantando habitações de boa pedraria, com acomodações amplas e arejadas.

A inteligência e o sentimento, têm de considerar o volume demográfico das populações, sempre em evolução crescente, e a actividade e aptidões dos núcleos urbanos, dando possibilidades para maiores perspectivas e mais amplos quartéis de abrigo.

De maneira que, modernamente, tudo se abre sem torvelinhos de desvios, de cruzamentos, de bifurcadas e displicentes direcções, dentro duma soberania ilimitada, cortando por largo ruas e avenidas, numa realidade de conveniência, e sucessão e plantando aqui e além, as zonas civilizadas, onde caibam todos os domínios das emoções, da beleza natural e das esplendentes amplitudes do ar puro e dos aromas adoçados e lavados.

Mas não será mau, que os ricos e os remediados tenham presente, que embora a vida a muito obrigue, as ambições a muito forcem, por impensados ombreamentos, o despender tem de ser equilibrado, e não excedido, consoante o crescer das necessidades mais prementes, e que a riqueza também emagrece, se demasiado se gasta ou desperdiça, porque infelizmente vão muito longe aqueles tempos em que se compravam campos, herdades e casas, por qualquer número de cabras, vacas, bois, burros e porcos (1)

### **Décimas camarárias. Dízimos e côngruas. Sacrários perpétuos. O valor das paróquias e das irmandades.**

A categoria dos negócios, dos contratadores e dos mestres dos officios, o aspecto das habitações, a sua localização, o seu valor real, tendo em atenção as casas censuárias e foreiras que sofriam desvalorização, o preço das rendas, o capital das Confrarias no movimento dos empréstimos, o salário dos empregados menores e superiores das Instituições administrativas e de caridade, influíam no lançamento das contribuições a pagar ao Estado e das décimas, impostos de maneio e de juros eclesiásticos a pagar anualmente às Câmaras Municipais.

---

(1) «Há uma carta de compra de uma herdade no ano de 1026, pelo preço de uma vaca, um porco, cinco lenços, uma manta, uma camisa, duas ovelhas com filhos, duas cabras, uma marrã e um saial». (Albano Belino)

As décimas ou impostos chamados de lançamento extraordinário, como as fintas, as imposições e as décimas do ferrolho, (estas lançadas exclusivamente para a criação e sustentação dos enfeitados) eram impostos temporários e podiam ser lançados pelas Câmaras, depois do consentimento régio ou das estações tutelares.

As décimas e os foros de cobrança municipal, eram pagos pelos donos dos prédios.

Os prédios sofriam o peso tributário, directo ou reflexivo, sendo raros aqueles que fossem alodiais, o que ocasionava andarem sempre nas diversas operações dos emprazamentos, das hipotecas e das vendas, permanecendo com pouca estabilidade dentro dos mesmos donos ou das mesmas famílias.

As décimas de juros eclesiásticos (a que se poderá chamar contribuições de juros) eram pagas à mesma Câmara pelas Irmandades, pelas Confrarias, pelas Ordens e Conventos religiosos, por os dinheiros de mão morta que trouxessem a render, no giro dos empréstimos ou das hipotecas.

Havia ainda, encabeçada nesta rubrica de juros eclesiásticos, o imposto que incidia sobre os ordenados pagos aos servos, empregados e funcionários superiores, que estivessem ao serviço das ditas Irmandades, da Santa Casa da Misericórdia, do Cabido de Nossa Senhora da Oliveira e da própria Câmara.

Eram estas Associações e Colectividades que tinham de satisfazer tais impostos, como que de abono, pela ocupação dos seus serventuários.

O imposto do mancio, que era nem mais nem menos do que um imposto de trabalho, era pago pelas classes liberais, pelos comerciantes, pelos mestres dos vários officios, pelos contratadores, pelos vendeiros, estalajadeiros, etc.

Com todo o valor discriminativo e proporções de distribuição pelas classes dos proprietários, dos mesteres, dos comerciantes e das colectividades, veremos, adiante, e mais claramente, o que nos revelam os documentos, que transcrevemos com todo o sabor dos títulos e das chamadas.

Este regimen tributário de impostos que durou mais de sessenta anos, tendo começado, supomos, em 1763, era, como se está a deprender, muito curioso, pelo que

representava de liberdade administrativa na engrenagem dos equilíbrios municipais, e pelo destino das receitas, que ficavam na totalidade na posse do Município, sem o capamento das chorudas terças reais, como acontecia na vulgaridade dos impostos ordinários, especiais ou gerais, como o real de água, as sisas, as meias anatas, a renda do usual, etc., que as Câmaras eram obrigadas a lançar sobre o contribuinte e sobre as mercadorias, sobre a carne, o azei e, o vinho, o sal, etc.

Todos os impostos e direitos lançados pelas Câmaras, ou eram publicamente arrematados, e entregues, sob fiança, aos rendeiros que maior lanço votassem em hasta pública, depois de apregoados, ou eram directamente cobrados por uns tesoureiros particulares que para esse fim fossem escolhidos em vereação, com o retribuir de uma pequena percentagem.

Os tributos de prática frequente, na rígida técnica dos lançamentos e fiscalizações dos almotacés e coimeiros, eram para o povo os mais odiosos, porquanto a Coroa se locupletava com as terças, embora ficasse uma mínima percentagem para as necessidades do Concelho.

As décimas das Câmaras eram de mais fácil execução e de virtuosa moralidade, porque não isentavam ninguém, nem fidalgos nem privilegiados, e todos pagavam, consoante os valores e os rendimentos de cada um.

Estas décimas das propriedades, dos maneios e dos juros eram também lançadas e pagas pelas freguesias rurais. Para estas décimas eram nomeados pelas Câmaras os lançadores, para determinarem o quantitativo do que cada um devia pagar, e os tesoureiros, para cobrarem as importâncias.

Havia na Câmara um registo especial, em livros com o título: *Livro para servir da receita e arrecadação da Décima do Lançamento das propriedades, maneios e juros das freguesias de Guimarães e seu termo.*

Em 1763, os rendimentos da freguesia da Oliveira foram:

Décima das propriedades .....	332.376 rs.
« dos maneios .....	212.550 »
« dos juros .....	252.658 »

## Freguesia de S. Paio:

Décima das propriedades .....	193.562 »
« dos maneios .....	236.230 »
« dos juros.....	127.597 »

## Freguesia de S. Sebastião:

Décima das propriedades .....	264.104 »
« dos maneios .....	197.600 »
« dos juros .....	145.607 »

## Freguesia de S. Miguel do Castelo:

Décima das propriedades .....	3.010 »
« dos maneios .....	1.720 »
« dos juros .....	2.000 »

O rendimento total da vila e termo, destas décimas, no ano de 1763, foi de 8.866\$595 réis.

Não se diga que a rede dos impostos, nos séculos XVIII e XIX, era frandeleira e fruste, quer a que vinha dos altos Poderes do Estado, quer a que ao fluir dos tempos escorregava dos maneios Municipais, quer a que descia patriarcalmente unvida, das autarquias Diocesanas e Paroquiais.

Nada disso.

Havia uma tal ligação de cadeias tributárias, uma democrática fermentação de transmutações, um tão elevado preceito de esminfrar quem produzia, quem trabalhava e quem comerciava, que sendo tão acrescidos os índices e os registos de leis, o nome taxativo dos impostos era como o derramar de uma praga, pelos campos, pelas paróquias, pelo comércio, pelos officios e pelos municípios.

E não bastando nem fartando este talhamento incisivo, ainda as Câmaras, o Estado e as Freguesias, constantemente se entregavam aos expedientes eventuais, ruinosos e abusivos, dos empréstimos, dos obrigatórios subsídios, dos peditórios, das cõngruas, das fintas, etc.

Uma lei especial de 22 de Junho de 1863, principiou a colectar por metade dos seus vencimentos, os empregados públicos, que os considerava como proprietários de fora do concelho, que pagavam também pela metade dos seus rendimentos.

Os cónegos da Colegiada, considerados empregados públicos para o efeito desta contribuição municipal, não

eram colectados, por parecer da vereação, pelo vencimento do exercício, sempre eventual, mas somente pelo ordenado de categoria.

Observava-se, regra geral, que o sobrecarrego imperativo e algébrico das taxas, dos impostos, dos tributos e do fisco, mais esgalgava os povos e empenhava as propriedades deste canteiro do Minho, por muitas circunstâncias de natureza económica, comercial, agrícola e de trabalho.

O regimento do seu granjear de vida era deficitário e de pauperado, por ser uma região provincial pobre e populosa, onde as necessidades sofriam pelo atrofiamto dos progressos, pelo empírico vaivém do pastoril laborar das terras, e onde o suor humano da lavoira não tirava os rendimentos oportunos, pela trivialidade dos processos agenciadores, falta de caminhos e pela mofina dos engajamentos de moços e servos para as milícias defensoras e terços auxiliaadores.

As pernas dos homens da gleba, ao tempo das lutas liberais e do escorraçamento dos franceses, adestravam-se nas guerrilhas e no trilho das pilhagens. Os braços, na manual servidão dos interesses de quem lhes exigia tudo e não lhes dava nada, andando à direita e à esquerda das moveções arbitrariedades do que lhe impunham o Estado, as Câmaras, os fidalgos, os mordomos e os rendeiros, todos iguais de ominoso sedentarismo e caprichosa materialidade.

Cresciam as autarquias, os privilégios, as mercês, e as tenças. Engordavam as Comendas, os Comendadores, as Ordens, os Mestrados, e a Coroa. Esta, sobretudo, com os opressivos e abusivos direitos banais, que incidiam sobre os fornos, moinhos e lagares de toda a natureza e qualidade, e obrigavam ao vilipêndio dos serviços pessoais.

Estes direitos, chamados e conhecidos por *direitos banais*, a que adiante nos referiremos mais de espaço, e que andavam envolvidos na letra de exclusivos privilégios, contrários à liberdade dos cidadãos e ao aumento da agricultura e da indústria, não só atrofiavam o progredimento geral dos ofícios, do comércio e da produção agrária, como eram e entravam a denegrir a alma do povo, a tingir de sangue o suor do rosto e a desperdiçar as von-

tades, as energias e os sacrifícios nas tineiras das lutas moirejantes, que batalhavam até o alumiar das primeiras estrelas do céu.

Não se orientava nem cuidava do esforço obreiro, da natureza humana, da vida profissional, doméstica e habitacional, nem de equilibrar os orçamentos públicos e as administrações municipais.

O colectivismo das Irmandades e dos ofícios, tinham um índice de obrigações processionais, em todas as funções religiosas e profanas de regozijo público e festivo, real ou camarário, e os mesteres e mesterais estavam sujeitos às determinações dos seus estatutos e às caprichosas tabelas de preços organizadas pelas vereações.

De maneira que, entre nós, por exemplo, cirandava a colmeia fervilhosa ao redor de um meio absolutamente desprovido e afastado dos grandes centros abastecedores. O comércio esteve, durante algumas dinastias, reduzido a uma tendeiragem de negócio misto, de algibebe, e de quinquilheiros de via reduzida.

Sobressaiam desta morrinha de cepa torta, que mal dava para o pavio das candeias, duas classes fura-vidas: Os contratadores ambulantes, que se remexiam numa dobadoira de via-sacra, pelas feiras e mercados das Beiras e Trás-os-Montes, transportando as mercadorias em récuas marroquinas ou em carroções de estafetas, e levavam, por este saltarinhar erradio uma vida de menos miséria, e aquela dúzia de mercadores nababescos, do largo comércio de exportação e importação, que enriquecia, que figurava e dava as cartas na mesa dos partidos, das irmandades e da governança.

O resto, sabemos, era uma choldra de vendeiros e de comerciantes de alhos, bugalhos e nagalhos, uma indústria de técnica caseira e manual, uma catrozada de mesteres que não saiam duma industrialização parca, e de consumo restricto. Havia mais uma data considerável de frades e freiras, que só consumiam e nada produziam, encarecendo a vida e dificultando o giro económico do capital, pois aferrolhavam tudo o que obtinham em heranças e dotes dos que entravam para essas comunidades respeitáveis, mas improdutivas, com raras excepções.

A lavoira, já o dissemos, andava sempre naquele remoinho deficitário de produção, a braços com todas as

necessidades, só beneficiando suficientemente, pela misericórdia do tempo, segundo a boa e comedida regulação do sol e da chuva.

De resto, a pobreza do lavrador comia, e ainda hoje come, à manjedoura dos porcos e dos bois, tão socialmente, que com eles vive paredes meias, na comunhão das couves galegas, das botefas, das batatas e dos farelos da boroa grossa.

Os fenómenos da natureza são eloquentes, religiosamente aceites e reverentemente acreditados, pelo que se observa de mistério e de milagre na gestação criadora.

Mas se de festa e de alegria se enche a natureza produtiva e florida, outro milagre de Deus se associa ao mistério fecundante da terra. É o da sua encarnação no homem moirejante da ruralidade agressiva e destemperada, conformado e pacífico, pela sua ternura de crença, que se abre de coração com as regueiras do arado e da enchada, deitando-lhe de seu, a semente e o sangue, ficando por vezes só com os ossos e a triste camisa.

Queremos nós dizer, em última análise, que em cima da pobreza e do trabalho, como da riqueza e do capital, andavam todos estes suadoiros cumulativos de ruminação tributária.

Havia, sim, a representação condicionada das diferenciações quantitativas, consoante a respeitabilidade dos teres e haveres.

Mais em cima dos pobres do que dos ricos, andavam os exércitos dos fiscais, dos coimeiros, dos quadrilheiros e dos jurados, quando tinham de levar avante as inexoráveis execuções, que iam por vezes aos sequestros, à sujeição do trabalho, à escravidão dos serviços, em proveito das Câmaras, dos nobres, dos fidalgos e dos Reis.

As dioceses, envolveram também os párocos das aldeias e os seus fregueses, numa engrenagem de votos, de direitos, de dádivas e mortuários. (1) As Câmaras

---

(1) Vinham de séculos, estes direitos, que com o correr dos tempos foram sofrendo as suas alterações.

Já em 1419 se fizera uma composição entre o Cabido de Braga e o de Guimarães sobre o que deviam pagar ao Cabido de Braga os Mosteiros da Costa e de Pombeiro e os abades das igrejas de Guimarães e Monte Longo, sobre o valor das moedas antigas em que se costumavam pagar pelas ditas igrejas e Mos-

obrigavam os lavradores a concorrer com bois e carros para o bem comum, nas construções das pontes, calçadas e caminhos, que lhes alterava consideravelmente a marcha dos trabalhos e amealhos.

Os párocos recebiam os benefícios que os livros dos *Usos e Costumes* de cada freguesia declarassem, e na medida dos serviços que prestassem aos fregueses.

Colhiam igualmente os benefícios pessoais de residência e as colheitas dos passais (1).

Pelos falecimentos, casamentos e baptizados, davam os fregueses certas importâncias em dinheiro, ou mais vulgarmente géneros comestíveis, que iam entre um presunto, um carneiro, um almude de vinho, uma ou duas boroas de pão, um ou dois bacalhaus, seis ou mais pães brancos, uma ou duas galinhas, e cada um consoante as suas possibilidades.

Recebiam também os direitos paroquiais dos dízimos e primiciais de todos os frutos e gados. Dos anhos, cabritos, leitões e perus, de dez, um; dos que passarem, meio tostão por cada um.

Dos frangos, patos e gansos, de cada ninhada, um.

Das colmeias, da cera e do mel, também o dízimo.

Das cebolas, de dez cabos, um.

Do que se apanhava em verde, fazia-se avença, que se pagava em grão ou em dinheiro.

Os criados de servir, os viúvos ou viúvas, ou quem não fizesse terras, pagava um vintém cada um, de dízimo pessoal.

Pelos moinhos, de cada roda, um alqueire de pão.

---

teiros, os censos, direitos, direituras, dádivas, dízimos de searas, vodos, mortuários, mandas, bragais e covados de pano.

Ficou combinado se pagassem os sobreditos direitos das igrejas, por cada quatro libras uma coroa de bom ouro, ou um marco de prata por seis coroas, metade pela Páscoa e metade pelo S. João.

Em 1481 fez-se igualmente uma composição sobre o que pelas visitações pagavam as igrejas de Guimarães e Monte Longo ao Cabido de Braga, e era certa meação de pão, vinho, cera, linho, covados de pano e outras cousas, sob o nome de préstamos, jantares, dádivas, censurias e mortuários.

(1) Em 1306 o Arcebispo de Braga uniu ao Cabido de Guimarães, os frutos das igrejas de S. João de Ponte, S. Martinho de Silvares, S. Tiago de Cadoso, S. Martinho de Conde e Negrelos, salvo os direitos que o Cabido de Braga tinha nas ditas igrejas.

Homem ou mulher solteiros, que estivessem em casa sua ou arrendada, pagavam um vintém.

Cada lavrador daria igualmente ao pároco, a oferta anual pelo S. Miguel, de uma rasa de milho alvo, outra de centeio e um almude de vinho mole.

Viviam bem, os senhores abades, na modéstia e mediania dos seus hábitos parcimoniosos, escondidos nos recantos abrigados dos passais, e livres de todos os caprichos da civilização e dos requebros mesureiros.

Eram uns razoáveis proprietários, sem propriedades.

A paróquia exerce uma função social e moral que se distribui entre os serviços que o pároco presta aos fregueses e os benefícios que este colhe daqueles, numa humanidade de princípios entre o que se dá espiritualmente e o que se recebe materialmente em natureza de ajudas subsidiárias.

Quando os paroquianos se congregavam para obter, para as suas freguesias, o SS.<sup>mo</sup> Sacramento; e ficasse em sacrário permanente nas respectivas igrejas, obrigavam-se, para o seu culto e veneração, a todas as despesas, (do azeite, tabernáculo e mais aprestos) fazendo, por escritura notarial, doações de propriedades, de foros, de medidas, de vinculos, etc. (1)

Tinham, deste modo, as Confrarias do Santíssimo Sacramento, das Almas, ou do Subsino, ou então os pa-

(1) E todos se obrigavam, os juizes, os procuradores, os homens de falas e demais fregueses, um por todos e todos por um e cada um de per si *in solidum*, por suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver e terços de suas almas, direitos e casais, para as seguranças necessárias e a real satisfação da dita fábrica do sacrário, e azeite para arder de dia e de noite.

— Em 28-10-1628, os fregueses de S. João de Ponte, querendo ter permanente o S. S.<sup>mo</sup> Sacramento na sua igreja, obrigam-se a sustentar de azeite a lâmpada, e hipotecaram para isso 33 medidas de pão meado que a sua Confraria tinha de renda de herdade.

— Em 24-1-1700, os dous juizes do Subsino, os dous homens de falas e os principais da freguesia de S.<sup>a</sup> Leocádia de Briteiros, reunidos na casa da residência, disseram que em nome de toda a freguesia, queriam pôr um sacrário do S. S.<sup>mo</sup> Sacramento nesta igreja, por ser de muita utilidade e bem comum para todos os fregueses dela e mais freguesias circunvizinhas, por necessitarem muito dele para o culto divino e para os enfermos, por o não terem perto e terem com que o poder sustentar: «Disseram que à Confraria do Subsino desta freguesia e moradores dela se lhe pagavam 30 medi-

droeiros, os fregueses ou os beneméritos doadores, de assegurar os sacrários com rendimentos bastantes, para todos os gastos, e só assim era permitido superiormente às freguesias, terem os recursos Eucarísticos da última hora, ali patentes e permanentes na igreja, para veneração de todos e ao alcance de serem levados, de pronto, aos moribundos.

Deste modo havia o propósito consciente e religioso de assegurar a todos o pão Eucarístico, de aumentar os direitos paroquiais, e relativamente, os benefícios do próprio pároco, que daí colhia os seus proventos.

Nem todas as freguesias do Concelho, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, tinham o S.S.<sup>mo</sup> Sacramento da Eucaristia em sacrário permanente nas suas igrejas.

Falhas deste recurso imediato, quando precisavam do Santíssimo, para acudir aos enfermos, tinham os fregueses de o ir buscar às freguesias circunvizinhas ou onde as suas igrejas estivessem anexadas, fazendo todos os anos um peditório para pagarem as despesas da cera e ao pároco que assistisse ao acompanhamento.

das de pão pelas leiras de Resende e três leiras da Veiga dos Insertos e três leiras na Corredoura e da leira da veiga do Pedral e da veiga da Rede, com suas oliveiras e o mais que constar do prazo, das quais 30 medidas, disseram que faziam obrigação, doação e deixação de 20 medidas para o rendimento do azeite, para o dito sacrário e culto divino, e as 10 ficavam para a Confraria, e também lhe obrigavam a bouça rota, sita na Chã de Barreiros, tudo nesta freguesia, além deste rendimento havia 140 mil réis de promessa, que tudo renderia 15 mil réis, e tinham naveta e turíbulo de prata, pálio e tudo mais necessário. Pedem ao Provisor de Braga lhes conceda colocar o sacrário.»

— Em 12-3-1713, o abade de S. Tomé de Aباção, querendo ter na sua igreja o S. S.<sup>mo</sup> Sacramento, porque a sua freguesia era dilatada e não o havia em cinco freguesias circunvizinhas, e como já tinha sacrário doirado, vaso de prata, capa de asperges, pálio, turíbulo, lâmpada e pedra de ara, obriga os frutos do seu benefício à fábrica do sacrário.

— Em 14-4-1759, o cónego José Bernardo de Carvalho faz doação da leira de mato chamada da Godinha, à Confraria do S. S.<sup>mo</sup> de Urgeses, para nela cultivarem azeite para alumiar ao Senhor.

— Em 28-11-1799, o juiz do Subsino e homens de falas da freguesia de S. Faustino de Visela, disseram que os seus moradores se haviam obrigado por escritura, ao azeite para terem o S. S.<sup>mo</sup> em sacrário perpétuo, e por escritura o abade Amaro José de Passos, doará um bocado de terra para plantar olival para o azeite.

A muitas freguesias faltava, por motivos materiais, essa regalia de culto.

Não tinham sacrário permanente as freguesias de Creixomil, Cadoso, Gonça, Prazins, S. Miguel do Castelo, Arões, Santa Maria de Souto, S. Cosme da Lobeira, S. Jorge de Selho, Azurém, S. Clemente de Sande, S. Tomé de Caldelas, S. Paio de Figueiredo, Salvador de Gandarela, Moreira de Cónegos, Silvares, Aldão, S. Romão de Mesão-frio, S. Martino de Leitões, Fermentões, Gondomar e Balazar.

Voluntária e cristãmente, tudo era favorecido por uma necessidade comum e sentimento de cooperação, que determinavam auxiliar e sustentar a fábrica da igreja e do culto, sem deixar de considerar, particularmente, o que as sociedades rurais, por direito e doutrina tradicional, ficavam a dever ao pastoreio evangélico de quem as servia adentro das múltiplas assistências sociais, civis e eclesiásticas.

As igrejas paroquiais e os abades, na condição dos valores e dos serviços, eram de uma superioridade profundamente mantenedora dos bons princípios da ordem, da moral, da justiça e da universalidade cristã, mas pobres e necessitados de todas as generosidades e auxílios.

Da terra, do produto dos campos, da colectividade dos braços trabalhadores, tinha de sair a organização, de fundas raízes eternas, que elevasse e fizesse perdurar a igreja paroquial, dotando-a de todas as qualidades materiais que a estruturassem no sentimento de humana serventia. Só assim ficaria no desaforo de percorrer, amplamente, o caminho das tradições religiosas e dos comunicativos serviços espirituais, a prestar aos vivos e a todas as fraquezas e inocências deste mundo, perpetuando a memória dos bons sem deixar de pedir a salvação dos pecadores.

O princípio da caridade e todo o Evangelho da fé, entram na natureza básica de toda uma doutrina que principiando por ser conscientemente ajustada por nós, a espalhemos afectuosa e fraternalmente por todos, sem que o espírito perca as alturas para que destina o bem que faz e prodigaliza nesta terra, em favor do merecido descanso que espera alcançar de Deus.

Do trabalho, o Céu nos ajuda; dos bens da alma, a reunião dos homens, congregados na prática das Irman-

dades e Confrarias, nos compensa, na superioridade de íntimo respeito a todas as disposições de utilidade e salvação.

Sendo estas sociedades irmandadeiras duma regência estatutária muito simplificada, são, todavia, no sentido de humanidade, de um requinte de fórmula caridosa, cumprindo o que se instituiu adentro dos benefícios, dos acompanhamentos, dos enterramentos, dos sufrágios e dos aniversários.

Estas Confrarias e Irmandades, deram às igrejas rurais, o primeiro alento económico de vida, particular e espontâneo, mas garantido e necessário, pagando e fincando, por uma legislação primária e quinhão de oblata, todos os serviços que se limitavam ao trabalho dos curas dentro da sua função de assistência, a compor e recompor, movimentar e favorecer, em consumo e arranjos, toda a fábrica das obras e do culto.

Criavam um fundo de rendimento pelas esmolas e pela cobrança da patente dos associados, e mantinham um fundo de reserva, pela colaboração compreensiva e devota dos que lhes iam legando, em vida ou na morte, com particulares disposições de aplicação, os seus eidos, as suas leiras, os seus montados, as suas rendas, os seus prazos.

As igrejas e os passais criaram-se à custa dos padroeiros, <sup>(1)</sup> mas sòmente se constituíram libertados e dignificados, e sobretudo as igrejas ficaram mais profundamente religiosas e integradas na prática do culto, com a nobreza da civilização sacerdotal, que olhava mais de perto pelos aglomerados populares do que pelos interesses dos padroados e pelo domínio burguês e fidalgo de ostentação. Entretanto, igrejas e passais iam igualmente crescendo, aumentando e fertilizando, pela possível ajuda dos parquianos, das Irmandades e do esforço trabalhoso dos que se juntavam em jorna gratuita ou em grupos de peditório, os santos patronos em procissão, pelos casais, colhendo os mordomos e as mordomas a esmola necessária, para acudir aos remendos das casas dos abades ou às telhas de abrigo da santa morada de Nosso Senhor Jesus Cristo.

---

(1) Ver *Curiosidades de Guimarães — Jurisdições e padroados*, vol. XVII, por Alberto Braga.

Quem paga ao clero rural, quem sustenta a sua existência de permanente vigilância cultural, é a terra e são as dádivas.

E tudo assim se movimentava, em legislação administrativa e económica à volta das igrejas rurais, com a sua especificada unidade de justiças privativas de governo eclesiástico e civil, irmanadas na função de distribuir sentenças, penalidades e serviços a bem comum das paróquias, pelo desempenho oficial dos cargos de Juiz, Homens de falas e Mordomos, autarquias de que falaremos um dia com o desenvolvimento necessário, atendendo à importância que representam para a história integral das freguesias rurais.

Tudo assim se movimentava e desenvolvia, dizíamos, à volta das igrejas paroquiais, e tudo lentamente, empiricamente, modestamente, com santa resignação de pobreza e remedeio, à custa exclusiva do esforço, do trabalho e do conagraamento dos paroquianos, que se enlaçavam à volta dos abades, prendendo-se ao amor da terra, à colaboração mútua dos serviços, das tradições de posse e das regalias indispensáveis à colheita dos frutos e à fertilidade das terras.

De facto, tudo assim, mas tudo ligado ao temporal e ao espiritual, à beleza da piedade e da devoção, cercos e clamores correndo e abençoando os renovos e todo o calvário dos terrunhos, ao bucolismo docemente cirandado e alegre do amanho dos campos, e à justiça rural dos homens bons das freguesias, que reuniam o seu tribunal pedâneo à volta das pedras dos acordos.

Vieram, porém, um dia, os dízimos, sobrecarrego pesado e afrontoso, e um novo fisco dos curatos começou a medir o casco das Irmandades, a capar os proveitos do pé de altar e a rondar as criações e as colheitas dos lavradores, desde o choco das galinhas, ao ruborizar das primeiras cerejas, desde a ninhada dos cochos ao debangar das últimas castanhas da ouriceira.

Encurteceram a vontade e a liberalidade das ofertas dos paroquianos, pois do que davam, pela nova imposição dos dízimos, primícias e cõngruas, e do mais que surgiu para os plenipotenciários diocesanos, em lutas e votos obrigatórios, lá se iam as moreias do S. Miguel a uma mingança de rebotalho.

Uma parte enfiava para o enchimento dos celeiros abaciais, outra parte para as igrejas padroeiras e ainda outra para o regaço da corte arcebispal.

Travou-se uma luta de resistência, de negativa ao cumprimento do que julgavam arbitrário e excessivo, de disputas, contra o que apartadamente pagavam para a paróquia eclesiástica e para a paróquia civil, estabelecidos e articulados governos Arcebispal e Municipal.

Ambos os Estados, de governança autónoma, mandavam nas freguesias, e daí as desinteligências, as rixas, as demandas, dos paroquianos contra as Câmaras e os Arcebispos.

Quem usufruía o maior quinhão das colheitas?

Depois dos senhorios fidalgos e burgueses, morgados e reguengueiros, os abades, que em géneros e sanjoaneiras arrecadavam tanto ou tão-pouco, que chegou a vigorar aquele sistema tolerado e preestabelecido dos arrendamentos das igrejas e dos frutos dos passais, feitos a terceiras pessoas, que passavam, por contrato notarial, a ser os rendeiros do que os Senhores abades não se permitiam tratar, para terem um descanso pachorrento e amesendado. (1)

A fatura era tão fagueira que dava para tudo.

As Câmaras impunham a entrega do milho para os seus celeiros municipais e o aforamento dos baldios; (2) as Comendas recebiam as rendas dos seus emprazamentos, e os abades colhiam, limpo e seco, os dízimos e as primícias.

Havia a mais, pela terra, que era terra negra e dura, e não oiro moído, terra de muitos moiros e poucos donos, havia a mais, um lagartixar vampírico de sugamentos para o abacial, para o real e para o camarário, dando origem, tamanhas infiltrações plutocráticas, a que se levantassem no seio dos agrupamentos rurais, duas lutas sérias e perras, que delongaram para riba de um século e meio. Conforme

---

(1) Para a história económica dos curatos, ver o que já escrevemos, desenvolvidamente, sobre o curioso assunto dos arrendamentos dos direitos e direituras das igrejas, dízimos, primícias, sanjoaneiras, foros, censos e avenças das abadias, no vol. XIII das *Curiosidades de Guimarães — Comendas da Ordem de Cristo*, págs. 85 e 109.

(2) Ver *Curiosidades de Guimarães — Maninhos*.

se implantavam e renovavam os sistemas jurídicos, administrativos e políticos, diferentes passavam a ser as reacções defensivas, segundo as circunstâncias do tempo e as incorrências dos tributos, quer dentro do terreno doutrinal, mas sem ofensas para a conformidade religiosa, quer dentro da força ostensiva do Estado, mas sem fugir aos direitos determinados e legalmente instituídos.

De maneira que antes de ser abolida a contribuição geral dos dízimos, em 1832, foram extintos os *direitos banais*, em 5 de Abril de 1821.

Estes direitos, assim conhecidos por direitos banais, eram opressivos, contrários à liberdade, e formavam um capítulo extenso de derreios que tomava o povo como uma matilha de escravos.

Recordá-los, é sentir mais funda a dor, os sacrificios e a penosa aflicção dos pobres e dos humildes de outras eras.

«A Regência do Reino, em Nome de El-Rei o Senhor D. João VI, Faz saber que as Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa tem Decretado o seguinte:

*Artigo 1.º* Todos os Serviços pessoais feitos pela própria pessoa, ou com animais, fundados em Foral, Graça Régia, Posse immemorial, ou qualquer outro Título de Direito Censual, Dominical, e ainda Emphitéutico, ficão extintos. Nesta disposição porém não se comprehendem os Serviços dos Cabeceiros, nem os Foreiros, que são obrigados a levar os foros a Casa dos Senhorios.

*Art. 2.º* Ficão pela mesma forma axtingtos todos os Direitos chamados Banaes, que são os de Fornos, Moinhos, e Lagares de toda a qualidade: e igualmente os Privilegios exclusivos de Boticas, e Estalagens, sem que por isso fiquem seus donos privados do uso, que, como particulares, podem fazer das ditas propriedades.

*Art. 3.º* Ficão também extinctas todas as obrigações, e prestações consistentes em fructos, dinheiro, aves, ou corazis, impostas aos Habitantes de qualquer Povoação ou Districto, a favor de algum Senhorio, pelo simples facto de viverem naquela Terra, por terem nela Casa, ou Eira, por casarem, por irem buscar água às Fontes públicas, ou a elas levarem seus Gados, por accenderem fogo, por terem animaes, ou por outros quaesquer títulos, e denominações de igual ou semelhante natureza: E bem assim quaesquer Privilegios graciosos, que obstem à livre navegação dos Rios caudaes e navegaveis.

*Art. 4.º* O Privilégio chamado do Relêgo, pelo qual a Coroa, Donatarios dela, ou quaesquer outros agraçados, têm a venda exclusiva dos Vinhos em certos mezes do anno, fica igualmente extincto.

*Art. 5.º* Ficão tambem supprimidos os Privilegios exclusivos, que se tem estabelecido em algumas Cidades e Vilas, pelos quaes nenhuma Pessoa pôde vender outros fructos ou liquidos, senão os produzidos nos seus proprios Termos.

*Art. 6.º* Os Serviços pessoaes, de que se faz menção no Artigo primeiro, adquiridos por titulo oneroso, serão indemnizados, ficando à escolha do devedor, ou remir o Capital, por justa louvação, ou subrogar ao serviço annual o equivalente com dinheiro, ainda no caso de haver alternativa estipulada. Exceptuão-se desta indemnização os serviços pessoaes que se devem prestar à Corôa ou a seus Donatários. Palacio da Regência em 5 de Abril de 1821.

Não havendo um significado humano na política vexatória dos dízimos, o colectivismo agrário perdia na liberdade dos seus direitos e facilidades criadoras, o domínio particular de se abastar convenientemente, e satisfazer os seus compromissos de renda e de recuperação do que afundava nos campos de cultura.

E principiaram então, várias gerações, a lutar contra a supremacia arbitraria dos dízimos, como outras o já tinham feito contra os direitos banais.

A outra luta, que poderemos chamar de ordem social, e que ainda nos tempos de hoje, aqui ou ali, se vê rastejar, andava à volta dos seus direitos de posse, que pela natureza das suas condições de utilidade comum, eram um dos principais recursos para a pujança do solo e do cultivo.

Esta luta, a mais acesa, desferia-se publicamente em letra fiada de protestos enviados às Câmaras e de representações dirigidas a Suas Majestades, quebrando lanças pela posse virtual das suas regalias seculares do compâscuo e do roço, no domínio livre e aberto dos baldios e logradouros públicos, terras tão estimadas e proméadoras, que andavam sempre na sanha ladravaz das partilhas de favor e de aforamentos indevidos e ridículos.

A intensidade poderosa dos seus direitos, foi aos poucos vencendo as batalhas que denodadamente se travaram.

Os dízimos foram banidos e os logradouros, os melhores, foram repartidos, por aforamento, com mais equidade e justiça.

Alteradas, quase na maioria, aquelas ofertas e dízimas que recebiam no dia dos fiéis defuntos, pelas rezas anuais e officios de corpo presente, e os que recebiam pelos casamentos, baptizados e mortórios, e suprimidos e extintos em 1832 os direitos dos dízimos e primícias, os párocos das aldeias ficaram, por muito tempo, ao desabrigo de uma lei geral de dotação paroquial, (1) que fosse de considerada sufficiência, remuneradora dos serviços prestados por estes funcionários da religião do Estado.

Além dos seus encargos de protecção, amparo e defesa das almas e das manifestações religiosas de obrigação funcional, eram uns grandes auxiliares do Estado e das Câmaras, em serviços muito variados e informativos, organizando estatísticas, inventários, cadastros, relações, mapas, etc.

A não serem exercidos por eles, gratuitamente, estes serviços teriam de ser pagos quantiosamente, a funcionários que os executassem, o que mais tarde aconteceu, dependendo sobretudo as Câmaras largos dinheiros com diversos trabalhos de organização paroquial.

Ficaram os abades e os reitores sujeitos àquele estado precário da dotação paroquial e da cobrança dos réditos que a ela estavam consignados.

A lotação dos benefícios paroquiais, feita em 1890, demonstrava que das 3.735 freguesias do continente, mais de metade não tinham 250\$000 réis, e quase metade não estavam lotadas em mais de 200\$000 rs., notando-se ainda que eram mais as que desciam deste quantitativo do que as que se lhe aproximavam.

---

(1) O decreto de 30 de Junho de 1832, que extinguiu a pesada e vexatória contribuição geral dos dízimos, não só reduziu a um mínimo comedido os chorudos proventos dos párocos, como grandemente affectou a colheita nababesca da nossa Real Colegiada de Guimarães, pois que neste mesmo ano eclesiástico de 1832, que acabou em 23 de Junho, o rendimento dos dízimos e mais benesses das igrejas pertencentes ao seu padroado, tinham dado só para o Cabido a soma de 9.268\$180 réis, além dos rendimentos que dos mesmos pertenciam ao D. Prior, Chantre e Tesoureiro-mor.

Na Diocese de Braga, havia 45 freguesias de rendimento inferior a 100\$000 rs.; 96 de 100\$000 a 120\$000 rs.; 95 de 120 a 140\$000 rs.; 76 de 140 a 160\$000 rs.; 86 de 160 a 180\$000 rs.; e 72 de 180 a 200\$000 rs.

Como estas diminutas cõngruas, <sup>(1)</sup> de cobrança precária, não eram suficientemente remuneradoras, atendendo ao excessivo exercício do pastoreio e ao trabalho que levavam por essas paróquias, em estado primitivo de rudeza, sem caminhos nem acessos fáceis e rápidos de comunicação, atirados para ali numa promiscuidade de convivência com os lavradores e as bestas, que os transportavam aos serviços de mais lonjura, fartaram-se os párocos de pedir que cada remuneração paroquial subisse ao efectivo de 250\$000 réis anuais.

Para serem atendidos nestas reclamações, impunha-se a modificação das juntas de cõngruas, colocando-as fora da ingerência da política partidária, estabelecendo-se a cobrança pelos recebedores dos Concelhos, em prazos improrrogáveis.

Como tudo isto era complicado, e obrigava a que o lançamento da derrama paroquial fosse feito, para cada freguesia, por uma junta composta pelo pároco respectivo, pelo regedor e pelo escrivão da fazenda, para que todos os fregueses da paróquia e os possuidores de bens imobiliários contribuíssem para a derrama na proporção dos seus rendimentos, depois de verificados os índices colectáveis, como tudo isto, enfim, obrigava a uma nova remodelação de serviços tributários sobre as percentagens das cõngruas, os párocos continuaram na mesma ordem de recebimentos até à separação da Igreja do Estado.

As alterações desejadas estabeleceriam ainda que a cobrança dos conhecimentos fosse feita pelos recebedores, para depois serem as importâncias entregues aos párocos, e os títulos relaxados, por cobrança coerciva, pela mesma forma das contribuições gerais do Estado. Ficariam

---

(1) As Câmaras nomeavam, por cada Circulo de Paz, um informador da cõngrua paroquial para cada grupo de freguesias desses Círculos.

Mais tarde principiou a ser nomeado um informador de cada freguesia para o lançamento da cõngrua.

outrossim as cõngruas dos párocos isentas das contribuições e das rendas das casas que tivessem de pagar, e da contribuição sumptuária, relativa a bestas e garranos, únicos meios de transporte indispensáveis ao exercício das suas funções paroquiais.

De maneira que os rendimentos ficaram sempre os mesmos:

- 1.º — A receita da derrama arbitrária.
- 2.º — Os juros das inscrições, foros, censos e outros rendimentos dos passais.
- 3.º — As remunerações dos actos de pompa do seu ministério.
- 4.º — Os emolumentos dos seus serviços de cartório.
- 5.º — Os direitos anuais de oferta, que os lavradores lhes pagavam pelo S. Miguel: rasas ou meias rasas de milho, almudes ou meios almudes de vinho.

Presentemente, as benesses paroquiais que temperam a existência dos abades, são:

1. — Os rendimentos dos passais.
- 2.º — Os direitos anuais de oferta, pagos em medidas de milho e almudes de vinho.
- 3.º — O rendimento do pé de altar, pelos serviços prestados nos casamentos, baptizados e mortórios.
- 4.º — Os reduzidos emolumentos de cartório, pelas certidões eclesiásticas.

Um ou outro pároco, para mais achegos de vida, ressuscitou as antigas cõngruas, de acordo com o Prelado e os fregueses, lançando um tanto por cada colheita de pão e vinho e fazendo a cobrança directa, por ocasião da Quaresma. Regulava dois escudos por cada carro de

medidas a pagar pelos caseiros e um escudo a pagar pelos senhorios. Nas freguesias urbanas subsistem as cõngruas-sustentação. Mas com tudo isto, que representa actualmente quase nada, como vivem os párocos das aldeias? Mal, se não têm alguns rendimentos próprios.

Para contrabalançarem e equilibrarem com decência, a sua modéstia de vida e a sua posição adentro da respeitabilidade do seu sacerdócio, os que pastoreiam as paróquias de minguados proventos e de limitado número de fregueses, têm de curar outra freguesia, que em muitas circunstâncias fica sempre distante e à desamão, não podendo, deste modo, servir a preceito e convenientemente a Deus e aos fregueses.

E depois, sem abonos, sem grémios, sem uma Associação clerical com fundos bastantes de reserva para as devidas e previdentes pensões de reforma, desprotegidos de um abrigo colectivo formado pelo que esborda dos vastos recursos diocesanos, o que espera, em destino de alquebramento, essa classe mais devotada, que caminha ininterruptamente um calvário de trabalhos, ao serviço do bem comum e das almas?

Não é raro vêr-se um grande contingente destes humildes curas das aldeias, os mais sacrificados e prestáveis dentro do governo social e cristão da espinhosa ruralidade trabalhadora, já na velhice, sem forças nem vigor, viver pela esmola do sustento, dando as últimas gotas duma energia depauperada, no último arranque, ao serviço da capelania das Ordens hospitalares e religiosas, dos Asilos, das Misericórdias e dos Colégios, etc.

### **Três rois da contribuição de maneios e de juros eclesiásticos.**

Que nos vão revelar os três cadernos de papel amarelado, (encontram-se juntos e amarrados em um só maço) que um dia topamos na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, numa funda prateleira das estantes destinadas aos escritores vimaranenses?

Nunca tiveram registo de entrada, nem indicação de cota. Casualmente se nos depararam quando da mudança da biblioteca para outra dependência.

A única indicação é a da oferta de João Lopes de Faria à Sociedade, em 12 de Dezembro de 1908.

São três rois indicativos dos indivíduos que não tinham pago as décimas à Câmara de Guimarães.

O primeiro é encabeçado com o título:

*Frg.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> da Olivr.<sup>a</sup> Pello q. Pertence as Propried.<sup>es</sup>, do Anno de 1799.*

O segundo — *Pello que toca aos maneios do anno de 1799.*

O terceiro, referente a todas as freguesias da vila de Guimarães, tem o título:

*Rol para a cobrança da Decima de Juro Eclesiastico e Empregados desta Villa para o Anno de 1829.*

Poderá a muitos parecer, a transcrição de todas as laudas dos três envelhecidos cadernos, uma grande maçada, monotonia afónica desprovida de qualquer interesse.

Entanto, pelo discorrer dos assuntos, pela verbeação das chamadas e sob o ponto de vista político, social e tributário, os três cadernos são de natureza expressiva.

Serão, até, se os considerarmos, como de facto consideramos, excelentes elementos subsidiários para a história local, umas sínteses relacionadas com os principais problemas do sentimento associativo e de classe, quanto à habitação e aos ofícios.

Estes problemas, que vão passando por várias mutações de ordem social, topográfica, toponímica e demográfica, integram-se no vasto plano da geografia humana.

E para que se trate circunstancialmente deste fundamental e primordial capítulo da história geral dos povos, preciso é tomar-se conhecimento e contacto com todos os subsídios relacionados com o carácter topográfico das localidades, com os fenómenos da nomenclatura das ruas e dos lugares e com a índole e modos de vida dos seus habitantes.

Assim se poderão depois conhecer, dentro dos necessários estudos de inventariação, todas as particularidades da vida pública e as características dos tempos, de suma importância para a história das sociedades.

Entre o máximo e o mínimo em relação aos salários pagos aos artífices e aos tributos de maneiço pagos às Câmaras, pode-se surpreender uma média da riqueza dos ofícios e estabelecer também o nível médio de vida e índice de abastança das classes e das populações urbanas. Daí podem derivar, em crescente e diminuição, as linhas

de referência quanto às possibilidades e capacidade de vida do trabalhador, do burguês, do senhorio e do plebeu, consoante as zonas mais ricas ou mais pobres de população e produção.

Por isso é que todas as efemérides de cunho variado e científico, sob o ponto de vista cultural, oficial, administrativo, tributário, de tradição e de usança costumeira, todas as inéditas divulgações de feição e diferenciação de tipos, de classes, de habitações, todos os nadas, enfim, que por vezes se distinguem no carácter de um nome, na figura de uma alcunha, no Evangelho de uma Irmandade, derramam clareiras de expressão e de luz sobre muitos crepúsculos que os séculos adensaram, fazendo perdurar as trevas sobre tantos segredos que só aos poucos podem fosforescer, pela ajuda constante dos que desencantam papeis esquecidos e arrumados, que vão dando às coisas e aos assuntos as verdadeiras significações de fidelidade e de beleza compreensível e histórica.

Se nos perdoam o tropo blandicioso e contemplativo da aproximação, diremos que os rois que vamos transcrever com todo o sabor canhestro da velha escrita, são a fiel imagem das ruas, das casas e dos habitantes.

Que informações vamos então colher?

Valerá a pena entregar-se alguém à pachorra de solfejar uma catrozada de nomes?

Podem ter o seu interesse, não só os nomes como a inspiração popular e pitoresca das alcunhas.

Depois, ficamos a saber os nomes dos proprietários das fazendas e dos prédios da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira. E também os nomes dos artistas da pequena indústria local, os seus ofícios e a posição das suas moradias. E ainda o nome de alguns contratadores de mercadorias e de alguns mestres de ofícios.

E iremos ao encontro e ao conhecimento do casco e dos bens de mão morta das Irmandades de Guimarães, e do ordenado das principais figuras que serviam as Corporações e Organismos mais representativos desta terra.

*Frg. de N.ª Snr.ª da Oliv.ª Pello q. Pertence  
as Propriedades do Anno de 1799*

<i>Facto (1)</i>	<i>Réis</i>
João de Crasto, pella fazenda do Alfaricano que fas Fran.º José Braga . . . . .	1.800
O m.º por cazas em que mora João Fran.º, jornalr.º . . . . .	270
O m.º por cazas que ocupa o d.º Fran.º José Braga . . . . .	215
O d.º João de Crasto, por caza que ocupa M.ª Fran.º, oficial de carpintr.º . . . . .	215
O d.º por caza q. ocupa An.º Gonçalves, molr.º . . . . .	540
O d.º por caza q. ocupa M.ª Corr.ª, jornal.º	295
O d.º pello muinho que lhe faz Ant.º Gon- çalves, mol.º . . . . .	75
O m.º por caza que ocupa Fran.º jornal.º	215
Rodrigo de Souza, por cazas em q. mora Anna de Sz.ª . . . . .	270
Manoel Lopes, por caza e campo que faz José An.º Rodrigues . . . . .	2.160

*Ortas do Prior (2)*

Os herdr.ºs do R.º chantre, por cazas em q. mora Costodío, ofecial de carpintr.º . . . . .	450
Os m.ºs por cazas em que mora Ant.º Alves ofecial de sapatr.º . . . . .	270
A v.ª de João da Costa, por caza em q. mora José An.º Luis, ofecial de alfaate. . . . .	215
A m.ª por caza em que mora Manoel José sapatr.º ofecial . . . . .	215

(1) Rua de Fato — Saindo da Rua de Santa Cruz, ia ter ao caminho que dava serventia para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa.

(2) Hortas do Prior, ou simplesmente Rua dos Hortas — Ficava pegada à porta da Senhora da Guia. É hoje a desafogada Rua do Dr. José Sampaio.

*Trigães* (1)

	<i>Réis</i>
Manoel Ribr. <sup>o</sup> , estalijadr. <sup>o</sup> que foi, por caza em q. vive . . . . .	700
O D. <sup>or</sup> José de Fr. <sup>tas</sup> , medico, por cazas em que vive . . . . .	500
José Borges, pella propried. <sup>e</sup> foreira a D. An.t. <sup>o</sup>	130
Ao senhorio da propried. <sup>e</sup> do d. <sup>o</sup> José Borges	300
José An. <sup>to</sup> Brandão do tr. <sup>o</sup> do Porto, por cazas que ocupa Fran. <sup>co</sup> de Freitas, surrador	900

*Canto* (2)

Dom. <sup>os</sup> Frz. do Canto, ora seu f. <sup>o</sup> , por terras fora do Privilegio . . . . .	40
---	----

*Arcella* (3)

A v. <sup>a</sup> de Dom. <sup>os</sup> de Freitas, alfaate, por cazas em que vive . . . . .	150
Joaquim M. <sup>el</sup> ou seu irmão por campo q. faz Jozefa Maria . . . . .	2.160
O Dez. <sup>or</sup> Thomas An. <sup>to</sup> por cazas em q. mora José Pinto de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	645
A v. <sup>a</sup> de Dom. <sup>os</sup> Per. <sup>a</sup> de Macedo por cazas que ocupa An. <sup>to</sup> Jose Bombr. <sup>o</sup> e outros cazr. <sup>os</sup> . . . . .	400
A m. <sup>ma</sup> v. <sup>a</sup> por cazas que tambem ocupa . . . . .	300
Dom. <sup>os</sup> de Moraes, contratador de meias e talagarças, por cazas em q. mora . . . . .	215
O m. <sup>mo</sup> por cazas q. ocupa Agueda Fran. <sup>ca</sup>	105
O m. <sup>mo</sup> por cazas em que morão humas mulheres	108
O m. <sup>mo</sup> por cazas em que mora Maria m. <sup>ca</sup> de José de Sz. <sup>a</sup> . . . . .	90

(1) Rua dos Trigais — Também era conhecida por Fonte da Barrela. Ficava pegada à Torre dos Cães, para a parte sul, e ia ligar à Rua do Poço, rua desaparecida, que ficava no Carmo. Era a antiga e conhecida estrada de Fafe, hoje Rua do Dr. Alberto Sampaio.

(2) Lugar do Canto — Fica a seguir à Casa da Seara.

(3) Arcela — Ainda hoje assim se chama a Rua da Arcela.

*Réis*

O m. <sup>mo</sup> por caza em que mora Manoel Ant. <sup>o</sup>	90
O m. <sup>mo</sup> por cazas em que morão humas mulheres	160
O m. <sup>mo</sup> por cazas em que mora hum jornalr. <sup>o</sup>	260
Vicente José Pacheco, por cazas em q. mora Christovão, alfaate . . . . .	640
Luis Pinto, por cazas q. ocupa a v. <sup>a</sup> de João da Costa . . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> por cazas em que vive . . . . .	180
Manoel Fran. <sup>co</sup> , jornalr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive	160
O m. <sup>mo</sup> por caza em q. mora João Amante, jornalr. <sup>o</sup> . . . . .	120
José Luis de Crasto, barbeiro, por caza em q. mora Martinho, ofecial de pentieiro. . . . .	195
O m. <sup>mo</sup> por caza em que mora Jose da S. <sup>a</sup> Picão, ofecial de pentieiro . . . . .	195
O m. <sup>mo</sup> por caza que ocupa Maria Machada	115
O m. <sup>mo</sup> pello olibal que faz Martinho Aleixo, ofecial de pentieiro . . . . .	105
Luis da Costa, de Bouro, por caza q. ocupa Simão da Costa, pentr. <sup>o</sup> . . . . .	270
O m. <sup>mo</sup> por cazas que ocupa hum jornalr. <sup>o</sup> José	285
O m. <sup>mo</sup> pello olibal q. ocupa Fran. <sup>co</sup> , meloeiro	90
Diogo Fernandes, capador, por caza em q. vive	220
Manoel Jose Campello, por caza q. ocupa Thereza Maria . . . . .	105
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Jose Luis, ofecial de pentr. <sup>o</sup> . . . . .	285
O m. <sup>mo</sup> , por caza em q. mora Ant. <sup>a</sup> , soltr. <sup>a</sup>	105
O m. <sup>mo</sup> , por caza q. ocupa Ant. <sup>a</sup> , Vai p. <sup>a</sup> o ceo,	40
Bernardo Jose, m. <sup>e</sup> pentieiro por caza em q. vive	215
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Dom. <sup>os</sup> da S. <sup>a</sup> m. <sup>e</sup> pentieiro . . . . .	320
A v. <sup>a</sup> de João Padr. <sup>o</sup> , por cazas que ocupa Dom. <sup>os</sup> ofecial de çapateiro . . . . .	180
A m. <sup>ma</sup> , por cazas que ocupa hum cazr. <sup>o</sup> . . . . .	180
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora o f. <sup>o</sup> da Thereza murria, ofecial de pentieiro . . . . .	180
Paulla Maria, por cazas em q. mora Luiza galega . . . . .	180
Manoel Fran. <sup>co</sup> , por cazas que ocupa Cos- todea v. <sup>a</sup> . . . . .	180

	<i>Réis</i>
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Ignacio sapatr. <sup>o</sup>	80
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Jose da S. <sup>a</sup> ofeicial de pentieiro . . . . .	320
Fran. <sup>co</sup> Montr. <sup>o</sup> , por cazas em que mora Jose An. <sup>to</sup> Costa m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	200
D. Anna Margarida, por cazas q. ocupa hum carpintr. <sup>o</sup> . . . . .	400
João da Costa, por cazas que ocupa seu f. <sup>o</sup>	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Jose An. <sup>to</sup> , criado de servir . . . . .	370
O m. <sup>mo</sup> por cazas q. ocupa Jose da Costa, sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	360
Os herdr. <sup>os</sup> de Fernando da Costa, por cazas e quinta que fazem . . . . .	370
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas q. ocupa Fran. <sup>co</sup> tendeiro	360
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. mora João An. <sup>to</sup> , m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	540
Bento Jose Pacheco, por cazas que ocupa . . .	900
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> da Rocha	430
Jose Mor. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa Manoel Ant. <sup>o</sup> , escudr. <sup>o</sup> . . . . .	600
Bento Jose Pacheco, por cinco moradores de cazas que occupam varios cazr. <sup>os</sup> . . . . .	1.220
A v. <sup>a</sup> de Luis Machado, servo, por cazas em q. mora . . . . .	215
A m. <sup>ma</sup> , por cazas q. occupa huma m. <sup>er</sup> . . . . .	195

### *Oliveiras* (1)

Manoel Jose, por cazas q. ocupa Manoel labrador . . . . .	1.100
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora M. <sup>a</sup> Fran. <sup>ca</sup>	410
M. <sup>el</sup> Jose, por caza que huma m. <sup>er</sup> . . . . .	180
D. Fran. <sup>co</sup> Telles, por caza que occupa hum cazeiro. . . . .	720

(1) Rua das Oliveiras, ou Rua das Oliveiras de Santa Cruz — Campo do Salvador.

Havia também uma rua, mas muito mais recente, chamada Rua Nova das Oliveiras, que é a actual rua de Camões, sendo com este nome baptizada em sessão de Câmara de 10 de Junho de 1880.

	<i>Réis</i>
Angella Ribr. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa huma m. <sup>er</sup>	105
A m. <sup>ma</sup> , por caza que ocupa M. <sup>a</sup> Josefa. . . . .	145
A m. <sup>ma</sup> , por caza que ocupa huma m. <sup>er</sup> . . . . .	140
A m. <sup>ma</sup> , por cazas q. ocupa João Gonçalves, Sirurgiam. . . . .	1.760
M. <sup>el</sup> Fran. <sup>co</sup> , carpintr. <sup>o</sup> por cazas em q. mora	540
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa hum cazr. <sup>o</sup> pobre	270
O m. <sup>mo</sup> , por caza em q. mora huma cazr. <sup>a</sup> . . . . .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. moram huns cazr. <sup>os</sup> pobres. . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Miguel, ofeicial de sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. morou M. <sup>a</sup> Machada	180

*Da outra p.<sup>ta</sup>*

O lecceniado. An. <sup>to</sup> Jose Soares Per. <sup>a</sup> por cazas que ocupa a v. <sup>a</sup> de An. <sup>to</sup> Fran. <sup>co</sup> . . . . .	215
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Anna M. <sup>a</sup> v.a. . . . .	140
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Luis Pessoa, m. <sup>e</sup> Alfaate . . . . .	215
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa hum sapatr. <sup>o</sup> genro do carsr. <sup>o</sup> do Castelo . . . . .	215
O m. <sup>mo</sup> por cazas q. ocupa João dos S. <sup>tos</sup> , m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	215
M. <sup>el</sup> Fran. <sup>co</sup> , carpinteiro, por caza q. ocupa huma cazr. <sup>a</sup> . . . . .	215
O m. <sup>mo</sup> , por caza q. ocupa huma m. <sup>er</sup> pobre	215
A v. <sup>a</sup> de Luis Machado, por cazas q. ocupa hum jornalr. <sup>o</sup> . . . . .	375
Fran. <sup>co</sup> Jose, pratudo, por cazas em q. murou Paulla v. <sup>a</sup> . . . . .	360
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Jose da Costa, Alfaate.	240
João Rodrigues Corvite, por cazas em que mora Fran. ° Jose Sabança, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em que mora o cazr. <sup>o</sup> do Bringel. . . . .	260
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em que mora hum cazr. <sup>o</sup> pobre . . . . .	150
An. <sup>to</sup> de Fr. <sup>cas</sup> Fernandes, por cazas q. ocupa hum ofeicial sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	230

	<i>Réis</i>
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa huma m. <sup>er</sup> pobre	320
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora o Paraburro, jornalr. <sup>o</sup> . . . . .	150
Jose Antonio Gomes, m. <sup>e</sup> cutilr. <sup>o</sup> por. cazas em q. vive . . . . .	200
Dom. <sup>os</sup> Jose, ortelam, por cazas q. ocupa Pedro de Fr. <sup>tas</sup> cutilr. . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em que vive. . . . .	360
Av. <sup>a</sup> de Luis Machado, por cazas q. ocupa Jero- nimo Luis, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	450
Jose An. <sup>to</sup> de Ar. <sup>o</sup> , por caza em q. mora Costo- dio Frz. m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	120
A v. <sup>a</sup> de Dom. <sup>os</sup> de Macedo, por cazas em que mora huma m. <sup>cl</sup> . . . . .	215
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em que mora M. <sup>cl</sup> jornalr. <sup>o</sup> .	105
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em que mora Thome Per. <sup>a</sup> , Alfaate. . . . .	105
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em que mora huma m. <sup>er</sup> . . . . .	360

*Bringel* (1)

Costodio Frz., do Canto, por cazas em q. mora Manoel jornalr. <sup>o</sup> . . . . .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Luiza M. <sup>a</sup> , soltr. <sup>a</sup> .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Jose Cardoso, ofecial de sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em que mora hum jornalr. <sup>o</sup> .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Cardoso . . . . .	270
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Thomas quico, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	530

*S.<sup>ta</sup> Crus da P.<sup>te</sup> do Castelo* (2)

Carllos da S. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora Izabel Sen- deira . . . . .	370
--	-----

(1) Lugar de Beringel, ainda hoje assim chamado, e fica perto do lugar de Roma.

(2) Rua de Santa Cruz—Rua que desapareceu para o arranjo do Parque do Castelo.

	<i>Réis</i>
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Ferrancheiro . . . . .	360
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora João Pinhr. <sup>o</sup> , Pentieiro . . . . .	360
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. vive e morou o ofical da Provedoria . . . . .	100
A v.- de Dom. <sup>os</sup> Per. <sup>a</sup> de Macedo, por cazas em q. vive. . . . .	635
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora a f. <sup>a</sup> de Costodio Frz., sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	320
An. <sup>to</sup> Frz., por cazas em vive. . . . .	220
An. <sup>to</sup> Lopes da Maya, por cazas em q. mora Manoel Jose, ofical da Superintendencia . . . . .	230
Agostinho Jose Braga, por cazas em q. huma m. <sup>er</sup> . . . . .	550
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Maria Joaquina. . . . .	765
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Joana v. <sup>a</sup> , vendr. <sup>a</sup> . . . . .	520
An. <sup>to</sup> Frz., por cazas em que mora P. <sup>e</sup> An. <sup>to</sup> . . . . .	600
Agostinho J. <sup>e</sup> Braga, em q. mora João Bizarro . . . . .	100

*Portello das ortas* (1)

R. <sup>do</sup> Thomas do Couto, ou seus herdr. <sup>os</sup> as f. <sup>as</sup> de Galter da Sertam, . . . . .	540
Gon. <sup>lo</sup> Joaquim, por cazas em que mora Luis Corr. <sup>a</sup> Nunes ,mesteiral, . . . . .	550
Os herdr. <sup>do</sup> do R. <sup>do</sup> conego Sebastiam Leme por cazas em que mora huma m. <sup>er</sup> . . . . .	540
Francisco Touqr. <sup>o</sup> , por cazas em que mora . . . . .	720
Gon. <sup>co</sup> Joaquim, por cazas em que vive . . . . .	560

*Campo da Fr.<sup>a</sup>* (2)

Dona Gracia Per. <sup>a</sup> de Castro, por cazas em que mora o R. <sup>do</sup> conego José Coelho . . . . .	1.350
M. <sup>el</sup> Cardozo, por cazas em que vive. . . . .	1.600
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. morão varios cazr. <sup>os</sup> . . . . .	1.590
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora huma m. <sup>er</sup> . . . . .	270

(1) Rua do Portello das Hortas — Ficava pegada à porta da Senhora da Guia e do Campo da Feira.

(2) Campo da Feira, ainda hoje assim chamado, embora há muitos anos tenha o nome de Largo da República do Brasil.

	<i>Réis</i>
João dos S. <sup>tos</sup> , sapatr. <sup>o</sup> e molr. <sup>o</sup> , por cazas e mohinhos em que vive . . . . .	1.080
Miguel Joaq. <sup>m</sup> , de Fr. <sup>tas</sup> por duas moradas de cazas que se achão reduzidas a huma . .	540
Rodrigo de Fr. <sup>tas</sup> por cazas em q. mora Manoel Martins . . . . .	620
Luis An. <sup>to</sup> de Abreu, T. <sup>am</sup> , por cazas em q. vive	645
Fran. <sup>ca</sup> Bernarda, por cazas em q. vive . . . .	645
A irman do D. <sup>or</sup> Agost. <sup>o</sup> L. <sup>te</sup> , por cazas em q. mora . . . . .	640
An. <sup>to</sup> Jose de Magalhães, tanoeiro, por cazas em q. mora . . . . .	540
Os herd. <sup>os</sup> de João Lopes da S. <sup>a</sup> , por cazar que occupa o R. <sup>do</sup> M. <sup>e</sup> da Gramatica . . . . .	2.340
João Baptista, Alfaate, por cazas em q. vive	495
João Fr. <sup>co</sup> , por cazas q. occupa João de Sz. <sup>a</sup> Nogr. <sup>a</sup> , orives . . . . .	460
O P. <sup>e</sup> João da Costa, por cazas em q. mora	860
Os f. <sup>os</sup> de Jerónimo, por cazas em q. vive e na loge Jose de Sz. <sup>a</sup> , vendr. <sup>o</sup> . . . . .	400
M. <sup>el</sup> Alz., Latueiro, por cazas em q. vive . . .	640
M. <sup>el</sup> Jose, orives, por cazas em q. vive . . . .	700
Vicente Jose da Pás, por cazas em q. vive . . .	900
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. occupa João de Sz. <sup>a</sup> , Reco-veiro, . . . . .	900
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Thomas Libanio	1.080
Dona Narciza, por cazas em q. mora Luis Selleiro	810
An. <sup>to</sup> Carv. <sup>o</sup> por cazas em q. mora Jose Corr. <sup>a</sup> , Selleiro . . . . .	410
Dona Anna, por cazas em q. mora Bernardo de Olivr. <sup>a</sup> , Albardeiro . . . . .	430
M. <sup>el</sup> Jose de Macedo, Alanternr. <sup>o</sup> por cazas em q. vive. . . . .	645
An. <sup>to</sup> Carv. <sup>o</sup> , por cazas em q. mora Costodia soltr. <sup>a</sup> . . . . .	430
A v. <sup>a</sup> do Alferes An. <sup>to</sup> de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas em que mora Manoel Alves, orives, e Manoel Jose Silva, Selleiro . . . . .	720
An. <sup>to</sup> do Espirito S. <sup>to</sup> , cazas de Patrimonio, . .	nada
Manoel Jose, contratador de solla, por cazas em q. vive . . . . .	675
Diogo Jose Mar. <sup>o</sup> , por cazas em que vive . . .	645

	<i>Réis</i>
Luis An. <sup>co</sup> , palmilhador, por cazas em q. vive	645
A. v. <sup>a</sup> e f. <sup>os</sup> de Manoel Fellipe de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas em q. vivem . . . . .	430
Os herdr. <sup>os</sup> de Thomas Per. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora a v. <sup>a</sup> de Alexandre Ribr. <sup>o</sup> . . . . .	430
Os herdr. <sup>os</sup> de Fran. <sup>co</sup> Macedo, por cazas em que mora Costodio Jose de Freitas, orives . . .	700
Rodrigo de Sz. <sup>a</sup> , por duas moradas de cazas em q. moram a v. <sup>a</sup> de Manoel Nog. <sup>a</sup> e José, carpintr. <sup>o</sup> e vendr. <sup>o</sup> . . . . .	1.080

*Rua do postigo (1)*

Christovão Fran. <sup>co</sup> Barroso, por cazas q. ocupa Jose de Sousa . . . . .	860
A v. <sup>a</sup> de Trocato Jose de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas q. ocupa M. <sup>el</sup> Jose de Almd. <sup>a</sup> , mesteiral . . .	645
An. <sup>to</sup> Barbosa, por cazas em que mora . . . . .	640
João Fran. <sup>co</sup> , por cazas em q. mora João Fran.m. <sup>e</sup> , sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	700
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	540
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. tambem ocupa . . . . .	540
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. morão as f. <sup>as</sup> de M. <sup>a</sup> da Mota . . . . .	720
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Fra. <sup>co</sup> Rodrigues, ofecial de sombreireiro . . . . .	435
Os herdr. <sup>os</sup> de D. Joanna, por cazas em q. mora Bento Pinhr. <sup>o</sup> ofecial de alfaate . . . . .	500
D. Joanna, por cazas em q. mora Faustino, Alfaate. . . . .	140
João Fran. <sup>co</sup> , por cazas q. ocupa Fran. <sup>co</sup> , som- breireiro . . . . .	360

*Rua Nova (2)*

Antonio Lopes da Maya, por cazas em q. mora D. Clara . . . . .	720
---	-----

(1) A Rua do Postigo tinha seu princípio na Praça Maior Oliveira, e ia até à Senhora da Guia, hoje Largo 1.<sup>o</sup> de Maio

(2) Rua Nova—ou Rua Nova do Muro, depois Rua Nova do Comércio, hoje Rua de Egas Moniz.

	<i>Réis</i>
João Fran. <sup>co</sup> , por cazas em q. mora o R. <sup>do</sup> conego Pedro de Moraes . . . . .	785
Manoel Jose Vr. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> . alfaate e vendr. <sup>o</sup> . . . . .	440
João Bap. <sup>ta</sup> , por cazas em q. mora o Sarg. <sup>to</sup> Mor José Alves Pinh. <sup>ro</sup> . . . . .	680
Manoel Jose Peneda, por cazas q. ocupa o p. <sup>e</sup> M. <sup>cl</sup> da Costa . . . . .	500
Christovam Fran. <sup>co</sup> Barroso, por cazas em q. vive O m. <sup>mo</sup> , por cazas que tambem ocupa . . . . .	900 720
João Bap. <sup>ta</sup> Ribr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	540
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. forão de Trocato da Costa	320
Thomas Jose Corvite, contratador de solla . .	650
Os herdr. <sup>os</sup> de Caetano Lopes, por cazas em que mora Fran. <sup>co</sup> Jose, sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	720
Rodrigo de Sz. <sup>a</sup> por cazas em q. mora Joanna Bap. <sup>ta</sup> . . . . .	990
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Angella Pedeira	540
A v. <sup>a</sup> de An. <sup>to</sup> Lopes da Maya, por cazas em q. mora a v. <sup>a</sup> de Marques Mendes . . . . .	775
An. <sup>to</sup> Luis, m. <sup>e</sup> tamanqr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive	720
An. <sup>to</sup> Jose Dias Braga, por cazas q. ocupa . . .	600
An. <sup>to</sup> Jose Gomes, do toural, por cazas que ocupa Fran. <sup>co</sup> Jorge, sapatr. <sup>ro</sup> . . . . .	860
Manoel Ventura de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas q. ocupa	500
João de Passos, sapatr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa Manoel Pacinhos . . . . .	765
Os herd. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> Alexandre por cazas q. ocupam	540
Fran. <sup>co</sup> Jose Ribr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa An. <sup>to</sup>	
Dedinho, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	715
An. <sup>to</sup> Jose, sapatr. <sup>o</sup> por cazas em que vive . . .	645
A v. <sup>a</sup> de João Montr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa . . .	600
João de Souza, m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> por cazas em q. vive	1.225
Manoel Teix. <sup>a</sup> , m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> por cazas que ocupa	540
Jose da S. <sup>a</sup> Tarraca m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> , por caza q. foi de Caetano Peix. <sup>to</sup> . . . . .	900

*Da outra parte*

João Teixr. <sup>a</sup> Mendes, Sapatr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa	565
João An. <sup>to</sup> m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa	200
A v. <sup>a</sup> de M. <sup>el</sup> Ferr. <sup>a</sup> , padr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa	780

	<i>Réis</i>
Sebastiam An. <sup>to</sup> , pella reserva . . . . .	300
Bento, mestre Sapatr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa . . . .	450
Fran. <sup>co</sup> de Sz. <sup>a</sup> touqr. <sup>o</sup> por cazas que ocupa . . .	540
A v. <sup>a</sup> de João Montr. <sup>o</sup> por cazas que ocupa	720
Costodio Jose, Sapatr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa	430
Jose Luis, Sapatr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	810
Jose de Freitas, m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> por cazas em q. vive	600
João Machado, por cazas em que mora João	
José de Ar. <sup>o</sup> , ofecial de tamanq. <sup>ro</sup> . . . . .	540
João Machado, Sirurgiam, por cazas em q. vive	520
João Fran. <sup>co</sup> de Fareija, por caza em que mora	
M. <sup>el</sup> Lapidario . . . . .	310
O Sargento Mor Fran. <sup>co</sup> Frz, por cazas q. ocupa	1080
Manoel Per. <sup>a</sup> , m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa	430
O D. <sup>or</sup> Jose Manoel Lopes Ribr. <sup>o</sup> por cazas	
em q. vive . . . . .	630
D. Gracia, por caza em q. mora Cosme Tran. <sup>co</sup> ,	
servo da Miz. <sup>a</sup> . . . . .	500
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora João Coelho,	
Misteiral . . . . .	600
Christovão Fran. <sup>co</sup> Barroso, por cazas q. ocupa	
Jose Ant. <sup>o</sup> , Rendr. <sup>o</sup> . . . . .	550
Christovão Fran. <sup>co</sup> Barroso, por cazas q. ocupa	
Jose Ant. <sup>o</sup> , Rendr. <sup>o</sup> . . . . .	550
Ant. <sup>o</sup> Lopes da Maya, por cazas em q. mora hum	
dourador . . . . .	480
A v. <sup>a</sup> do m. <sup>mo</sup> asima, por cazas em q. mora	
Franc. <sup>co</sup> lapidario . . . . .	360
Jose da Costa, contratador de solla, por cazas	
q. ocupa . . . . .	550

*Eirado do forno* (1)

M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> Coelho Roz., Mercador, por cazas em q.	
vive . . . . .	540
Bento de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas em q. mora Paullo da	
Marta, sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	430
Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> Pratudo, por caza q. ocupa João	
Salpção . . . . .	385

(1). Rua do Eirado do Forno, ou Ourado do Forno, antiga Rua do Retiro, hoje ainda conhecida por Rua do Ourado.

	<i>Réis</i>
Luis Ant. <sup>o</sup> , affano, por cazas em q. vive, que comprou a D. Anna Marg., <sup>da</sup> q. forão de Jose de Freitas, atendendo ao foro de 180 e ao Senhorio pelo foro 600 rs., que o mesmo se obrigou a pagar. . . . .	780
O Cap. <sup>am</sup> mor, por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> M. <sup>cl</sup> Surrador, . . . . .	320
Bernardo Jose, ofecial de alfaate, por cazas q. ocupa . . . . .	450
Os herdr. <sup>os</sup> de Ant. <sup>o</sup> Per. <sup>a</sup> , carpint. <sup>to</sup> por cazas q. ocupa Manoel, m. <sup>e</sup> Surrador . . . . .	465
Anna Soltr. <sup>a</sup> por caza em q. vive . . . . .	430
Os herdr. <sup>os</sup> do conego Jose Ant. <sup>o</sup> , por cazas que ocupão . . . . .	180
Os herdr. <sup>os</sup> do D. <sup>or</sup> João Velloso por cazas q. ocupa Sebastião. Surrador. . . . .	140
João de Paços, por cazas q. ocupa An. <sup>to</sup> m. <sup>e</sup> Surrador. . . . .	625

### *Tulha* (1)

O D. <sup>or</sup> An. <sup>to</sup> Jose Soares, por cazas em vive. . . . .	795
Manoel Fran. <sup>co</sup> Esteves, m. <sup>e</sup> orives, por cazas em q. vive . . . . .	720
An. <sup>to</sup> Jose da S. <sup>a</sup> , orives por cazas em q. vive . . . . .	645
O m. <sup>mo</sup> , por cazas que ocupou Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> da S. <sup>a</sup> . . . . .	430
A v. <sup>a</sup> de João da S. <sup>a</sup> , de Pedome, por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> Jose da S. <sup>a</sup> , mercador. . . . .	860
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> , cravador. . . . .	860
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora João Pinto, cravador . . . . .	1080
Os herdr. <sup>os</sup> de Thomas An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora Jose Nega, cravador. . . . .	1295
Dona Joana Leiva, por cazas q. ocupão Jose e João, Mestres orives . . . . .	480
Os herdr. <sup>os</sup> de Fran. <sup>co</sup> Montr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa Bento Per. <sup>a</sup> Pinto. . . . .	1.080

(1) Rua da Tulha—Antiga Rua de S. Paio, hoje Rua Dr. Ave-lino Germano.

*1. Praça de N.<sup>a</sup> S<sup>nr.</sup>a (1)*

	<i>Réis</i>
Os herdr. <sup>os</sup> do R. <sup>do</sup> conego João Lopes Martins, por cazas em q. vivem. . . . .	1.080
D. Joana, por cazas em q. mora Mariana v. <sup>a</sup> Fran. <sup>co</sup> Oliveira, ensamblador . . . . .	600
D. Anna, por cazas em q. mora Jose An. <sup>to</sup> , Si- rigr. <sup>o</sup> . . . . .	720
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora Rodrigo Jose, Cabeleiro . . . . .	900
Fran. <sup>co</sup> An. <sup>to</sup> , por cazas em que vive . . . . .	720
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Luis, f. <sup>o</sup> do violas.	720
Os herdr. <sup>os</sup> de João Lopes Martins, por cazas q. ocupa An. <sup>to</sup> Pastel. <sup>ro</sup> . . . . .	400
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Theodora Soltr. <sup>a</sup> .	400
Fran. <sup>co</sup> An. <sup>to</sup> , por cazas q. ocupa a v. <sup>a</sup> do Se- gonha . . . . .	400
João Bap. <sup>ta</sup> Glz., por cazas q. ocupão as Alcai- das . . . . .	680
Mariana Alcaida, por cazas q. ocupa. . . . .	540
Os herdr. <sup>os</sup> de D. An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora Agostinho Pastel. <sup>ro</sup> . . . . .	575
Os m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Fran. <sup>co</sup> Jose, vendr. <sup>o</sup> . . . . .	570

*Rua de S.<sup>ta</sup> Maria (2)*

João Fran. <sup>co</sup> por cazas em q. mora D. Guio- mar v. <sup>a</sup> . . . . .	720
Rodrigo Rabello, por cazas em q. mora huma vendr. <sup>a</sup> . . . . .	700
João Fran. <sup>co</sup> , por cazas em q. mora Luiza Ruiba, vendr. <sup>a</sup> . . . . .	600
Os herdr. <sup>os</sup> de D. An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora João Bap. <sup>ta</sup> criado de servir . . . . .	320

(1) Praça de Nossa Senhora — Antiga Praça Maior, hoje Largo de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Oliveira.

(2) Ainda hoje assim chamada.

	<i>Réis</i>
O Il. <sup>mo</sup> Jose Fellipe, por cazas q. ocupa o R. <sup>do</sup> conego Placido . . . . .	1.200
M. <sup>el</sup> Jose de Olivr. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora Joaq. <sup>m</sup> labrante . . . . .	540
Dom. <sup>os</sup> da Costa, por cazas q. ocupa Maria Branca . . . . .	540
Os herdr. <sup>os</sup> de M. <sup>el</sup> Dias Per. <sup>a</sup> , por cazas em que mora An. <sup>to</sup> Cardozo, m. <sup>e</sup> pastelr. <sup>o</sup> . . . . .	430
Mathias de Sz. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	430
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa o D. <sup>or</sup> Alpoim. . . . .	1.000
Os herdr. <sup>os</sup> de Dom. <sup>os</sup> Per. <sup>a</sup> por cazas q. ocupa M. <sup>el</sup> Ramalho . . . . .	365
Os herdr. <sup>os</sup> de João Rozado por cazas em q. mora Catharina Soltr. <sup>a</sup> . . . . .	375
Jose Jejum, contratador de sal, por cazas q. ocupa . . . . .	720
Fran. <sup>co</sup> de Macedo, carpintr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	330
Os herdr. <sup>os</sup> de Manoel de Fr. <sup>tas</sup> Costa, por cazas q. ocupão . . . . .	1.600
D. Rodrigo de Menezes, por cazas q. ocupa o R. <sup>do</sup> Arcipreste . . . . .	2.700
Luiz Pim. <sup>ta</sup> de Lemos, por cazas em que mora . . . . .	590
Luis da Costa, de Bouro, por cazas q. ocupa. . . . .	785
Jose Fellipe de Sz. <sup>a</sup> , por cazas em que vive. . . . .	1.710
O m. <sup>mo</sup> , por cazas que ocupa. . . . .	1.720
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa João, alfaate. . . . .	540
O m. <sup>mo</sup> , por cazas q. ocupa Luis, barb. <sup>o</sup> . . . . .	360
Jose de Freitas do Amaral, por cazas em q. mora huma v. <sup>a</sup> . . . . .	540
An. <sup>to</sup> Jose de Alpoim, por cazas q. ocupa. . . . .	540
Os herdr. <sup>os</sup> de Jer. <sup>o</sup> Caetano por cazas q. ocupão. . . . .	450
Joaquim Jose de Far. <sup>a</sup> , Juis dos orfãos, por cazas em q. vive . . . . .	720
Luis An. <sup>to</sup> de Menezes, por cazas q. ocupa . . . . .	540
Os herdr. <sup>os</sup> de João de Mello, por cazas em q. vive . . . . .	790
Lour. <sup>so</sup> de Mello, por cazas q. ocupa o D. <sup>or</sup> Corregedor . . . . .	2.160

↳ *Rua da Infesta* (1)

	<i>Réis</i>
Dom. <sup>os</sup> Jose Ribr. <sup>o</sup> , m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	340
Gon. <sup>lo</sup> Dias de Castro, por cazas q. ocupa . . . . .	1.600
Os herdr. <sup>oa</sup> de M. <sup>el</sup> de Fr. <sup>tas</sup> por cazas em q. mora o Escr. <sup>vam</sup> da Provedoria . . . . .	740
O R. <sup>do</sup> Prior dos Cary. <sup>os</sup> , por cazas q. ocupa Joaq. <sup>m</sup> Leiba . . . . .	415
As f. <sup>as</sup> de M. <sup>el</sup> Ferr. <sup>a</sup> por cazas em q. vivem Manoel Jose Nalho, Escudr. <sup>o</sup> por cazas q. ocupa . . . . .	400
Luis Pim. <sup>ta</sup> de Lemos, por cazas q. ocupa D. Maria O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> da S. <sup>a</sup> , vendr. <sup>o</sup>	800
O m. <sup>mo</sup> por cazas q. ocupa . . . . .	270
M. <sup>el</sup> Jose Barreira, Cabelleireiro, e Meirinho da Decima . . . . .	180
Chatarina Fran. <sup>ca</sup> , por cazas em q. mora Paulo Pintor . . . . .	645
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora Jose Cerqr. <sup>a</sup> , m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	645

*Sabugal* (2)

João Mor. <sup>a</sup> , por tres moradas de cazas em q. morão varios cazr. <sup>os</sup> pobres . . . . .	430
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Ferr. <sup>a</sup> Mendes Brazilr. <sup>o</sup> . . . . .	1.600

*Rua de Donães* (3)

Os herdr. <sup>os</sup> de Diogo Luis Saraiva, por cazas q. ocupa Manoel An. <sup>to</sup> , alugador <sup>1</sup> . . . . .	360
--	-----

(1) Rua da Infesta — Era aquella parte da Rua de Santa Maria que vai para cima da actual Travessa da Senhora Aninhas. Actualmente a Rua de S.<sup>ta</sup> Maria, vai do Largo da Oliveira ao Carmo. Dantes dividia-se em dois nomes.

A actual Travessa da Senhora Aninhas, chamava-se, em seiscentos, Viela do Pingalho.

(2) Rua do Sabugal. Desapareceu. Ficava por detrás do Asilo de Santa Estefânia.

(3) Ainda hoje assim se chama. Vai da Rua da Rainha à Rua Nova.

	<i>Réis</i>
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. mora Jose da S. <sup>a</sup> , alu- gador . . . . .	360
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. mora hum alfaate	360
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. morão huns pobres	360
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas q. occupão varios cazeiros	430
Os herdr. <sup>os</sup> . de M. <sup>el</sup> Lopes Martins, por caza q. occupa huma m. <sup>ca</sup> chamada a pega . . .	540
Maria Brianda, por caza em q. vive . . . . .	400
O sarg. <sup>to</sup> mor Fran. <sup>o</sup> Frz., por cazas q. occupa Fran. <sup>co</sup> Jose, Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	540
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora hum barbeiro	540
João Fran. <sup>co</sup> de Fareja, por cazas q. occupa hum barbr. <sup>o</sup> . . . . .	450
D. Gracia, por cazas em q. mora . . . . .	720
Os herdr. <sup>os</sup> de An. <sup>to</sup> Machado, por cazas q. occupa sua May . . . . .	1.000
Os m. <sup>mos</sup> , por outras cazas em q. morão humas m. <sup>tes</sup> chamadas as Macieis . . . . .	300

*Rua dos Mercadores* (1)

Lour. <sup>os</sup> Jose, Sapatr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive	530
Os herdr. <sup>os</sup> de D. Leandro, por cazas em q. mora Fran. <sup>co</sup> Xavier Machado, m. <sup>e</sup> alfaate. . . . .	
Jose An. <sup>to</sup> de Sz. <sup>a</sup> , mercador, por cazas em q. vive . . . . .	1.000
O Cap. <sup>am</sup> M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> Alz. da S. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	1.900
M. <sup>el</sup> An. <sup>to</sup> de Carv. <sup>o</sup> mercador, por cazas em q. vive. . . . .	895
Os herdr. <sup>os</sup> de Thomas, de Av. <sup>o</sup> por cazas em q mora José Mor. <sup>a</sup> , orives . . . . .	1.440
Ignacio J. <sup>e</sup> , Alfaate por cazas em q. vive. . . . .	900
O Cap. <sup>am</sup> mor, por cazas em q. mora M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> Vilela . . . . .	2.160
Maria Theodora de S. <sup>ta</sup> Rosa, por cazas em q. vive. . . . .	1440
Manoel Carv. <sup>o</sup> de Moura, por cazas q. occupa	1.080

(1) Era metade da actual Rua da Rainha, a principiar na Viela de S. Crispim até à Oliveira.

*Da outra parte*

	<i>Réis</i>
Os herdr. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> João Frz. por cazas em q. mora Jeronima Pegada . . . . .	1.500
Fran. <sup>co</sup> Jose Vás, Boticario, por cazas q. ocupa	800
Os herdr. <sup>os</sup> de Thomas de Av. <sup>o</sup> , por cazas em q. mora Jose Costodio, orives . . . . .	720
O D. <sup>or</sup> Miguel Rabello, por cazas em q. vive	495
Jose An. <sup>to</sup> da S. <sup>a</sup> Guim. <sup>es</sup> , orives . . . . .	400
O D. <sup>or</sup> Bento Jose Lopes, por cazas em q. vive	1.245
Bernardino Jose Coelho, orives, por cazas em q. vive . . . . .	1.040
Manoel Cardozo, mercador, por cazas em q. mora . . . . .	1.400

*Rua Sapateira (1)*

O R. <sup>do</sup> Abb. <sup>e</sup> de S. Lourenço, por cazas q. ocupa Jacinto Cabeleireiro . . . . .	1.080
João Baptista Glz., por cazas em q. mora João orives . . . . .	720
Jose Lopes de Carv. <sup>o</sup> , orives, por cazas q. ocupa	720
O Cap. <sup>am</sup> Manoel Jose de Sz. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	1.350
O D. <sup>or</sup> M. <sup>el</sup> Vr. <sup>a</sup> de Andr. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa	1.000
O m. <sup>mo</sup> , por outras unidas as de sima, q. ocupa	800
Favião Montr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	1.160
Os herdr. <sup>os</sup> de João Caetano Per. <sup>a</sup> Soares, por cazas q. ocupa Jose Ferr. <sup>a</sup> Guerra, . . . . .	1.195
Os herdr. <sup>os</sup> de Rodrigo Lobo, por cazas q. ocupa Dom. <sup>os</sup> Jose Nogr. <sup>a</sup> , orives . . . . .	720
Os m. <sup>mos</sup> por cazas q. ocupão . . . . .	1.700
Manoel Lopes, por cazas q. ocupa Ant. <sup>o</sup> Jose Lopes, orives . . . . .	1.080

*Da outra parte*

Os herdr. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> Jose Leitam, por cazas q. ocupa Manoel J. <sup>e</sup> da Rocha, mesteiral, . . . . .	1.245
--	-------

(1) Rua Sapateira — Era uma parte da Rua da Rainha, e ia desde a Porta da Vila até à viela de S. Crispim. Para além chamava-se a rua dos Mercadores e ia até ao Largo da Oliveira.

	<i>Réis</i>
Os herdr. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> Dom. <sup>os</sup> Frz., por cazas q. ocupão. . . . .	1.080
Dom. <sup>os</sup> An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora João Salta, orives . . . . .	850
Constant. <sup>o</sup> Jose de Abreu, por cazas em q. mora M. <sup>el</sup> Jose, libreiro . . . . .	560
O Licenciado Bento Jose de Almd. <sup>a</sup> Bravo, por cazas q. ocupa . . . . .	800
Os herdr. <sup>os</sup> de João Caetano, por cazas q. ocupa M. <sup>el</sup> Jose de Sz. <sup>a</sup> , orives, . . . . .	1.205
Fran. <sup>co</sup> Xavier da S. <sup>a</sup> , orives, por cazas em q. vive. . . . .	1.725
O Sargento mor João do Couto Ribr. <sup>o</sup> , por cazas q. ocupa e q. forão dos P. <sup>es</sup> da Crus	4.000

*Rua Escura* (1)

Bernardino Jose Coelho, por cazas q. ocupa Jose Bernardino, orives, . . . . .	585
João Jose da Rocha, orives, por cazas q. ocupa Os herdr. <sup>os</sup> de Anna Ferr. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora sua f. <sup>a</sup> . . . . .	470
Gon. <sup>lo</sup> , Thomas por cazas q. ocupa o R. <sup>do</sup> conego Placido . . . . .	1.295
Sebastiam Corr. <sup>a</sup> de Sá, por p. <sup>te</sup> das cazas q. ocupa João Bap. <sup>ta</sup> , orives . . . . .	1.080
Os herdr. <sup>os</sup> de Christovão Alz., por cazas q. ocupa Cosme Armador . . . . .	460
	800

*Rua das Flores* (2)

An. <sup>to</sup> Jose de Souza, orives, por cazas em q. vive. . . . .	1.040
Os herdr. <sup>os</sup> de Jeronimo Leite, por cazas em q. vivem . . . . .	1.245

(1) Actualmente, Rua do Gravador Molarinho. Também se chamou rua das Lamelas.

(2) A Rua das Flores, desapareceu. Ficava na extremidade esquerda do Largo da Misericórdia, hoje de João Franco, dando entrada à Rua Val-de-Donas.

	<i>Réis</i>
João Fran. <sup>co</sup> , por cazas em q. mora João de Paços . . . . .	1.080
Maria de Jesus, por cazas em q. mora Geraldo, orives . . . . .	695
A m. <sup>ma</sup> , por cazas q. ocupa An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> de Sz. <sup>a</sup> , cravador . . . . .	800
A m. <sup>ma</sup> , por cazas q. ocupa Fran. <sup>co</sup> , Relojoeiro	1.245
An. <sup>to</sup> Ribr. <sup>o</sup> Machado, por cazas em q. vive . . . . .	790
O Cap. <sup>tam</sup> An. <sup>to</sup> Rib. <sup>to</sup> da S. <sup>a</sup> Guim. <sup>es</sup> , por cazas q. ocupa . . . . .	1.080
o m. <sup>mo</sup> , por casas q. ocupa . . . . .	1.440
Os herdr. <sup>os</sup> de Maria de S. Bento, por cazas q. ocupa João de Sz. <sup>a</sup> Aguiar . . . . .	1.295
A v. <sup>a</sup> de M. <sup>el</sup> Leite Peix. <sup>to</sup> por cazas q. ocupa seu f. <sup>o</sup> . . . . .	1.160

*Terreiro da Cadeia* (1)

Os herd. <sup>tos</sup> de D. An. <sup>to</sup> , por cazas em q. morão, os herdr. <sup>os</sup> do conego Jose Bernardo.	2.595
Sebastiam Fran. <sup>co</sup> , por cazas em q. mora Ignacia e suas f. <sup>as</sup> . . . . .	430
Sebastiam Corr. <sup>a</sup> , por cazas em q. mora Jerónima Bispa . . . . .	320
Os herdr. <sup>os</sup> de João Caetano, por cazas em q. mora Clara, vendr. <sup>a</sup> . . . . .	70
Sebastiam Corr. <sup>a</sup> de Sá, por cazas q. ocupa o Cap. <sup>am</sup> M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> de Sz. <sup>a</sup> , com bestas . . . . .	270
Os herdr. <sup>os</sup> de João Caetano, por cazas q. ocupa Maria, de Braga . . . . .	210

*Rua do Espírito Santo* (2)

An. <sup>to</sup> da Costa, carpintr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive	340
Miguel Antunes Guerra, por cazas q. ocupa Jeronimo Per. <sup>a</sup> , violeiro, . . . . .	840

(1) Terreiro da Cadeia, ou Terreiro da Misericórdia, hoje Largo de João Franco.

(2) Rua do Espírito Santo, antigamente Rua da Judiaria, hoje Rua do Dr. António da Mota Prego.

	<i>Réis</i>
Fran. <sup>co</sup> da S. <sup>a</sup> , por caza em q. mora um ofical do Corregedor . . . . .	305
Luiza de Sz. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	230
Fran. <sup>co</sup> Frz. por caza q. ocupa Manoel Joaq. <sup>m</sup> , vendr. <sup>o</sup> . . . . .	320
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Lourenço, peneireiro, . . . . .	470
Jose de Oliv. <sup>ra</sup> , mercador, por cazas q. ocupa o Meirinho do Reguengo, An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> de Ar. <sup>o</sup>	430
Pedro Borges, por cazas q. ocupa Mariana. vendr. <sup>a</sup>	430

*Rua de Val-de-Donas* (1)

Os herdr. <sup>os</sup> de Carlos An. <sup>to</sup> , por cazas que ocupa o Cap. <sup>am</sup> Luis An. <sup>to</sup> . . . . .	1,295
Christovam J. <sup>e</sup> de Fr. <sup>tas</sup> , por cazas que ocupa O Cap. <sup>am</sup> Jeronimo de Macedo, por cazas em q. mora João An. <sup>to</sup> , ofical do Provedor	540
Jeronima Luiza, por cazas em q. mora An. <sup>ta</sup> molata, . . . . .	430
Os herdr. <sup>os</sup> de Alexandre da Pás, por cazas em q. mora Dom. <sup>os</sup> da S. <sup>a</sup> Alf. <sup>te</sup> . . . . .	220
Dom. <sup>os</sup> Per. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	270
D. An. <sup>to</sup> , por caza em q. vive João Ribr. <sup>o</sup> , escrivam . . . . .	400
Os herdr. <sup>os</sup> de Manoel Gomes, por cazas em q. mora João Elias, orives, . . . . .	675
An. <sup>to</sup> Jose Cardozo, Boticario, por cazas q. ocupa . . . . .	500
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	315
João Peix. <sup>to</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	360
Os herdr. <sup>os</sup> de D. An. <sup>to</sup> , por cazas em q. morão as Coques. . . . .	810
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. mora a v. <sup>a</sup> do Roças Bento Costodio, por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Jose, Armador . . . . .	540
Ignacio Per. <sup>a</sup> por cazas em q. vive . . . . .	540
Joanna M. <sup>a</sup> por cazas em q. mora Jose An. <sup>to</sup> jornalr. <sup>o</sup> . . . . .	320
	230
	540

(1) Assim se chama ainda hoje.

	<i>Réis</i>
João Peix. <sup>to</sup> por cazas em q. mora João, m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	180
Os herdr. <sup>os</sup> do Cap. <sup>am</sup> Jose de Oliv. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive Fran. <sup>co</sup> , escrivam da corrida do tabaco . . . . .	1.080
Os m. <sup>mos</sup> , por cazas em q. mora Josefa, soltr. <sup>a</sup> .	950
Os herdr. <sup>os</sup> de João da S. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa o D. <sup>or</sup> João Roz . . . . .	675
Maria Thereza, por cazas em q. vive . . . . .	395

*Terreiro de S. Bento (1)*

Os herdr. <sup>os</sup> de Costodio Gomes, por cazas em que mora Bento An. <sup>oo</sup> . . . . .	1.290
---	-------

*Rua dos Fornos (2)*

Jose Fran. <sup>co</sup> , fiteiro, por cazas em q. vive . . .	953
O m. <sup>mo</sup> , por outras que tambem ocupa. . . . .	540
Bento Duarte, por cazas em q. mora huma m. <sup>er</sup> soltr. <sup>a</sup> . . . . .	900
An. <sup>to</sup> Jose Canto, por cazas em q. mora sua Irmã	360
As f. <sup>as</sup> de Martinho da S. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupão .	360
Os herdr. <sup>os</sup> do Cap. <sup>am</sup> Jose de Oliv. <sup>a</sup> , por cazas q. ocupa o Beneficiado Leiva . . . . .	270
Os herdr. <sup>os</sup> do R. <sup>do</sup> m. <sup>e</sup> escolla, por cazas q. ocupa o R. <sup>do</sup> conego Contreiras . . . . .	1.800

*Da outra parte*

Placido de Ar. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive. . . . .	2.400
Chistovam Jose da Costa, por cazas em q. vive e aforou . . . . .	1.420
A v. <sup>a</sup> de Luis An. <sup>to</sup> de Quiroz, por cazas q. ocupa . . . . .	1.620
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora Jose Bajú . . . . .	720
An. <sup>to</sup> Luis Crespo, por cazas em q. vive . . . . .	550
D. Anna Margarida, por cazas em q. vive . . . . .	1.800

(1) Hoje, Largo Dr. João da Mota Prego.

(2) Não existe. Era uma rua mistica que saindo da Praça do Peixe ou Praça de S. Tiago ia dar ao começo da Rua da Infesta.

	<i>Réis</i>
Miguel Jose Frz. por cazas em q. mora Manoel Lixa . . . . .	645
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Manoel, contratado de talagarças . . . . .	430

*Praça de S. Thiago (1)*

An. <sup>ta</sup> M. <sup>a</sup> v. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	460
João Roz. Corvite, por cazas q. ocupa Jose An. <sup>to</sup> de Sz. <sup>a</sup> Caldelas, escrivam dos orfãos, . . . . .	240
D. Anna, por cazas em q. mora Jose Fernandes, A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora a v. <sup>a</sup> do Leiva. . . . .	990
Os herdr. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> Manoel An. <sup>to</sup> Mendes, por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Gomes, mesteiral . . . . .	708
D. Anna, por cazas em q. mora a v. <sup>a</sup> de Manoel An. <sup>to</sup> Barreto, pasteleiro . . . . .	720
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora a Irma do P. <sup>e</sup> João Queiroz . . . . .	900
A v. <sup>a</sup> ou herdr. <sup>os</sup> de An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> Ribeiro, por cazas q. ocupão varios cazeiros . . . . .	750
Os herdr. <sup>os</sup> do P. <sup>e</sup> Fran. <sup>co</sup> An. <sup>to</sup> , por cazas q. ocupa o distribuidor da Correição. . . . .	840

*Da outra Parte*

Jose Luis de Crasto, barbr. <sup>o</sup> , por cazas em q. vive	600
Luis Teixeira Torres, por cazas em q. vive Jose Pinhr. <sup>o</sup> . . . . .	430
Manoel Frz. Mendes, por cazas em q. mora Pedro, enxamlador . . . . .	630
Os herdr. <sup>os</sup> de Luis An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora João Jacó . . . . .	900
Os herdr. <sup>os</sup> de Izabel Ferr. <sup>a</sup> por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> Basto . . . . .	1.220
João Fran. <sup>co</sup> G. <sup>es</sup> , por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> Joaquim, pasteleiro . . . . .	720
João An. <sup>to</sup> , pasteleiro, por cazas que ocupa. . . . .	810
Fran. <sup>co</sup> An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora João Ferr. <sup>a</sup> , vendr. <sup>o</sup> . . . . .	540

(1) Ainda hoje assim se chama.

	<i>Réis</i>
Manoel Guedes, guarda da Camara, por cazas em q. mora com seu genro Jose An. <sup>to</sup> da Rocha, repartidor dos orfãos. . . . .	300
Fran. <sup>co</sup> Pratas, orives, por cazas em q. vive. . . . .	490

*Rua dos Açoutados (1)*

A v. <sup>a</sup> de An. <sup>to</sup> Abz. de Az. <sup>do</sup> , por cazas em q. mora . . . . .	320
João Luis de Crasto, barbr. <sup>o</sup> , por cazas em q. mora hua m. <sup>er</sup> . . . . .	200
D. Guiomar, por cazas em q. mora hum clerigo . . . . .	480

*Boticas (2)*

An. <sup>to</sup> Ferr. <sup>a</sup> Tabaco, por cazas que ocupa Theodozio, sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	320
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora huma pobre . . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. mora Sebastiam de Macedo . . . . .	180
O m. <sup>mo</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	180
O d. <sup>to</sup> Ferr. <sup>a</sup> por cazas q. tambem ocupa . . . . .	500

*Rua do Gado (3)*

Dona Joana Ferr. <sup>a</sup> de Leiba, por cazas em q. vive . . . . .	1.440
Os herdr. <sup>os</sup> de Jose An. <sup>to</sup> , Alfaate, por cazas em q. vivem . . . . .	670
As sobr. <sup>as</sup> do P. <sup>e</sup> Fr. Gabriel, por cazas em q. vivem . . . . .	270
A v. <sup>a</sup> de João de Mello, por cazas em q. mora huma m. <sup>er</sup> . . . . .	560

(1) Rua dos Açoutados, ou Rua dos Enjeitados. Saía da Praça Maior para norte, e a breve espaço perdia o nome, chamando-se dos Pasteleiros. Ainda existe, em parte, esta viela, ficando por detrás do antigo edificio da Câmara.

(2) Assim se chamavam umas casas de venda de peixe, que ficavam na antiga Praça do Peixe, hoje Praça de S. Tiago.

(3) Hoje Rua das Trinas.

	<i>Réis</i>
A m. <sup>ma</sup> , por cazas em q. mora o Tabaliam João Ferr. <sup>a</sup> Mendes . . . . .	820
Rodrigo Jose de Menezes, por cazas q. ocupa João Bap. <sup>ta</sup> . . . . .	860
Pedro Borges, por cazas q. ocupa o R. <sup>do</sup> conego Thezour. <sup>o</sup> mor . . . . .	420
O d. <sup>to</sup> , por cazas q. ocupa o m. <sup>mo</sup> Thezour. <sup>o</sup> mor	485
D. M. <sup>a</sup> J. <sup>e</sup> de Carv. <sup>o</sup> , por cazas em q. mora Andre, Sirurgião . . . . .	645
João Machado Pindella, por cazas q. ocupa . .	2.590
A v. <sup>a</sup> de Dom. <sup>os</sup> J. <sup>e</sup> de Margaride, por cazas em q. vive . . . . .	1.510
O P. <sup>e</sup> An. <sup>to</sup> de Fr. <sup>tas</sup> por cazas em q. morão humas m. <sup>es</sup> . . . . .	240
Dom. <sup>os</sup> Jose Salga. <sup>do</sup> , por cazas em q. mora An. <sup>to</sup> de Fr. <sup>tas</sup> , ofecial do Geral, . . . . .	500
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Jeronimo Barbr. <sup>o</sup>	600
A v. <sup>a</sup> de Jose An. <sup>to</sup> , violeiro, por cazas q. ocupa Luis Pim. <sup>ta</sup> , por cazas em q. mora Clara, violeira com seu Irmão M. <sup>el</sup> Fernandes, violeiro . . . . .	540
An. <sup>to</sup> Peix. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora Fr. <sup>co</sup> Jose, mesteiral . . . . .	430
Os herdr. <sup>os</sup> de Gertrudes Cardoza, por cazas q. ocupa An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> da S. <sup>a</sup> , Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	430
<i>Da outra parte</i>	
Dona Mariana, por cazas q. ocupa o Dr. Albino	1.555
A m. <sup>ma</sup> , por cazas q. ocupa Costodio de Araujo, louvado, . . . . .	575
An. <sup>to</sup> Per. <sup>a</sup> da S. <sup>a</sup> , por cazas em q. vive . . . . .	720
Jose An. <sup>to</sup> Corrundela, por cazas em q. vive	440
An. <sup>to</sup> Vieira Caldas, por cazas q. ocupa D. Joana Paçô . . . . .	700
A v. <sup>a</sup> de João de Mello, por cazas q. ocupa Maria Joaquina . . . . .	540
Os herdr. <sup>os</sup> de João Per. <sup>a</sup> da Costa, por cazas q. ocupa Vr. <sup>a</sup> Izabel . . . . .	360
O P. <sup>e</sup> Alexandre, por cazas em q. mora . . . . .	445
O m. <sup>mo</sup> por cazas em q. mora Dom. <sup>os</sup> An. <sup>to</sup> , tecelam. . . . .	350
O m. <sup>mo</sup> por cazas que ocupa o m. <sup>mo</sup> . . . . .	350

	<i>Réis</i>
Fran. <sup>co</sup> Jose An. <sup>to</sup> , por cazas em q. mora hum porteiro . . . . .	540
Costodio de Abreu, por caza em q. mora Pru- dencia, v. <sup>a</sup> . . . . .	275
M. <sup>el</sup> de Freitas, por cazas em q. mora Joana Maria . . . . .	260
Margarida Luiza, v. <sup>a</sup> por cazas em q. mora. . .	570
O R. <sup>do</sup> conego Placido An. <sup>to</sup> por cazas em que mora hum enxambrador . . . . .	860

Somão estas propriedades desta fr.<sup>a</sup> 329\$127

Não obstante as somas das laudas não conferir com as proprias.

O recebedor da Decima cuidará com toda a brevidade na arrecadação do pr.<sup>o</sup> semestre athe o fim do Junho e o segundo athe o fim de Dezembro, pena de Sequestro e prizão.

O Escr.<sup>am</sup> da Cam.<sup>ra</sup>  
Bento de Souza Guim.<sup>es</sup>

R.ce Sento e setenta e dois mil e quinhentos e quarenta e três reis e meio do primeiro Semestre da décima e manejos que se vensem no fim de Junho de 1799.

Somão todos os Raes  
345\$087  
Metade  
172\$543

*Frg.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> da Olivr.<sup>a</sup> pello que toca  
dos maneios do anno de 1799*

<i>Facto</i>	<i>Réis</i>
Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> Braga, contratador de porcos e bois	80
Vicente Tingido, contratador de porcos . . .	100

*Trigaes*

M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> , contratador de chapheus . . . . .	100
M. <sup>el</sup> da S. <sup>a</sup> , estalajadeiro e ferrador . . . . .	120
Os mestres fiteiros q. estam nas cazas da estalaje q. foi das Campanudas . . . . .	120
M. <sup>el</sup> Jose Montr. <sup>o</sup> , Ferrador e mesteiral . . .	100

*Arcella*

	<i>Réis</i>
Dom. <sup>os</sup> de Moraes, contratador de meias . . . . .	100
Luis Pinto, m. <sup>e</sup> pentieiro . . . . .	60

*Cano de Cima*

Bernardo Jose, m. <sup>e</sup> pentieiro . . . . .	60
Jose An. <sup>to</sup> Costa, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60

*Oliveiras*

João Glz., Sirurgiam . . . . .	100
Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> Sabança . . . . .	100
Jose An. <sup>to</sup> Gomes, m. <sup>e</sup> cutilr. <sup>o</sup> e aferidor . . . . .	100
Jer. <sup>o</sup> Luis m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	40
Costodio Frz. m. <sup>e</sup> Sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	40
An. <sup>to</sup> Cardozo, m. <sup>e</sup> pentr. <sup>o</sup> . . . . .	60

*S.<sup>ta</sup> Crus da p.<sup>te</sup> do Castelo*

An. <sup>to</sup> Frz, mesteiral e rendeiro . . . . .	80
---	----

*Portello das bortas*

Luis Corr. <sup>a</sup> ,mesteiral . . . . .	60
Fran. <sup>co</sup> de Sz. <sup>a</sup> touqueiro . . . . .	100

*Campo da feira*

Miguel Joaq. <sup>m</sup> de Freitas . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> de Mag. <sup>es</sup> , tanoeiro . . . . .	60
Jose de Sz. <sup>a</sup> Mira, vendeiro . . . . .	60
M. <sup>el</sup> Alz., latoeiro . . . . .	60
M. <sup>el</sup> J. <sup>e</sup> , orives e mesteiral . . . . .	150
An. <sup>to</sup> de S. Payo, vendeiro . . . . .	60
Thomas Libano, santeiro . . . . .	100
M. <sup>el</sup> Jose, contratador de sola . . . . .	100
Luis An. <sup>to</sup> ; palmilhador . . . . .	100
Manoel Abrantes, m. <sup>e</sup> Alfaate . . . . .	60
Costodio Jose de Fr. <sup>tas</sup> , orives . . . . .	100
Jose, carpinteiro e vendeiro . . . . .	100

*Rua do Postigo*

	<i>Réis</i>
M. <sup>cl</sup> de Sz. <sup>a</sup> e Almd. <sup>a</sup> , mesteiral . . . . .	100
An. <sup>to</sup> Barbosa, mesteiral . . . . .	50

*Rua Nova*

Fran. <sup>co</sup> , m. <sup>e</sup> Alfaate e vendr. <sup>o</sup> . . . . .	100
João Bap. <sup>ta</sup> Marinheiro . . . . .	100
Thomas J. <sup>e</sup> Corvite, contratador de sola . . . . .	100
Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> , moleiro e m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	60
Bento Pirralho, m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	60
Fran. <sup>co</sup> Jorge, m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	60
M. <sup>cl</sup> Pacinhos, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
An. <sup>to</sup> Dias Braga, contratador de sola . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> , Dedinho novo, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Jose da S. <sup>a</sup> Tarouca, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> e tamanqueiro . . . . .	100

*Da outra parte*

João Ferr. <sup>a</sup> Mendes, tamanqueiro . . . . .	60
João An. <sup>to</sup> , m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Fran. <sup>co</sup> Azinheiro, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Gualter Vieira, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Costodio J. <sup>e</sup> , sapatr. <sup>o</sup> e contratador de sola . . . . .	100
Jose de Fr. <sup>tas</sup> , m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	100
An. <sup>to</sup> da Costa, m. <sup>e</sup> tamanqueiro . . . . .	60
M. <sup>cl</sup> Pereira, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Jose da Costa, contratador de sola . . . . .	60

*Eirado do Forno*

João Salpicão, m. <sup>e</sup> sapatr. <sup>o</sup> . . . . .	60
Francisco, m. <sup>e</sup> surrador . . . . .	60
Manoel, m. <sup>e</sup> surrador . . . . .	60
J. <sup>e</sup> Luis dos S. <sup>cos</sup> , surrador . . . . .	60
Sebastiam, m. <sup>e</sup> surrador . . . . .	60

*Tulha*

M. <sup>cl</sup> Fr. <sup>co</sup> Esteves, orives . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> da S. <sup>a</sup> , orives . . . . .	300
Fran. <sup>co</sup> J. <sup>e</sup> da S. <sup>a</sup> , negociante . . . . .	200

	<i>Réis</i>
Fran. <sup>co</sup> , cravador . . . . .	100
João Pinto, cravador . . . . .	100
Jose Nega, cravador . . . . .	100
Jose e João, m. <sup>es</sup> orives, cada hum 150 . . . . .	300
Bento Per. <sup>a</sup> Pinto, e Comp. <sup>a</sup> . . . . .	200

*Praça de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>*

O Barca, sapateiro . . . . .	60
An. <sup>to</sup> pasteleiro . . . . .	60
Cardozo, sapateiro . . . . .	60
João Salta, sapateiro . . . . .	60
Agostinho, pasteleiro . . . . .	50
Fra. <sup>so</sup> Ventura, vendr. <sup>o</sup> e alfaate . . . . .	60

*Rua de S.<sup>ta</sup> Maria*

Joaq. <sup>m</sup> Labrante . . . . .	100
O D. <sup>or</sup> Luis M. <sup>cl</sup> de Alpoim . . . . .	100
An. <sup>to</sup> , mestre pintor . . . . .	100
José da S. <sup>a</sup> , alugador . . . . .	60

*Rua dos Mercadores*

Lour. <sup>so</sup> Jose, m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	90
Fra. <sup>co</sup> X. <sup>er</sup> m. <sup>e</sup> alfaate . . . . .	60
Jose An. <sup>to</sup> de Sz. <sup>a</sup> , mercador . . . . .	200
Jose An. <sup>to</sup> de Ar. <sup>o</sup> , negociante . . . . .	120
M. <sup>cl</sup> An. <sup>to</sup> de Carv. <sup>o</sup> , mercador . . . . .	120
Jose Moreira, orives feirante . . . . .	400
M. <sup>cl</sup> Carv. <sup>o</sup> de Moura, mercador . . . . .	300
Jer. <sup>o</sup> Pegada, m. <sup>e</sup> alfaate . . . . .	60
Jose Costodio, orives . . . . .	120
O D. <sup>or</sup> Miguel Rabelo, medico . . . . .	100
J. <sup>e</sup> An. <sup>to</sup> da S. <sup>a</sup> , Guim. <sup>es</sup> orives . . . . .	300
Bernardino Jose Coello, feirante orives . . . . .	400
Jose An. <sup>to</sup> Teix. <sup>a</sup> , negociante do Minho . . . . .	1.600

*Rua Sapateira*

João, orives . . . . .	100
Jose Lopes, orives . . . . .	100
O Cap. <sup>am</sup> M. <sup>cl</sup> J. <sup>e</sup> de Sz. <sup>a</sup> , orives feirante . . . . .	400

*Réis*

Jose Pr. <sup>a</sup> Guerra, orives . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> Lopes, orives . . . . .	100
M. <sup>cl</sup> da Rocha, mesteiral . . . . .	60
O D. <sup>or</sup> Bento J. <sup>e</sup> de Alm. <sup>da</sup> Bravo . . . . .	100
M. <sup>cl</sup> Jose de Sz. <sup>a</sup> , orives feirante . . . . .	400
Fran. <sup>co</sup> X. <sup>er</sup> da S. <sup>a</sup> , orives feirante . . . . .	400
Fernando, vendeiro . . . . .	60

*Rua das Flores*

João de Paços, m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> de Sz. <sup>a</sup> , cravador . . . . .	100
Fran. <sup>co</sup> , relejoeiro . . . . .	100
João de Sz. <sup>a</sup> Aguiar, negociante . . . . .	200

*Rua de Val-de-Donas*

João Peixoto, mesteiral . . . . .	100
An. <sup>to</sup> J. <sup>e</sup> , armador . . . . .	100
João, m. <sup>e</sup> sapateiro . . . . .	50

*Rua dos Fornos*

Jose Fran. <sup>co</sup> , fiteiro . . . . .	100
Miguel J. <sup>e</sup> Frz. . . . .	100
Quem administra o neg. <sup>co</sup> de Thomas de Ar. <sup>o</sup> mer. <sup>dor</sup> do Minho . . . . .	1.600

*Praça de S. Tiago*

M. <sup>cl</sup> An. <sup>to</sup> Gomes, negociante . . . . .	100
Pedro, enxambrador . . . . .	60
An. <sup>to</sup> Joaquim, pasteleiro . . . . .	100
João An. <sup>to</sup> pasteleiro . . . . .	100
João Ferreira, vendeiro . . . . .	60
An. <sup>to</sup> Ferreira, m. <sup>e</sup> violeiro . . . . .	100

*Rua do Gado*

Fran. <sup>co</sup> Jose, mesteiral . . . . .	100
O D. <sup>or</sup> Albino de Souza . . . . .	100

Somão estes Mencios 15\$960

ROL PARA A COBRANÇA DA DECIMA DE JURO  
ECLEZIASTICO E EMPREGADOS DESTA VILA  
PARA O ANO DE 1829

*Guim.<sup>es</sup> — S. Payo*

	<i>Réis</i>
A Irmandade das Almas, por 8.570\$840 . . . .	42.850
A m. <sup>ma</sup> , pelo ordenado q. paga ao seu servo de 24.000 . . . . .	2.400
A Irmandade de São Bom Homem, por 2.671\$872	13.359
A m. <sup>ma</sup> , pelo ordenado de 1.600 q. paga ao servo	160
A Irmandade do Menino Deos, por 752.981	3.764
A m. <sup>ma</sup> , pelo ordenado de 2.400 q. paga ao servo	240
A Irmandade da Senhora da Misericordia, por 1.590\$500 . . . . .	7.950
A m. <sup>ma</sup> , pelo ordenado de 2.400 do servo . . . .	240
A Irmandade da Senhora da Piedade, por 950.980 . . . . .	4.754
A m. <sup>ma</sup> , pelo ordenado de 1.600 do servo . . . .	160
A Confraria do S. <sup>mo</sup> Sacramento, pelo ordenado de 9.600 ao servo . . . . .	960

*S. Sebastião*

A Irmandade do Amor Divino, por 780.983	3.504
Pelo ordenado de 1.600 do servo . . . . .	160
A Irmandade do Senhor Jesus, por 4.277\$514	21.387
Pelo ordenado de 10.600 do servo . . . . .	1.060
A Irmandade de S. Jose, por 1.063\$000 . . . .	5.315
Pelo ordenado de 4.800 do servo . . . . .	480
A Irmandade de N S <sup>ra</sup> do Socorro, por 1.095\$600. . . . .	5.478
Pelo ordenado de 1.440 do servo . . . . .	145
A Irmandade de S. Sebastião, por 471\$401. . . .	2.357
Pelo ordenado de 3.200 do servo . . . . .	320
A Confraria do S. <sup>mo</sup> Sacramento, pelo ordenado de 12.800 do servo . . . . .	1.280
A m. <sup>ma</sup> pelo ordenado de 3.200 do campeiro q. toca os sinos . . . . .	320

*Convento de S. Domingos*

O P. <sup>e</sup> Prior e mais Padres do Convento pelo ordenado de 20 alqueires de pão e seis galinhas que pagão ao advogado . . . . .	750
--	-----

Réis

Os m. <sup>mos</sup> , por igual ordenado q. pagão ao Medico . . . . .	750
Os m. <sup>mos</sup> , pelo ordenado de 15 alqueires de pão q. pagão ao barbeiro . . . . .	450
A Irmandade de S. Gonçalo, por 1.569\$815	7.849
Pelo ordenado de 4.000 do servo . . . . .	400
A Irmandade de S. João, por 383\$584. . . . .	1.917
Pelo ordenado de 1.600 do servo . . . . .	160
A Irmandade do Rozario, por 26.885\$571 . . . . .	134.427
Pelo ordenado de 24.000 do servo . . . . .	2.400
A Irmandade da Senhora do Terço, por 4.230\$800	21.154
Pelo ordenado de 4.800 do servo . . . . .	480
A Irmandade do Senhor Jezus, por 1.925\$417	9.627
Pelo ordenado de 2.400 do servo . . . . .	240

*Capela de S. Tiago*

A Irmandade de N. <sup>a</sup> S. <sup>ra</sup> das Neves, por 417\$485	2.087
Pelo ordenado de 4.000 do servo . . . . .	400

*Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Domingos*

A ordem Terceira de S. Domingos, por 9.050\$000.	45.250
Pelo ordenado de 28.800 do sacristão . . . . .	2.880
Pelo ordenado de 19.200 do servo . . . . .	1.920

*Convento de S. Francisco*

A Irmandade de S. <sup>co</sup> Antonio, por 14.441\$970	72.209
Pelo ordenado de 9.600 do servo . . . . .	1.960
A Irmandade de N. <sup>a</sup> S. <sup>ra</sup> da Conceição por 5.467\$809. . . . .	27.339
Pelo ordenado de 4.800 do servo . . . . .	480
A Irmandade do Cordão e Chagas, por 3.509\$000	17.545
Pelo ordenado de 4.800 do servo . . . . .	480
A Irmandade de S. Gualter, por 420\$806 . . . . .	2 015
Pelo ordenado de 1.600 do servo. . . . .	160
A Irmandade da Senhora do Ó, por 260\$000	1.300
Pelo ordenado de 1.200 do servo . . . . .	120
A Irmandade de S. <sup>ra</sup> Anna, por 1.140\$560	5.702
Pelo ordenado de 2.400 do servo . . . . .	240

	<i>Réis</i>
A Irmandade do Rozario e S. Benedicto, por 148-155 . . . . .	740
Pelo ordenado de 1.440 do servo . . . . .	145
Pelo ordenado de 20 alqueires de pão que pagão ao medico do Convento . . . . .	600

*Ordem 3.ª de S. Francisco*

A ordem de S. Francisco, por 9.880\$680 . . . . .	49.403
Pela Testamentaria de 4.239\$000 . . . . .	21.195
Pelo ordenado de 20.000 do sacristão . . . . .	2.000
Pelo ordenado de 30.000 do servo andador . . . . .	3.000
Pelo ordenado de 6.400 do servo . . . . .	640

*Santa Cruz*

A Irmandade de S. <sup>ta</sup> Cruz, por 985.511 . . . . .	4.927
Pelo ordenado de 3.000 do servo . . . . .	300
A Irmandade de S. Crispim, por 1.887\$723 . . . . .	9.438
Pelo ordenado de 5.000 do servo . . . . .	500
A Irmandade de Santo Eloy, por 516.000 . . . . .	2.580
A Irmandade da S. <sup>ra</sup> da Guia, por 2.134\$030 . . . . .	10.670
Pelo ordenado de 4.000 do servo . . . . .	400
A Irmandade da Penha de França, por 2.169\$770 . . . . .	10.848
A Irmandade de S. Pedro, por 5.013\$231 . . . . .	25.065
Pelo ordenado de 28.800 do sacristão . . . . .	2.880
A Irmandade dos Santos Passos, por 5.827\$660 . . . . .	29.138
Pelo ordenado de 36.000 do servo . . . . .	3.600
A Irmandade de S. <sup>ra</sup> Luzia, por 151.400 . . . . .	758
Pelo ordenado de 1.200 do servo . . . . .	120

*Nossa Senhora da Oliveira*

A Irmandade de N. <sup>a</sup> S. <sup>ra</sup> da Oliveira, por 12.192\$006 . . . . .	60.960
Pelo ordenado de 2.400 do servo . . . . .	240
A Irmandade do Senhor da Agonia, por 594.400 . . . . .	2.972
Pelo ordenado de 2.000 do servo . . . . .	200
A Comunidade da Curaria, por 7.093\$517 . . . . .	35.465
A Irmandade de S. Nicolau, por 2.561\$500 . . . . .	12.807
Pelo ordenado de 1.600 do servo . . . . .	160

	<i>Réis</i>
O Reverendo Cabido, pelo ordenado de 30.000 que paga ao D.r Corregedor da Comarca, seu juiz privativo . . . . .	3.000
Pelo ordenado de 12.000 que paga ao seu advogado . . . . .	1.200
Pelo ordenado de 40.000 que paga ao seu médico. . . . .	4.000
Pelo ordenado de 9.600 que paga ao Procurador Agente . . . . .	960
Pelo ordenado de 4.800 que paga ao Bedel da Maça . . . . .	480
Pelo ordenado de 8.000 que paga ao seu Oficial . . . . .	800

*Santa Casa da Misericórdia*

Pelos ordenados de 60.000 rs. que pagão aos 2 medicos . . . . .	12.000
Pelo ordenado de 40.000 que pagão ao capelão do Hospital . . . . .	4.000
Por 60 alqueires de pam meado q. pagão ao sacristão . . . . .	1.800
Pelos ordenados de 30.000 dos dois cirurgiões do Hospital . . . . .	6.000
Pelo ordenado de 7.200 do sangrador. . . . .	720
Pelo ordenado de 14.400 do Procurador Letrado . . . . .	1.440
Pelo ordenado de 14.400 do Procurador Agente da cid. <sup>e</sup> do Porto . . . . .	1.440

*Convento de S.<sup>ta</sup> Rosa*

Pelo ordenado de 28.800 que pagão ao seu P. <sup>e</sup> capellão . . . . .	2.880
Pelo ordenado de 9.600 que pagão ao medico do Convento . . . . .	960
Pelo ordenado de 9.600 do sacristão leigo. . . . .	960

*Convento de Santa Clara*

Pelo ordenado de 54.600 que pagão ao seu P. <sup>e</sup> capellão . . . . .	5.460
Pelo ordenado de 12.000 do sacristão. . . . .	1.200

*Camara*

	<i>Réis</i>
O Senado da Camara desta Villa, pelo ordenado de 10.000 que paga ao Dr. Provedor da Comarca . . . . .	1.000
Pelo ordenado de 10.000 q. paga ao Dr. Corregedor . . . . .	1.000
Pelo ordenado e apozentadoria de 16.000 ao Dr. Juiz de Fora . . . . .	1.600
Pelo ordenado de 24.000 aos tres vereadores . . . . .	2.400
Pelo ordenado de 88.000 ao Escrivão da Camara. . . . .	8.800
Pelo ordenado de 6.000 ao Procurador do Concelho . . . . .	600
Pelo ordenado de 16.000 ao Carcereiro do Castelo . . . . .	1.600
Pelo ordenado de 19.200 ao Guarda da Camara . . . . .	1.920

*Convento de Santo António*

O P. <sup>e</sup> Guardião e Comunidade do Convento de S. <sup>to</sup> Antonio pelo ordenado de 8.000 que pagão ao seu barbeiro . . . . .	800
--	-----

*Fabrica do Cabido de Nossa Senhora da Oliveira* (1)

Euzebio Antonio de Oliveira, por 150.000 . . . . .	750
Os herdeiros de D. Joanna de Leiva, por 3.100\$000 . . . . .	15.500
Jeronima Luiza, viuva, por 400.000 . . . . .	2.000
Antonio Pedro de Barros, por 200.000 . . . . .	1.000
Luiz Antonio Saraiva, por 377.320 . . . . .	1.132
Manoel Joze Card. <sup>o</sup> de Sá, por 350.000 . . . . .	1.750
As religiosas de S. <sup>ta</sup> Clara, por 320.000 . . . . .	1.600
Manoel Joze Fernandes de Mattos, por 1.000\$00 . . . . .	5.000
D. Joanna Candida Cardozo, por 1.892.000 . . . . .	9.460
Angela Ferreira, solteira, por 2.400\$000 . . . . .	12.000
Manoel Luiz de Souza, por 2.100\$000 . . . . .	13.000
O conegocura Joze Joaquim de Abreu, por 800.000 . . . . .	3.200

(1) Das importâncias devidas à Fábrica do Cabido.

	<i>Réis</i>
O conego João de Barros Leiva, por 1.300\$000	5.200
Anna Margarida Ribeiro, das Hortas do Prior, por 950.000 . . . . .	4.750
O Arcediago Lourenço Antonio da Silva, por 1.500\$000 . . . . .	6.000
O conego Jozé Martins Gonçalves, por 1.733\$500	6.934
O conego Miguel de Freitas Costa, por 780.000	3.120
O Dr. Manoel de Freitas Costa, por 400.000 . .	2.000
O R. <sup>mo</sup> Cabido, por 1.000\$00 q. deve à Fabrica do m. <sup>mo</sup> João António Lopes de Alm. <sup>da</sup> e m. <sup>er</sup> de S. Miguel das Caldas . . . . .	4.765
O m. <sup>do</sup> R. <sup>do</sup> Cabido, por 800.000 q. lhe deve Lourenço Antonio de Araujo da freg. <sup>a</sup> de Arnozo, tr. <sup>o</sup> de Barcellos . . . . .	3.390
Os herdeiros do conego Joaquim Cardozo de Menezes, do Proposto, por 5.868\$800 . .	29.345
Antonio Ribeiro Salgado, por 1.160\$000 . . .	5.800
O Ba. <sup>el</sup> Antonio Joaquim Ferreira de Eça, por 1.427\$585 . . . . .	7.135
Joze Antonio Mendes, por 1.950\$000 . . . .	9.750
Joze Alz. Carneiro e m. <sup>er</sup> , de S. <sup>ta</sup> Luzia, por 200.000 . . . . .	1.500
Os herdeiros de Manoel Joaquim Soares, por 300.000 . . . . .	1.755
Domingos Joze Ferreira, por 300.000 . . . .	1.500
Os herdeiros de Antonio Joaquim de Passos, por 184.557 . . . . .	925
Os herdeiros do Coronel João Antonio Vas. <sup>co</sup> Vieira, por 1.600\$000 . . . . .	8.000
Bento Joze Roiz, por 1.600\$000 . . . . .	8.000

Em vereação do dia de hoje foi nomeado p.a fazer a cobrança deste rol a Manoel Antonio Gomes, da Praça de S. Tiago, desta V.a Guimarães, em Camara de 3 de Junho de 1829.

O Escr. <sup>am</sup>

Jeronymo Bento d'Assensão

Somadas as verbas deste último rol, correspondente à cobrança da décima de juros eclesiásticos, veri-

ficamos, que no ano de 1829 andavam no giro dos empréstimos, as seguintes e respeitáveis importâncias:

Capital das Irmandades . . . . .	117.059\$374	rs.
« das Ordens . . . . .	23.169\$680	«
« da Curaria de N. S. <sup>ra</sup> da Oliveira . . . . .	7.093\$517	«
« da Fábrica do Cabido de N. S. <sup>ra</sup> da Oliveira . . . . .	36.143\$762	«
	<u>183.466\$333</u>	«

Os empréstimos eram feitos, com todas as garantias de fiança, por escrituras notariais, que ficavam lançadas nos livros das notas.